

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - DEC
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN: UM OLHAR SOBRE
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ESCOLA NO MUNICÍPIO DE GOIANA / PE**

AUTOR: ERIVAN ALVES DOS SANTOS

Orientador: Profa. Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva

JOÃO PESSOA - PB
2018

ERIVAN ALVES DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN: UM OLHAR SOBRE
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ESCOLA NO MUNICÍPIO DE GOIANA / PE**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia à banca examinadora no Curso Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Profa. Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva

JOÃO PESSOA - PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237i Santos, Erivan Alves Dos.

A Inclusão do Estudante com Síndrome de Down: Um Olhar Sobre as Práticas Pedagógicas em Escola no Município de Goiana/PE / Erivan Alves Dos Santos. - João Pessoa, 2018.

125 f. : il.

Orientação: Izaura Maria de Andrade da Silva Silva.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Olhar Além das Aparências. 2. Formação de Professores. 3. Educação Escolar Adequada. I. Silva, Izaura Maria de Andrade da Silva. II. Título.

UFPB/BC

ERIVAN ALVES DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN: UM OLHAR SOBRE
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ESCOLA NO MUNICÍPIO DE GOIANA / PE**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de LICENCIADO EM PEDAGOGIA.

Assinatura do autor:

Erivan Alves dos Santos

Data de aprovação: 04/06/2018

Nota: 9.7

APROVADO POR:

Izaura Maria de Andrade da Silva
Orientador: Prof.^a Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva

Sandra Alves da Silva Santiago
Prof.^a Dra. Sandra Alves da Silva Santiago

Severina Andréa Dantas de Farias
Prof.^a Dra. Severina Andréa Dantas de Farias

JOÃO PESSOA - PB
2018

A todas as pessoas com deficiência e seus familiares que vivem em uma busca constante pela inclusão, aos professores que tem a coragem e a capacidade de olhar esses sujeitos de diretos além das aparências.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela minha vida nesta existência e por sua misericórdia, por me levantar a cada momento que caí e que pensei em desistir.

À espiritualidade amiga que sempre me protegeu e me intuiu em todos os momentos necessários.

À minha amada e inesquecível avó Maria de Lourdes Alves (*in memoriam*), uma fonte de amor verdadeiro para comigo, o qual nunca mais senti depois de sua partida para o plano espiritual, sei que está muito feliz pela pessoa que me tornei, a você devo a minha vida, sei que ainda cuida de mim.

À minha aluna Joseni Sales da Silva que foi a inspiração desse trabalho, que me ensinou a olhar para suas possibilidades, me motivando no trabalho de uma educação na perspectiva inclusiva da pessoa com deficiência.

A todos os professores que me instruíram da alfabetização a graduação.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a Izaura Maria Andrade da Silva, que me inspirou a linha de pesquisa, pela paciência, estímulo e orientação.

Aos meus amigos que construí na Universidade Federal da Paraíba, Amanda de Souza Silva, Cícero Madeiro da Costa, Emmanuely Fernanda Melo de Oliveira, Jaqueline Higino, Kaline da Penha Santos, Karllysio Rennan Caetano da Silva, Sandra Costa Benedito Pereira, a todos agradeço por ter tido a oportunidade de construir com vocês um grupo de estudo e equipe de trabalho acadêmico comprometido com o conhecimento, unido, harmonioso e responsável. A nossa amizade ultrapassou o espaço acadêmico e se tornou algo muito lindo, levando a gente a compartilhar momentos bons e ruins de nossas vidas, que essa amizade se fortaleça ainda mais.

À minha mãe biológica, Dalvani Alves dos Santos que me mostrou desde cedo que a vida é dura, me estimulando a ser mais do que eu já era.

À minha mãe de coração, Dalvanira Alves dos Santos, que me acolheu em seu coração, em seus braços, em seu lar, em sua família como se eu tivesse saindo do seu ventre, sempre do meu lado velando por mim em todos os momentos.

Às minhas tias Doraci Alves dos Santos e Doralice Santos de Assis, por ter sempre orgulho de mim e por me abençoar nesta existência.

À minha prima Lilia dos Santos Silvestres, por ser minha alma gêmea nesta existência e estar comigo nos momentos bons e ruins.

Às minhas amigas, Alice de Fátima da Silva Toledo Matias e Laurizélia Maria da Silva Toledo, por me amar tanto e proteger nesta existência.

Aos meus amigos e irmãos de coração Asla Demes Ribeiro dos Santos e Marcia Lidiane de Lima, que sempre estiveram presente em minha vida com muito amor, oração e cuidados, sempre almejando o melhor para mim.

À Maria Tamara Lira de Souza (*in memoriam*), um anjo que Deus colocou em meu caminho quando pensei que tinha perdido a minha vida, anjo certo no momento certo, uma prova de amor e bondade mais sublime da minha existência.

Ao meu padrasto Antônio Carlos da Silva Pereira (*in memoriam*), homem com seus defeitos, mas digno de todo respeito e amor dos filhos, sei que tinha orgulho de mim como se fosse um filho seu, infelizmente não tivemos a chance de estreitar nossa relação, mas era meu desejo de um dia poder me sentir filho seu e poder dizer que tinha um pai.

Às minhas amigas, Edvanira Bezerril do Nascimento e Maria Rosalina da Conceição Santos, que acompanharam minha trajetória até aqui, me vendo sempre como um exemplo de filho, me ajudando sempre que podiam para pagar as taxas de inscrição do vestibular, mesmo sem ter passado na época dessas ajudas, mas nunca desisti de tentar por causa de vocês, pois cada ano que passava eu chegava mais perto de conquistar minha vaga na UFPB, sou muito grato por me defenderem com unhas e dentes como se fosse filho seus em momentos difíceis de minha vida.

Ao meu tio Jean Carlos Santos de Assis que sempre se orgulhou de mim e que me acalentou em seus braços no momento mais difícil da minha vida.

À Eunice Simões Lins professora do componente curricular TCC, que, com sua autoestima me motivou carinhosamente a produzir este trabalho, fazendo com que tudo se tornasse fácil e possível.

À Flavia Lopes, por sua paciência e atenção para comigo, sempre à disposição para tirar minhas dúvidas, contribuindo sempre na organização das ideias e correções.

***“Não é a lei que vai proteger o portador
de deficiência. É a consciência. ”***

Gonçalo Borges

RESUMO

O presente trabalho refere-se a um olhar sobre a aprendizagem e ensino da pessoa com síndrome de Down em escola rural, tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas com os alunos com Síndrome de Down (SD), a pesquisa foi desenvolvida em quatro escolas rurais da rede municipal de ensino de Goiana /PE. Outro objetivo foi perceber e entender como é direcionada a aprendizagem dos alunos com SD nas escolas rurais, já que a população do campo é menos assistida pelas políticas públicas. Adotou-se nessa investigação a Pesquisa – Ação, de método indutivo com abordagem qualitativa. Usou-se como metodologia a observação participante em sala de aula, coleta de dados, entrevista com os professores do 1º ano ao 5º do ensino fundamental das referidas unidades de ensino. Se fez reunião com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizou-se diálogo e dinâmica de grupo com os alunos da turma pesquisada. Deu-se orientação para uma reorganização da sala de aula. Selecionou-se atividades pedagógicas com apoio dos professores das turmas e com os professores do AEE, organizou-se um caderno de atividades para a alfabetização desses alunos. Na análise das entrevistas e dos dados coletados, pontuou-se alguns obstáculos relevantes na inclusão desses alunos, citados pelos professores e outros observados por nós. Os resultados obtidos nos instigam outras pesquisas como: criação de políticas municipais de formação continuada específica para professores da turma regular na inclusão dos alunos com deficiência intelectual, professor do AEE e professor do ensino regular parceiros na construção de prática pedagógica inclusiva, adequação curricular construção coletiva professor e especialistas escolar, adequação curricular individual caminho alternativo para promover a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Diante das análises feitas, percebeu-se que é preciso muito mais que a lei para incluir esses alunos no ambiente escolar, a sensibilização e formação de todos agentes mediadores da aprendizagem para inclusão, são uns dos pontos chave do resultado dessa pesquisa. Pois, não é a lei que vai garantir a existência de uma educação de qualidade para os alunos com deficiência, é a consciência da comunidade escolar e seu preparo profissional para saber incluir.

Palavras chave: Olhar Além das Aparências, Formação de Professores, Educação Escolar Adequada.

RESUMEN

Esta investigación se refiere a una mirada sobre el aprendizaje y enseñanza de la persona con síndrome de Down en una escuela rural y su objetivo general es analizar las prácticas pedagógicas que son desarrolladas con alumnos con Síndrome de Down. La pesquisa fue desarrollada en cuatro escuelas rurales del municipio de Goiana/PE. Otro objetivo fue percibir y entender como es direccionado el aprendizaje de los alumnos con SD en las escuelas rurales, ya que la población del campo es menos acudida por las políticas públicas. Se adoptó en esta investigación la pesquisa-acción, de método inductivo con abordaje cualitativo. Como metodología, se usó la observación participante en sala de clase, colecta de datos, entrevista con profesores del 1º al 5º año de la enseñanza fundamental de las mencionadas unidades de enseñanza. Fue hecha reuniones con el profesor del Atendimento Educacional Especializado (AEE), se realizó diálogo y dinámica de grupo con los alumnos del grupo investigado. Se dio orientación para una reorganización de la sala de clase. Fueron seleccionadas actividades pedagógicas con apoyo de los profesores de los grupos y con los profesores del AEE, se organizó un cuaderno de actividades para la alfabetización de estos alumnos. En el análisis de las entrevistas y de los datos colectados, se puntuó algunos obstáculos relevantes en la inclusión de estos alumnos, referidos por los profesores y otros observados por nosotros. Los resultados obtenidos nos incitan otras pesquisas como: creación de políticas municipales de formación continuada específica para profesores de grupo regular en la inclusión de los alumnos con discapacidad intelectual, profesor del AEE y profesor de la enseñanza regular, pareja en la construcción de prácticas pedagógicas inclusivas, adecuación curricular, construcción colectiva profesor y especialista escolar, adecuación curricular individual, camino alternativo para promocionar el aprendizaje de los alumnos con discapacidad intelectual. Ante los análisis hechos, se percibió que es necesario mucho más que la ley para incluir estos alumnos en el ambiente escolar, la sensibilización y formación de todos los agentes mediadores del aprendizaje para la inclusión son unos de los puntos clave del resultado de esta investigación. Pues, no es la ley que va garantizar la existencia de una educación de calidad para los alumnos con discapacidad, sino la conciencia de la comunidad escolar y su preparo profesional para saber incluir.

Palabras Clave: Mirar para allá de las apariencias, Formación de Profesores, Educación Escolar Adecuada.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CAPA DO LIVRO: “LILITO, UM AMOR DE CARACOL”87

FIGURA 2 - CADERNO DE ATIVIDADE DE PORTUGUÊS PARA INÍCIO DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....88

FIGURA 3 - CADERNO DE ATIVIDADE DE MATEMÁTICA PARA INÍCIO DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- QUANTITATIVO DE ESCOLA RURAL DO MUNICÍPIO DE GOIANA/PE.....	18
TABELA 2- MAPEAMENTO DE LOCALIZAÇÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	66
TABELA 3- CONTEXTO ESCOLAR DOS PROFESSORES	67
TABELA 4- CONTEXTO ESCOLAR DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN...	77

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

AMESG - Autarquia Municipal do Ensino Superior de Goiana

AVD - Atividades da Vida Diária

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade

DI - Deficiências Intelectual

FADIMAB - Faculdade de Ciências e Tecnologia Professor Dirson Marciel de Barros

FICAI - Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente

LDBEN - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PE - Pernambuco

PNAIC - Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa

SAEPE - Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco

SD - Síndrome de Down

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
PERGUNTA / PROBLEMÁTICA	19
OBJETIVOS	19
Objetivo Geral	19
Objetivos Específicos	19
METODOLOGIA	19
2 O DIREITO À EDUCAÇÃO	22
2.1 A IMPORTÂNCIA DA ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	31
2.2 PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE APOIO CAPACITADOS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS FUNÇÕES	39
3 OLHAR O ALUNO ALÉM DAS APARÊNCIAS	46
3.1 CONHECENDO A SÍNDROME DE DOWN	47
3.2 A VISÃO DA FAMÍLIA E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN	51
3.3 A VISÃO DA ESCOLA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN	56
3.4 A VISÃO DO PROFESSOR E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E ENSINO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN	58
3.5 VYGOTSKY E SUA VISÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	62
4 PROFESSORES E OS OBSTÁCULOS NO TRABALHOS COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	66
4.1 DIFICULDADES CITADAS PELOS PROFESSORES PESQUISADOS	68
4.2 DIFICULDADES OBSERVADAS PELOS PESQUISADORES	74
4.3 AGINDO SOBRE O CONTEXTO ESCOLAR NA SALA DE AULA	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE	94
ANEXO	102

1 INTRODUÇÃO

Século XXI, apesar do Brasil ser um país rico e estar em “desenvolvimento” em vários setores, somos muito atrasados no que se refere à educação de qualidade para população pobre, principalmente educação voltada às pessoas com deficiência, nas escolas públicas de ensino regular. Porém, é possível observar e levar em consideração os avanços que se tem em relação às reflexões, preocupações da sociedade civil, para com a educação dessas pessoas.

Já é visível os avanços que o poder público tem feito em relação a estudos, pesquisas, leis, materiais pedagógicos, proposta pedagógica e outras estratégias, motivados pela pressão da sociedade civil que se preocupa com a igualdade social. Essas preocupações vêm se arrastando a décadas, e vem tomando forma paulatinamente dentro do contexto educacional brasileiro.

No entanto, o que interessa a nossa pesquisa, é a parte no que se refere a uma proposta curricular, que oriente os professores do ensino regular a ter um melhor direcionamento para realizar as adequações necessárias, atendendo as pessoas com deficiência de acordo com a necessidade do contexto educacional dos sujeitos com deficiência.

Oliveira (2008), aponta dois tipos de adequações curriculares na área de deficiência intelectual que deve ocorrer na proposta curricular e em seus elementos constitutivo, uma ela chama de grande porte e outra de pequeno porte. Com base em Aranha (2000, *apud*, OLIVEIRA, 2008), é definida coma as de grande porte as adequações curriculares de responsabilidade das esferas superiores as escolas e aos professores, como o poder político - administrativo e os sistemas de ensino municipal, estadual e federal.

Desta forma essas instâncias públicas que são responsáveis pela elaboração de uma proposta curricular mais ampla, que vão de encontro às necessidades adaptativas da educação das pessoas com deficiência para garantir que todos tenham o direito a uma educação de qualidade e a permanência na escola.

Buscando fazer as adequações necessárias no contexto escolar, para incluir de forma plena esses sujeitos de diretos à educação de qualidade, com base em Aranha (2000, *apud*, OLIVEIRA, 2008), é definida como de pequeno porte as adequações curriculares realizadas pelo professor, dentro de um contexto real de cada sala de aula, de cada sujeito com deficiência, levando em consideração as particularidades e as necessidades adaptativas de cada contexto escolar.

Para que as adequações se materializem na vida cotidiana das pessoas com deficiências nas instituições de ensino temos um caminho muito logo a percorrer ainda. No entanto, para que isso comece a se materializar, saindo do papel e adentrando na vida escolar e pessoal dessas pessoas é preciso que a escola e o professor levem a sério também a educação desse sujeito, valorizando o que já foi conquistado para educação dessas pessoas, mas isso só irá acontecer quando o professor, a escola e a política educacional do país quebrarem os velhos paradigmas em relação às pessoas com deficiência, e passarem a ver as possibilidades de desenvolvimento dessas pessoas.

Desde a minha primeira formação de professor polivalente, no curso de magistério na modalidade normal médio, tive sempre a preocupação, de como iria lhe dar, com um aluno com deficiência em sala de aula, isso me deixava muito preocupado, primeiro por ser homem, segundo porque não tinha a noção de como reagiria, pedagogicamente, em favor desse aluno. Me sentia impotente diante a ideia de um dia receber um aluno com deficiência, pois o que víamos no curso de magistério na modalidade normal médio, não atendia expectativas dos cursistas, era um conhecimento muito superficial, longe de uma praticabilidade significativa para os futuros professores. Quando me formei em dezembro de 2006, imediatamente consegui um emprego em uma escola em João Pessoa, onde lecionei de fevereiro de 2007 a abril de 2012. Neste período não tive aluno com deficiência em minha sala de aula, sempre tive alunos com dificuldades de aprendizagem.

Em 2014 tive a oportunidade de receber em minha sala aula uma aluna com Síndrome de Down. O desespero se fez presente com muito vigor em meu dia a dia em sala de aula, mas a vontade de querer fazer algo a favor da educação dessa aluna me fez embarcar em uma busca pedagógica que favorecesse a aprendizagem dessa aluna. Nessa busca muitas coisas deram certo e muitas deram errado. Por falta de uma formação específica, que me desse uma base sólida para trabalhar com esses sujeitos, essa experiência foi vivenciada até 2015, período que lecionei na turma dela. Foram dois anos na busca de fazer o melhor, para dar a assistência pedagógica necessária para desenvolvimento da aprendizagem dessa aluna.

O que me levou a estudar de forma mais detalhada está temática, foi o estímulo de uma professora de nome Izaura Maria Andrade da Silva, que ministrava aula na disciplina de Métodos e Técnicas de Educação Especial. Em uma de suas aulas ela questionou a turma sobre quem já trabalhava como professor e quem havia tido experiência com alunos com deficiência. Então relatei minha experiência, onde a mesma, achou uma experiência significativa e que merecia ser explanada de forma mais detalhada. Em sua visão era uma prática educativa inclusiva. Então, em outro momento de sua aula, ela me questionou qual seria minha linha de

pesquisa para meu trabalho de conclusão de curso, porém, eu ainda não havia pensado em nada especificamente, e essa professora me instigou a fazer uma reflexão sobre minha prática docente com essa aluna com síndrome de Down. Me intuindo a realizar a tal pesquisa. Foi através dessa experiência, mesmo diante de um contexto de escola rural, em uma turma multisseriada que percebi que podia realizar um trabalho que favorecesse o desenvolvimento dessa aluna e que o problema era os meus paradigmas arcaicos em relação as pessoas com deficiência. Mesmo sem experiência no trabalho com pessoas com deficiências, pude ver que podia fazer algo por essa aluna. E foi na busca da pesquisa de atividade, metodologia, estratégias, orientação com professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que consegui realizar um trabalho significativo e inclusivo com essa aluna no contexto escolar.

Quando se fala em pessoas com deficiências, segundo Costa (2006), na visão de Vygotsky estamos falando de possibilidades na aprendizagem dessas pessoas, pois esse teórico russo direciona seu olhar para as possibilidades que o sujeito traz em seu potencial, deixando o paradigma de incapaz que a sociedade atribui quando se refere a essas pessoas. É preciso acreditar, é preciso adequar, é preciso incluir essas pessoas para que se sintam cidadãos de direitos e deveres como qualquer outra e não pessoas sujeitas às migalhas jogadas pela sociedade preconceituosa.

As discussões propostas neste trabalho estão voltadas, especificamente, aos alunos com Síndrome de Down, matriculados no ensino regular de escolas rurais do município de Goiana /PE. A pesquisa foi realizada neste município, por ter quantidade significativa de escolas rurais e por trabalharmos no referido município. A escolha do sujeito da pesquisa, foi feita por interesse na construção de uma educação de qualidade e inclusiva, e pela experiência vivenciada com aluno com SD. É preciso conhecer melhor a Síndrome de Down para não excluir os sujeitos que a tem. Conhecendo suas particularidades enquanto síndrome é possível ver que há possibilidades no desenvolvimento da aprendizagem dessas pessoas, quebrando os paradigmas referente à incapacidade humana.

A reflexão sobre as práticas pedagógicas direcionadas as pessoas com deficiência, busca redirecionar de forma adequada, sistemática e inclusiva as tais práticas, com a visão em uma educação na perspectiva inclusiva de todos os sujeitos no contexto escolar, focando sua atenção nas possibilidades de aprendizagens desses sujeitos e não nas limitações ocasionadas pela deficiência.

A referente pesquisa foi realizada em Escolas do Campo (rurais) da cidade de Goiana – PE; que oferecem o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano; tendo como sujeitos de pesquisa alunos com SD e os professores que atuam do 1º ao 5º ano e que tenham alunos com SD. O

município de Goiana tem em seu sistema de ensino atualmente 17 escolas rurais cadastradas no sistema do Ministério da Educação (MEC), localizadas na sede e distritos. Ver a lista completa das escolas rurais do município com nomes e endereço em anexo 1.

A sede é área localizada no centro da cidade e redondezas, e os distritos são áreas que ficam muito distantes do centro da cidade. Essas escolas estão localizadas, em sua maioria, em sítios, engenhos ou em praias. Porém, a pesquisa foi realizada apenas em quatro escolas por não conseguirmos localizar, em tempo hábil, todas que tinham alunos com SD.

TABELA 1- QUANTITATIVO DE ESCOLA RURAL DO MUNICÍPIO DE GOIANA/PE

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE ESCOLA RURAL
SEDE	03
DISTRITO	14
TOTAL	17

FONTE: Dados da Secretaria de Educação de Goiana/PE (2017).

Esse trabalho monográfico está dividido em 4 capítulos. O primeiro capítulo é a introdução, que faz uma pequena reflexão dos avanços para educação da pessoa com deficiência, apresentando também a justificativa da referente pesquisa, seus objetivos e metodologias.

O segundo capítulo, traz uma pequena revisão histórica do surgimento das escolas e das políticas educacionais para pessoa com deficiência dentro do contexto do Brasil e uma reflexão das políticas educacionais atuais para pessoa com deficiência, refletindo também sobre a importância da adequação curricular e a capacitação dos professores e dos profissionais de apoio para o trabalho com pessoas com deficiência.

O terceiro capítulo, trata da mudança do olhar para as pessoas com deficiências, levando a uma reflexão de olhar os sujeitos com deficiências além das aparências, contextualizando também a Síndrome de Down (SD) para conhecermos um pouco sobre essa síndrome e as limitações ocasionadas no desenvolvimento dos sujeitos que a tem, dentro dessa mudança do olhar, tratamos neste capítulo da importância do olhar positivo da família, da escola e do professor sobre desenvolvimento e a educação das pessoas com SD.

No último capítulo, trataremos da análise dos dados coletados na pesquisa de forma contextualizada.

PERGUNTA / PROBLEMÁTICA: Quais as Práticas Pedagógicas que estão sendo desenvolvidas com Alunos com Síndrome de Down?

OBJETIVOS:

Objetivo Geral:

- Analisar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas com alunos com síndrome de Down em escola no município de Goiana/PE.

Objetivos Específicos:

- Identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos com Síndrome de Down em escola no município de Goiana/PE que favoreçam a linguagem e o cálculo alfabetização e letramento;
- Ressaltar sobre a relevância da adequação pedagógica e curricular que favoreça a aprendizagem e ensino da pessoa com síndrome de Down no ambiente organizado;
- Identificar e entender as fragilidades dos professores em lidar com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com síndrome de Down;
- Colaborar para construção de uma proposta pedagógica que favoreça a aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down nas salas regulares do Ensino Fundamental I;
- Pesquisar atividades pedagógicas para ajudar no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down;
- Organizar um caderno de atividades pedagógicas que favoreça a aprendizagem de alfabetização e letramento principalmente em português e matemática dos alunos com SD;
- Orientar a organização da sala de aula para facilitar a vida escolar dos alunos com Síndrome de Down nas escolas participantes;
- Verificar junto às professoras do AEE ou Itinerantes a possibilidade de dar uma assistência pedagógica as professoras regentes na construção de material didático para trabalhar com a criança com Síndrome de Down;

METODOLOGIA:

Um dos fatores que influenciaram na escolha do campo de pesquisa e na quantidade das escolas pesquisadas foi o aprofundamento em Educação do Campo.

Para realizar esta pesquisa foram analisadas quatro escolas. Para obtermos informações mais direta sobre a localização de alunos com SD nas escolas do campo, coletamos os dados com a Secretaria de Educação do município de Goiana/PE. Conseguimos as listas das escolas do município da zona rural e urbana com seus respectivos endereços. No entanto, a Secretaria de Educação e o Centro de Educação Especial do município participante não tinham o mapeamento de localização das escolas do campo que tinham alunos com SD.

Também tivemos que buscar outros meios para obter a localização escolar dos alunos com SD. Encontramos as quatro escolas escolhidas por esta pesquisa através de grupos de professores em redes sociais, que nos auxiliaram na identificação de alunos com SD em unidades educacionais do município de Goiana.

Temos como objetivo perceber como é direcionada a aprendizagem dos alunos com SD nas escolas rurais, já que a população do campo é esquecida pelas políticas públicas. Adotamos nessa investigação a Pesquisa – Ação, como método indutivo com abordagem qualitativa, com o intuito de intervir na realidade, para contribuir com os sujeitos da pesquisa. Na perspectiva de favorecer o contexto pesquisado e ser favorecido por esse contexto, na aquisição de conhecimentos e reflexão sobre a realidade. Esse tipo de pesquisa é definido por Thiollent:

[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (1985, p. 14, apud GIL, 2008, p.55).

Usamos como método a observação participante em sala de aula, coleta de dados, entrevista com os professores do 1º ano ao 5º do Ensino Fundamental das referidas unidades de ensino, que tinham alunos com SD para compreender as práticas pedagógicas direcionadas a esses alunos.

Fizemos reunião com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou itinerante de cada escola para fortalecer a parceria junto ao professor do ensino regular, para que o mesmo possa dar uma assistência pedagógica no trabalho com o aluno com SD. Realizamos um diálogo e dinâmica de grupo com os alunos da turma pesquisada com o objetivo de sensibiliza – los na construção da proposta pedagógica inclusiva. Demos orientação para uma reorganização da sala de aula, colocando os alunos com SD nas primeiras cadeiras, para que possam receber a assistência pedagógica necessária da professora, para obter a atenção deles nas atividades. Seleccionamos atividades pedagógicas, com o objetivo de organizarmos um caderno de atividades para favorecer a aprendizagem dos alunos com SD. Após essa

organização, apresentamos todo o material ao professor de AEE e ao professor do ensino regular para uma avaliação deste.

Foi realizada uma análise das questões da entrevista e dos dados coletados, através de um levantamento quantitativo das perspectivas das questões apontadas na entrevista, que será demonstrada mais adiante em tabelas para melhor interpretação das questões levantadas. O intuito foi de quantificar os pontos mais relevantes citados na pesquisa. Foram pontuadas algumas questões observadas nas aulas dos professores pesquisados e as fragilidades relatadas que serão apresentadas e discutidas nos capítulos que seguem.

2 O DIREITO À EDUCAÇÃO

Vive-se atualmente um constante surgimento de seguimentos sociais, em uma diversidade muito ampla, que luta pela igualdade de direitos e deveres, buscando incluir dentro dessa sociedade capitalista, preconceituosa e porque não dizer “desumana”, para todos aqueles que são postos às margens da sociedade, pelos próprios sistemas que a compõe. Os deficientes lutam por direitos que visa uma educação de qualidade para todos sem exceção, ao direito a vida, a uma vida digna e plena, porque tem aumentando muito a violência contra as pessoas que estão à margem da sociedade, chegando ao ponto de tirarem a vida do outro por intolerância de diversas ordens, que vai da cor da pele, à diferença sexual e ao gênero.

Apesar de termos avançados enquanto sociedade, ainda há muito o que se conquistar. Essas conquistas não surgem como em um passe de mágica, são muitas lutas e resistências que devem ser materializadas através das ações dos movimentos sociais de grupos marginalizados. O grupo aqui defendido neste trabalho é das pessoas com Deficiências Intelectual (DI), em particular as que tem Síndrome de Down (SD). No entanto, mesmo sabendo que o caminho a seguir, ainda é muito longo para se obter uma inclusão plena dos excluídos na sociedade, é preciso também valorizar o que já foi conquistado, dando a devida importância de contribuição para as conquistas atuais, o caminho que já foi percorrido e aos que percorreram esse caminho. O importante é que, há décadas atrás e nos dias atuais com o surgimento de novos seguimentos sociais de luta pela igualdade na sociedade, o que importa, é que os primeiros passos foram, são e serão dados rumo a inclusão plena dos excluídos na sociedade.

Trataremos aqui de um dos direitos primordiais na vida de uma pessoa, a educação. Porém vamos nos ater à educação das pessoas com deficiências que é o foco desse trabalho. Sabemos que, para se ter o olhar que temos hoje para educação das pessoas com deficiências, houve muita mobilização, insistência e resistência da sociedade civil, em busca de uma educação de qualidade, com estruturas física, política, curricular, pedagógica e adaptações para atender com qualidade a educação plena dessas pessoas.

Para os sujeitos com deficiências se firmarem como pessoas com direito à educação e de qualidade, e gratuita, foi preciso lutar, para criação de políticas públicas, transformando essa garantia em leis, obrigando a sociedade de forma geral a reconhecer esse benefício legalmente e se fazer cumprir esse direito. Mas, o processo de inclusão como política pública teve início de discussão de forma muito significativa em 1960, segundo Santiago (2011, p. 239): “As primeiras discussões sobre a inclusão foram marcadas pelos movimentos antissegregacionistas

iniciadas na década de 60. No entanto, é somente a partir dos anos 80 que esta prática começa a efetivar-se em diferentes países”. Esses movimentos antissegregacionistas lutavam para que a educação das pessoas com deficiência fosse ofertada nas escolas regulares de ensino, evitando que a ideia de formação de escolas especiais para deficientes tomasse altas proporção. Essas discussões ou as ações não tiveram suas origens das mentes dos governantes da época, por boa vontade e “compaixão” aos excluídos, mas sim, para dar uma resposta urgente ao povo, movidos pelas pressões da sociedade civil e dos grupos de movimentos organizados pela causa da educação das pessoas com deficiências. É a partir daí, que se começa realmente a dar a atenção merecida à educação desses sujeitos, com a ideia de reconhecer e politizar essa educação.

No que se refere a essas discussões e ações aqui no Brasil podemos tomar como ponto de partida, o ano de 1986, quando se começou a formalizar sistematicamente o rumo da educação dessas pessoas, se materializando no cotidiano desses sujeitos. Segundo Santiago (2011, p. 239):

No Brasil, o processo de fato tem início a partir da criação da Corde (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), em 1986 que passou a promover ações que pudessem garantir o ingresso e permanência dos alunos com deficiência na escola. (SANTIAGO, 2011, p. 239).

Com o passar do tempo, as discussões foram se tornando mais frequente, se ampliando cada vez mais, dando origem a alguns eventos nacionais e internacionais, criando assim, uma conexão de ideias políticas, ideológicas, filosóficas, pedagógicas, voltada para educação dos sujeitos em questão, levando em consideração a execução das ações, as particularidades de cada país, Estado e município. E a partir desses eventos, surgiram, e continuam até hoje, os documentos mais variados, que dão embasamentos legais a essa educação na perspectiva inclusiva.

O documento mais relevante na história da construção de políticas de inclusão foi a Declaração de Salamanca, que teve sua origem em um evento realizado na Espanha no ano de 1994. O evento reuniu pessoas de vários países, com o intuito de discutir sobre a inclusão dos

excluídos em questão. Esse, foi denominado de Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais¹, uma parceira da Unesco² com a Espanha.

A Declaração de Salamanca não abordou só a legalização do direito à educação, mas também norteou princípios e práticas voltadas à inclusão dos sujeitos de direitos. Os princípios, medidas política e pedagógica, são direcionados não só aos representantes legais dos países, mas também aos representantes dos estados, municípios, escolas e professores. Em uma visão mais ampla dessa declaração podemos perceber que não se trata só da inclusão de pessoas com deficiências, mas também da inclusão de outros tipos de diferenças, que vão muito mais além das limitações biológicas na Declaração de Salamanca quando afirmou através da ideia que:

As escolas devem acolher todas crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizados (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, apud, SANTIAGO, 2011, p. 241).

Após a criação dessa Declaração de Salamanca, outras discussões surgiram no entanto, uma delas foi sobre a expressão contida na declaração ao público alvo das discussões que foram “pessoa com necessidade educativa especial”. Essa expressão não soou bem à outras áreas de conhecimentos e isso trouxe à tona algumas discussões para se pensar em uma expressão, que não menosprezasse esses sujeitos. Então, aconteceu em 1999 a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências. Foi nesta convenção que surgiu o documento denominado de Carta de Guatemala

¹ Nesta conferência, promovida pela Unesco e pelo governo Espanhol, é elaborada a tão conhecida Declaração de Salamanca, compreendida na atualidade como um dos mais importantes documentos produzidos com a contribuição de 300 representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais diretamente ligadas a causa das pessoas que possuem deficiências. “A Declaração de Salamanca constitui um marco importante na história da inclusão, porque oficializou o termo no campo da educação” (TESSARO, 2005, p. 45 apud SANTIAGO, 2011, p.240).

² A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), teve sua origem no dia 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial. É um órgão institucional que dá assistência aos países membros, na construção de medidas que venham solucionar as problemáticas no contexto social e educacional principalmente, porque as fragilidades na educação de um país, afeta diretamente o contexto social dos sujeitos. A Unesco, em sua visão mais ampla, entende que a educação é o mecanismo que dará a um país condição de eliminar ou amenizar a misérias sociais que corroem a sociedade, especificamente a classe pobre dessa sociedade e os diversos grupos de excluídos

que teve como foco barrar ou “eliminar” qualquer tipo de discriminação direcionada às pessoas portadoras de deficiência, expressão usada no documento.

Em 2001, profissionais de outras áreas de conhecimentos como da saúde, não satisfeitos também com expressão utilizada na Declaração de Salamanca, direcionada a esses sujeitos, realizaram a 54ª Assembleia da Organização Mundial da Saúde, quando foi elaborada e aprovada a classificação dessas pessoas, com a expressão utilizada, pessoas com deficiência, na Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), com a intenção de padronizar a expressão para que não houvesse ambiguidade em outras áreas de conhecimento.

Antes de chegarmos no atual contexto da educação que estamos hoje é preciso refletir sobre a trajetória traçada e percorrida no tempo. Porque bem sabemos, que as desigualdades que corroem a sociedade estão fundamentadas principalmente no poder de capital que os sujeitos têm dentro da sociedade.

Sempre foi assim. A pessoa só era bem vista e bem quista se tivesse dinheiro ou bens materiais quem não tinha nenhum desses elementos era excluído imediatamente, da sociedade. Você vale o que tem. Se não tinha nada, não era “ninguém”. Era apenas uma junção da falta de poder econômico e com qualquer outra diferença que fugisse do que a sociedade adotou como normalidade padrão de sujeito social, os excluídos o pobre, negro, deficientes etc.

E quando se pensava em educação, também havia e há até hoje, a exclusão dos desfavorecidos de capital e de condição favoráveis socialmente, culturalmente, fisicamente e intelectualmente para se garantir qualquer tipo de direito na sociedade.

No entanto vamos nos referir ao período da escravidão no Brasil, de acordo com Santiago (2011, p. 243), “iniciou – se no século XVI e só teve fim no final do século XIX”. Nesta época os mais marginalizados eram proibidos de desfrutar de qualquer tipo de direito constituído na sociedade. Era os negros, escravos ou livres, e quando se tinha uma deficiência, eram mais excluídos ainda, pois na visão da sociedade da época e até hoje essa visão ainda persiste que é a de “inutilidade”. Essa visão tornava a sobrevivência desses sujeitos na sociedade impossível, ao ponto de os mesmos terem suas vidas ceifadas pelas circunstâncias existências ou pelos capatazes a mando ou não dos senhores dos engenhos, na época da escravidão no Brasil, porque esses sujeitos não tinham serventia nenhuma para os serviços braçais da época, que era o trabalho nos canaviais.

Se não tinha nem o “direito” a viver, imaginem à educação. Como bem sabemos, a educação escolar sempre foi e é ainda, algo pensado para as “elites”. Neste período ainda não havia constituído políticas públicas voltadas para instrução da sociedade. No entanto quem

tinha condições de contratar uma pessoa para instruir seus filhos ou enviar os mesmos para se instruir fora do país, para estudar nos países do continente europeu. Para Mozzotta (1996, p. 27-28 *apud* SANTIAGO, 2011, p. 243), com o passar do tempo, podemos ver que a construção histórica da educação das pessoas com deficiências, houve dois momentos importantes. Quando se pensa em políticas educacionais direcionadas a educação desses sujeitos, dividindo esses momentos em iniciativas isoladas (oficiais e particulares), que foi caracterizada pela ausência de políticas públicas direcionada para instrução da população de pessoas com deficiências e em iniciativas oficiais de esfera nacional, que é caracterizada pela iniciação descritivas de políticas públicas mais nítidas para instrução desses sujeitos. Porém, ambos momentos pensados para instrução dos sujeitos com deficiência, de família elitista.

No Brasil, só no final do século XIX para o início do século XX, é que iremos ver de forma clara, as iniciativas das políticas brasileiras referentes à educação das pessoas com deficiências. No entanto, guiadas pelos interesses das classes dominantes, deixamos de fora desse atendimento educacional as classes dominadas. Conforme Santiago (2011, p.243), quando se pensou em criar instituições que atendesses às pessoas com deficiências aqui no Brasil, mas da elite, se criou as primeiras instituições para dar assistência a só dois tipos de deficiências: cegos e surdos. Então, foram criados O Imperial Instituto dos Meninos Cegos³, em 1854 e, três anos depois, O Imperial Instituto dos Surdos – Mudos⁴, em 1857.

Tomando como base essas informações, as pesquisas de Jannuzzi (2004 *apud* SANTIAGO, 2011, p. 243), podemos afirmar que o surgimento dessas instituições está associado aos interesses das famílias nobres da época, porque segundo as pesquisas, a criação do Instituto dos Cegos, citado acima, fundado pelo imperador da época, está ligado ao um cego da época chamado José Álvares de Azevedo⁵, filho da elite, que estudou em Paris no Instituto dos Jovens Cegos, tendo como fundador Haüy. O Instituto dos Surdos – mudos, também citado acima, teve influência de pessoas nobres e influentes. O imperador tinha total controle dessas instituições, pois foi o responsável primordial para existências desses núcleos de assistências. Em ambas, ele quem indicava quem poderia estudar ou não nas instituições. Não é à toa, que nas duas instituições citadas, há a palavra Imperial, demarcando dentro da sociedade o poder de controle e superioridade na sociedade da época.

³ Hoje, Instituto Benjamim Constant. JANNUZZI (2004, *apud*, SANTIAGO, 2011, p. 243).

⁴ Hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos. JANNUZZI (2004, *apud*, SANTIAGO, 2011, p. 244).

⁵ Este Jovem rico publica um livro que impressiona o médico do imperador, que também possuía uma filha cega. Em meio a sensibilidade de pessoas influentes a respeito do atendimento educacional especializado para cegos, o imperador resolve fundar o instituto. JANNUZZI (2004, *apud*, SANTIAGO, 2011, p. 243 – 244).

Diante do contexto de constituição das primeiras instituições direcionadas às pessoas com deficiências, fica nítido que a população pobre nunca esteve inclusa nos planos das políticas públicas de modo geral, especificamente nas políticas educacionais, principalmente no que tange às pessoas com deficiências. As poucas que eram criadas, atendiam à sociedade rica da época, que podiam custear a “educação” dos seus. Essas instituições não tinham a intencionalidade de favorecer aprendizagem e nem a inclusão em sociedade das pessoas com deficiências. O que chamavam de educação para essas pessoas na época nada mais era do que treinos que tentavam moldar as pessoas com deficiências ao padrão fisiológico adotado pela sociedade como normal. A visão que se tinha da população deficiente era, e ainda é baseada na incapacidade dessa população aprender e ser inclusa na sociedade como qualquer outro cidadão sem deficiência (FERREIRA, 1995 *apud* SANTIAGO, 2011). Ainda dentro do contexto, do início da institucionalização da educação das pessoas com deficiência, não se via nenhuma ação voltada aos deficientes mentais.

Mas, seguindo a mesma linha de atendimento das demais deficiências, o atendimento médico, em 1874, começou a dar início a mesma perspectiva de atendimento às pessoas com deficiência intelectual.

Salienta - se ainda neste contexto, a predominância do atendimento médico em detrimento do pedagógico, exatamente como acontecia em outras partes do mundo. Seguindo esse olhar médico em relação às pessoas com deficiência temos em 1874, o início do atendimento a “deficientes mentais” no hospital Estadual de Salvador⁶ (SANTIAGO, 2011, p. 245).

Educação para essa parte da nossa população, não era ofertada como hoje, nessa estrutura e nem na perspectiva de uma educação inclusiva, talvez poderíamos dizer que “não tinha” uma educação para essa parte da nossa população. No entanto, a educação para as pessoas com deficiências, tem uma trajetória muito forte de luta, para conseguir estar neste contexto educacional atual.

A educação da pessoa com deficiência é um direito garantido por lei, que lhe dá a possibilidade de se desenvolver de forma plena em todos os campos de sua vida. Mas, esta educação vem lhe sendo negada, pela ignorância da sociedade preconceituosa que acha que as pessoas com deficiência não têm a capacidade de aprender. A falta de motivação e estímulo dessas pessoas com deficiência é um dos motivos do fracasso em seu desenvolvimento no processo de aprendizagem. A motivação e o estímulo são negados a essas pessoas, por muitos familiares e profissionais que acreditam cegamente que as pessoas com deficiência não aprendem. Sabemos sim que existem limitações, mas devemos acreditar que há também possibilidades e

⁶ Hoje, Hospital Juliano Moreira (SANTIAGO, 2011, p. 245)

potencialidades nestas pessoas. Nunca devemos comparar o desenvolvimento da pessoa com deficiência com o desenvolvimento da pessoa sem deficiência, porque cada ser humano é único em sua essência, com característica física, afetiva, social, cultural, espiritual, intelectual, fragilidade, potencialidade particular e etc. Todos aprendem e se desenvolvem, mas em seu tempo, ritmo, interesse e necessidade. O Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, p.19).

As políticas educacionais direcionadas às pessoas com deficiência têm uma potencialidade inclusiva muito grande, porém ainda deixa muito a desejar, pois não adianta criar leis, enviar verba que faça adequação na estrutura física e enviar material adequado para se trabalhar com pessoas com deficiência se não há uma fiscalização do poder público para saber se as medidas educacionais do governo estão sendo concretizadas. Além disso, também não adianta se os profissionais que trabalham diretamente com essas pessoas não são qualificados, não sendo capacitado para trabalhar com pessoas com deficiências. Essa falta de qualificação é um dos fatores mais usados por esses profissionais para justificar o fracasso escolar desses alunos com deficiências, mas também sabemos que há outros mais sérios. Segundo o Estatuto da Pessoa com deficiência, o art. 28, no inciso I, II, diz que cabe ao poder público:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015, p.19-20).

Tomando ainda como base o art.28, inciso III, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é de responsabilidade do poder público garantir a institucionalização do atendimento educacional especializadas, mas isso não é o suficiente para garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência nas salas de aulas regular, porque quem passa a maior parte do horário escolar com os alunos com deficiência é o professor da sala regular, ou seja, são 4 horas de aulas. O atendimento educacional especializado tem o horário mais reduzido e não acompanha todos os dias. No entanto, é preciso que haja uma política educacional que crie um

projeto pedagógico e com formação continuada para os professores das salas regulares que tem alunos com deficiência. Já que é um direito dos alunos com deficiência estudar em uma sala de aula regular como todos os alunos sem deficiência.

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015, p.20).

Na lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional do nosso país, o artigo 59, inciso I, II, orienta aos sistemas de ensino a assegurar aos alunos com deficiências, adequações que possibilite o acesso e permanências das pessoas com deficiência nas instituições de ensino e que tenham sua aprendizagem garantida e respeitada, porém isso não ocorre ainda como manda a lei ou não ocorre de forma alguma. No entanto, é preciso entender que este é um direito que as pessoas com deficiência têm e que precisa acontecer para que ocorra de fato, o processo de aprendizagem.

A educação de nosso país ainda está muito longe de ser uma educação de referência positiva para outros países, mas é perceptível uma preocupação de avançar na perspectiva de uma educação de qualidade para todos. E quando nos referimos a “todos”, estamos incluindo também as pessoas com deficiências, as quais têm o direito de gozar das mesmas oportunidades educacionais das pessoas sem deficiências. A constituição federal garante esse direito à educação a todos em seu artigo: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2013, p.42).”. E também garante um padrão de qualidade para a educação em seu artigo 206. “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VII - garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 2013, p.42), garantindo também o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência.

O Acesso à escola e a permanência nela não é garantia de aprendizagem, principalmente para as pessoas com deficiências que necessitam de um olhar específico para suas particularidades, com o foco nas suas possibilidades, potencialidades e não na sua limitação ocasionada pela deficiência. Mesmo diante de tudo que já foi conquistado até hoje ainda temos casos de falta de acesso à escola para as pessoas com deficiência, mas não porque não haja instituições e nem vagas, mas sim porque as escolas não se dispõem a aceitar essas pessoas, mesmo sabendo que estão indo contra as leis que regem a educação desses sujeitos. Existem muitas

desculpas que vão da falta de estrutura física à capacitação dos profissionais, falta de profissional de apoio para esses alunos, dentre outras, fazendo com que as pessoas leigas no que se refere ao conhecimento dos direitos das pessoas com deficiências acreditem que a escola regular não está preparada para acolher de forma plena essas pessoas, usando muitas das vezes a indução para que esses familiares busquem inserir seus filhos e parentes em instituições especializadas no trabalho com pessoas com deficiências. Tomando como base para marcação do tempo em que a educação das pessoas com deficiência deve ser oferecida nas escolas de ensino regular, a Lei nº 4.024. /61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961, que diz: “a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar - se no sistema geral de ensino, a fim de integrá – los na sociedade. ” (SANTIAGO 2011, p.250).

Podemos contar 56 anos que se passaram e ainda tem escola do ensino regular pública e privada que se recusa a instruir esses cidadãos, impossibilitando-os de integrar - se no mundo fora do núcleo familiar.

A constituição federal em um dos seus artigos diz: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;(BRASIL, 2013, p.42) ”.

É preciso que haja um compromisso dos professores em possibilitar que todos tenham o mesmo direito de aprender, tendo suas peculiaridades respeitadas e assistidas, favorecendo assim, o processo de ensino e aprendizagem de todos, inclusive das crianças com síndrome de Down. Segundo a LDBEN lei 9.394/96, em seu artigo 13, inciso III diz: “Art. 13. Os docentes incumbir – se ao de: III – zela pela aprendizagem dos alunos;(BRASIL .2016, p.10) ”. A lei não faz separação de alunos que merecem uma educação de qualidade. Ela garante uma educação de qualidade para todos, mas para que isso se materialize é preciso olharmos todos como sujeitos que têm possibilidades de aprender dentro das suas potencialidades e que têm direito de receber uma educação de qualidade que atenda as suas particularidades.

Diante do contexto de desigualdade social e do egocentrismo que ainda enfrentamos no mundo, a criação de leis para favorecer a inclusão e o bem-estar das pessoas com Síndrome de Down (SD) dentro da sociedade como um todo, nunca será o suficiente para que isso aconteça em uma constância natural no cotidiano dessas pessoas, ao ponto de não se perceber qualquer tipo de diferença na inserção e interação deles em sociedade. Mas, para que isso venha acontecer, e que é possível acontecer, é preciso que a sociedade tenha a sensibilidade de perceber a importância, a necessidade e a possibilidade de se fazer aplicar essas leis de forma natural no cotidiano desses sujeitos de direitos com SD, rumo à construção de uma sociedade

inclusiva, buscando o bem-estar de todos os cidadãos em sociedade, com um olhar humano e inclusivo.

Isso virá a acontecer quando as instâncias governamentais responsáveis pela educação do país, materialize o serviço educacional de qualidade, através da formação inicial e continuados dos profissionais, especificamente, dos professores que trabalham com a educação das pessoas com deficiências no ensino regular, fornecendo aos mesmo condições de criar um contexto escola de inclusão plena desses sujeitos de direitos.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

É ultrapassada a ideia de acharmos que uma sala de aula é homogênea, mesmo sendo uma turma seriada. Através de observações superficiais, iremos perceber as diferenças entre esses alunos, principalmente a condição cognitiva no processo de ensino e aprendizagem, e assim, notamos o quanto a turma é heterogênea.

A escola talvez seja o único espaço contemplado com as diversas diferenças existentes na sociedade, diferenças que vão da econômica à cognitiva, variando de indivíduo para indivíduo, que convivem no mesmo espaço e tempo.

O espaço escolar é responsável pelo estímulo do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos, com particularidades cognitivas únicas. Cabe a escola dar a assistências necessária para favorecer o desenvolvimento de cada um. Ressaltando que cada sujeito aprende do seu jeito e no seu tempo. Isso significa que a escola deve ficar atenta a esses fatores para atender às necessidades existentes em cada aluno. É importante que o professor perceba a necessidade de diversificar, quando necessário, as estratégias pedagógicas, recursos, tempo pedagógico, avaliação ou objetivo se for o caso, isso quando estamos nos referindo, a alunos com dificuldade de aprendizagem temporária ou bloqueio.

Mas, quando direcionamos nossa atenção pedagógica aos alunos com Deficiência Intelectual (DI), em particular Síndrome de Down, a diversificação no trabalho pedagógico pode ir além do citado a cima, porque as pessoas com SD têm um retardo e uma lentidão no processo de desenvolvimento cognitivo.

Quando se pensou, inicialmente, em oferecer serviços públicos voltado para educação da pessoa com DI, esses atendimentos não eram nas salas comuns do ensino regular e não seguiam a estrutura e procedimentos pedagógicos comuns à escolarização da população sem deficiências. Esse atendimento educacional ocorria em uma sala voltada, especificamente, para

DI denominados educáveis. Esse procedimento excludente, acontecia mesmo com a propagação dos princípios de integração, adotados na época. De acordo com Oliveira (2008):

Historicamente, o atendimento pedagógico e escolar daqueles com deficiência intelectual vinha sendo desenvolvendo apartado da escola regular e dos processos educacionais comuns. Mesmos diante dos princípios de integração, a partir do qual estes passaram a ser inseridos na escola, tal inserção ocorre através das classes especiais, as quais eram destinadas exclusivamente aos alunos com deficiência intelectual que exigiam níveis limitados de apoio. (OLIVEIRA 2008, p.133).

Mesmo diante de algumas alterações legais na época, no que se refere a educação das pessoas com DI, na perspectiva de integrar esses sujeitos no ensino regular, poucas coisas mudaram em benefícios à educação dessas pessoas, pois mesmo com propostas politicamente discutidas e legalmente propagadas, a sociedade resistia e ainda resiste, nos dias atuais, em aceitar as pessoas com DI no ensino regular, compartilhando o mesmo espaço e o mesmo direito de se instruir como as pessoas sem DI.

As instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, ainda resistem em aceitar a pessoa com DI para não fazer as alterações necessárias para receber esse novo aluno, sendo condicionadas a realizarem mudanças estruturantes em seu espaço físico, na sua proposta pedagógica, na preparação de pessoal etc. Essa não aceitação é mascarada com desculpas que tenta convencer os leigos em conhecimento de direito da pessoa com deficiência. Na verdade, essas instituições preconceituosas não acreditam nas possibilidades de desenvolvimento cognitivos desses sujeitos, ou seja, não creem que eles possam conseguir aprender os conhecimentos construídos e propagados pela humanidade. Oliveira (2008) afirma que:

É justo também mencionar que, aliado aos aspectos de concepção da deficiência, o sistema de ensino, apesar das proposições legais de flexibilidade curricular, não se propunha alterar suas propostas curriculares ou metodológicas, para possibilitar a aprendizagem desses alunos, em contextos regulares de ensino, dificultando ainda mais sua inserção no sistema regular (OLIVEIRA, 2008, p.132).

As práticas pedagógicas e os recursos utilizados para favorecer o processo de ensino e aprendizagem desses alunos devem ser atrativas, com o foco em recursos concretos, para dar significação a aprendizagem, facilitando a assimilação do conhecimento. No entanto, é preciso que os recursos e as estratégias utilizadas sejam adequados ao contexto cognitivo do sujeito, com o intuito de suprir suas necessidades de aprendizagem e ensino.

Mas o que é aprendizagem? O que é ensino? Esses dois processos são interligados, mas há algumas diferenças entre eles que precisam ser expostas, para que possamos entender melhor os avanços no desenvolvimento geral dos alunos com SD.

A aprendizagem pode ocorrer em qualquer lugar e de qualquer forma, não está restrita apenas ao espaço escolar e aos conteúdos ensinados neste espaço. Esse processo vai muito mais além, porque é algo natural do ser humano, isso ocorre sem uma sistematização do conhecimento que vai se aprender, planejamento, limitação de tempo, espaço adequado, métodos e técnicas que se refere à instrução escolar etc. Oliveira (1993, p. 57, *apud* OGASAWARA, 2009, p. 24), define a aprendizagem sendo esta “o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas”.

De acordo com Freitas (2016):

Aprender é o processo de assimilação de qualquer forma de conhecimento, desde o mais simples onde a criança aprende a manipular os brinquedos, aprende a fazer contas, lidar com as coisas, nadar, andar de bicicleta etc., até processos mais complexos onde uma pessoa aprende a escolher uma profissão, lidar com as outras (FREITAS, 2016, p. 1-2).

O ensino é um processo organizado de forma sistemática, planejada, técnica e metodológica, com o objetivo de instruir o outro através da transmissão de conhecimentos (conteúdo), em tempo determinado, ocorrendo em locais específicos, um desses é a escola. Esse processo direciona, instiga, impulsiona e estimular, o aluno a se desenvolver de forma sistemática. Freitas (2016) diz:

Ensinar é a atividade que tem por finalidade que o outro obtenha o conhecimento. Para que se tenha um ensino de forma que realmente agregue valor é preciso que o professor como sendo um transmissor de conhecimentos se utilize de métodos e técnicas adequadas que tenham base não apenas no contexto geral como o local, assim a necessidade básica do aluno será encarada como uma ponte para o ensino e não como um obstáculo (FREITAS, 2016, p.2).

O processo de aprendizagem e de ensino da pessoa com SD ocorrem de forma lenta. Para avançar nestes processos, os alunos precisam de constantes estímulos externo e interno, mais que as pessoas sem a síndrome, porque as pessoas com SD apresentam algumas dificuldades que impedem que se desenvolvam mais rápido, isso por causa do comprometimento cognitivo. Mesmo sabendo que as pessoas com essa síndrome são afetados cognitivamente de forma diferente, os comprometimentos cognitivos variam de indivíduo para indivíduo. Porém, é comum que uma pessoa com DI apresente algumas dificuldades comuns.

De acordo com Palhares e Martins (2002, *apud*, RODRIGUES, 2015, p. 59), as pessoas com SD “apresenta dificuldades relativas à atenção, à memória, ao processamento de informações, à linguagem e a transferência e generalização da aprendizagem”. É por causa dessas barreiras que essas pessoas demoram mais que as outras pessoas para assimilar os conhecimentos, principalmente em seu processo de aprendizagem de leitura e escrita. É também por esse motivo, que é importante as pessoas com SD ingressarem na escola na idade certa, para que sejam estimuladas e assistidas em suas aprendizagens da linguagem oral e da escrita desde a educação infantil.

Os professores se sentem muitas vezes impotentes, por não conseguirem alfabetizar uma criança com SD, e acabam dando credibilidade à ideia de que essas crianças são incapazes de ler e escrever, mas as dificuldade que impedem essas pessoas de serem alfabetizadas podem ser supridas, desde que elas recebam estímulos do meio ao qual estão inseridas desde criança até a vida adulta, para desenvolver tais habilidades, porém esses estímulos devem ser adequados em: contexto do sujeito, método, recursos, tempo etc. Sempre que for necessário, devemos adequar os diversos elementos que possam favorecer a aprendizagem e ensino dessas pessoas, uma educação adequada e de qualidade favorece a aprendizagem. Lembrando que não estamos nos referindo só a aprendizagem de conhecimentos escolares transmitidos através dos conteúdos, mas de todo e qualquer conhecimento que favoreça a autonomia pleno da pessoa com SD é preciso considerar todo avanço no desenvolvimento da aprendizagem e ensino desse sujeito, do mais simples aos complexos.

O que é adequar? Para que adequar? E o que adequar? Para quem adequar? Adequar e adaptar são dois verbos que são muito usados quando se fala na educação das pessoas com deficiências. Ambos são sinônimos um do outro, segundo o dicionário Júnior de língua portuguesa, Mattos (2011, p.19), diz que: “Adequar v. Fazer com que alguma coisa tenha a melhor forma para determinada finalidade: conformar – O professor deve adequar a linguagem aos alunos”. E diz que adaptar é:

Adaptar v.1. Modificar alguma coisa de maneira que sirva para outro uso: acomodar, adequar, apropriar – *A diretora adaptou uma casa residencial para ser usada como escola.* Adaptar - se .2. Aprender a conviver com pessoa ou coisa: acostumar - se, ambientar - se - *Quando mudei de escola, me adaptei depressa aos colegas.* (MATTOS, 2011, p.18).

Como estamos falando sobre educação da pessoa com SD e de seu processo de ensino e de aprendizagem é preciso adequar para inclui-las no contexto escolar e na sociedade, é

preciso adequar para favorecer a aprendizagem. É preciso adequar porque é um direito que essa pessoa tem, é necessário adequar para fortalecer sua autonomia em quanto ser humano e cidadão, é preciso adequar para deixá-las confortável em sociedade.

Toda barreira para inclusão e desenvolvimento de qualquer pessoa com deficiência, precisa passar por um processo de adequação para que essa pessoa seja incluída e se desenvolva. Como estamos discutindo a educação e a aprendizagem da pessoa com SD, é preciso que os elementos que impedem essa pessoa de ter acesso à educação e de desenvolver seu processo cognitivo, passem por um processo de adequação sempre que for necessário, para favorecer uma educação de qualidade.

Sabemos que há uma dificuldade de desenvolver um trabalho pedagógico significativo para desenvolvimento dos alunos com DI, essas fragilidades ocorrem por vários fatores, que vai do preconceito direcionada à capacidade cognitiva desses alunos e principalmente por falta de uma formação continuada direcionada aos professores que lecionam a alunos com DI. Mesmo com essas barreiras é preciso que a família, a escola, e o professor saibam que esses alunos não vão para escolas para ocupar espaços ou para ser mais um número nos documentos escolares. Conforme Oliveira (2007):

[...] esses alunos não vão para escola para “tratarem” das suas deficiências, eles vão para escola para aprenderem e desenvolverem ao máximo suas potencialidades, como qualquer aluno. Então, o que precisamos é encontrar respostas educacionais que lhes possibilitem a aprendizagem (OLIVEIRA,2007, p.98 apud OLIVEIRA, 2008, p. 135).

É conveniente que a escola reformule seu pensamento sobre a educação desses alunos que necessitam de serem assistidos de forma específicas. Para que isso aconteça, temos que levar em consideração alguns aspectos que precisam ser repensado para oferecer uma educação significativa a esses indivíduos como: aspectos ligados à metodologia de ensino no contexto da classe regular⁷, nível e intensidade dos apoios⁸, recursos de ensino⁹ e adequações curriculares individuais¹⁰.

⁷ Buscar alternativas pedagógicas através das quais os alunos com deficiência intelectual sejam membros participativos e atuantes do processo educacional, no interior das salas de aula, ou seja, a escola precisa refletir sobre como desenvolver os conteúdos curriculares e , ao mesmo tempo, quais adequações realizar, afim de garantir a participação dos alunos com deficiência intelectual (OLIVEIRA,2008, p.136).

⁸ Definir o nível de apoio necessário para garantir a apreensão e apropriação do conhecimento, por este aluno, nas diferentes áreas do conhecimento, com base na referência curricular da sala onde estiver matriculado (OLIVEIRA,2008, p.136).

⁹ Definir os recursos materiais e didáticos necessários para garantir a aprendizagem dos diferentes componentes e conteúdos curriculares (OLIVEIRA,2008,p.136).

¹⁰ Definir e documentar as necessidades específicas do aluno com deficiência intelectual, com base no referente

Iremos nos ater ao aspecto da adequação curricular, pois o currículo é o guia da educação escolar dos sujeitos, é o que diz a direção a seguir no processo de ensino e aprendizagem. Se o currículo for repensado, outros elementos terão que ser repensado também. Esse instrumento norteador da aprendizagem é construído de forma coletiva por toda equipe escolar, deve ser flexível para atender as diversidades do contexto escolar, no qual está sendo implantado. Conforme Rodrigues (2013, p.72): “As adaptações devem acontecer em três níveis: no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar); no currículo desenvolvido na sala de aula; no nível individual”. Mas, não é só currículo escolar que passa por adequações para poder incluir e atender às necessidades de pessoas com deficiências, vários elementos que compõe a escola precisam passar por esse processo adaptação, elementos que vão da estrutura física, pedagógica, profissional e pessoal.

Como neste trabalho estamos discutindo a educação escolar da pessoa SD, será que é preciso alterar (adequar) o currículo para favorecer a educação desses alunos? Oliveira (2008), acredita e defende a ideia de se fazer adequações no currículo para dar respostas às necessidades educacionais dos alunos com DI, mesmo sabendo que há contradições sobre a ideia da adequação curricular nos sistemas de ensino, essa autora acredita que é uma necessidade adequar o currículo para poder incluir os sujeitos.

[...]entendemos que é uma estratégia para atender às necessidades educacionais especiais desses alunos, os quais, pela condição da deficiência intelectual, quanto mais avançam na escolarização, mais se distanciam das propostas curriculares que vão se tornando cada vez mais complexas, hipotéticas e intuitivas, portanto, cada vez mais irá se evidenciando a necessidade de realizar adequações para o acompanhamento de seu processo de escolarização (OLIVEIRA, 2008, p.137).

É pensando em oferecer uma educação de qualidade a essas pessoas que temos que repensar e reformular a proposta curricular e seus componentes, para que possamos atender às demandas da educação delas. No entanto, não estamos falando em distanciar as mesmas do currículo regular ou criar um currículo diferente. Porém, ainda há alunos com SD que vão para escola muito tarde, principalmente as que moram em zona rural, por causa do excesso de cuidados da família e pela ausência de credibilidade da capacidade desses sujeitos aprenderem, chegando a se matricular em uma turma que não acompanha a proposta curricular. Por muitas das vezes não ter passado pela etapa anterior, acaba ficando em um contexto de distorção de

curricular da série em que está matriculado, relacionado aos: conteúdos e objetivos; procedimentos de ensino; avaliação e níveis de apoio pedagógico especializado(OLIVEIRA,2008,p.136).

idade /série muitas das vezes. Esses fatores também são barreiras que impedem sua inclusão no processo de ensino e aprendizagem em sua turma de origem de acordo com sua faixa etária. Na visão da educação inclusiva, as adequações na proposta curricular de acordo com Brasil (1998, p.59 *apud*, RODRIGUES, 2013, p.71), são:

[...] medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades e, somente quando absolutamente necessário, aplicam-se ao aluno individualmente. Visam ao atendimento das dificuldades de aprendizagem e das necessidades especiais dos educandos e ao favorecimento de sua escolarização (BRASIL, 1998, p.59, *apud* RODRIGUES, 2013, p. 71).

Dos quatro alunos observados na pesquisa, três estão com distorção idade/série e os quatro não acompanham o currículo da turma em que estão matriculados. Por não serem alfabetizados, os três são repetentes do 5º ano. Observamos que não há uma proposta curricular adequada à realidade escolar desses alunos, a proposta pedagógica direcionada à turma se distanciava muito do contexto cognitivo dos alunos com SD, e as práticas pedagógicas direcionadas a eles se distanciavam do contexto cognitivo também, por não favorecer a aprendizagem, sendo atividade meramente mecânica, sem contextualização do conhecimento, pautada em atividades infantilizadas, fugindo da real necessidade de aprendizagem desses sujeitos.

Acreditamos que com base em cada contexto que se encontra os indivíduos, após as tentativas de reorganização curricular e em outros elementos considerados barreiras para o avanço na aprendizagem deles. É conveniente se pensar na possibilidade de uma organização curricular do ensino regular, individual para cada sujeito, de acordo com as necessidades de aprendizagem com base no currículo comum, mas de uma turma que os mesmos consigam acompanhar e aprender os conteúdos propostos. Mesmo estando matriculado em uma turma que está de acordo ou se aproxima de sua faixa etária, o intuito não é afastar esses sujeitos do convívio e da integração com seus pares. É preciso um trabalho coletivo dos profissionais que estão ligados diretamente ao trabalho pedagógico da escola direcionado esse aluno, para ver em que área do conhecimento será mais necessário um trabalho de adequação mais elaborada, com foco no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com SD. Cremos que a elaboração de plano de desenvolvimento individual quando necessário, é mais proveitoso para aprendizagem desses alunos, que o currículo com adaptações da turma que o aluno está matriculado, em um contexto de distorção de idade / série e que foge da realidade cognitiva do sujeito. O pensamento aqui discutido não é só a convivência no espaço escolar, mas a aprendizagem significativa.

A escola e todos profissionais ligados diretamente ao trabalho pedagógico são responsáveis pela reorganização ou criação de uma proposta curricular adequada às necessidades dos alunos com DI. Para Oliveira e Leite (2000, p.15-16), podem ser em três níveis organizacionais:

Adequações curriculares de escola: são adaptações que se realizam nos diferentes elementos do projeto pedagógico desenvolvido pela equipe da escola para atender às necessidades educacionais especiais [...] Adequações curriculares de aula: conjunto de ajuste nos elementos da proposta curricular para possibilitar o processo de ensino e aprendizagem e a interação do aluno com necessidade educacional especial na dinâmica da sala de aula [...] Adequações curriculares individuais: só deverão ocorrer quando todas as alternativas foram tentadas e o aluno possua um nível curricular significativo abaixo do esperado pela sua idade. (OLIVEIRA e LEITE, 2000, p.15-16, *apud* OLIVEIRA, 2008, p.141).

Com base em Oliveira (2008) essas adequações curriculares podem ocorrer de dois tipos em grande porte e em pequeno porte, a autora classifica em: Adequações Curriculares de Grande Porte¹¹ e Adequações Curriculares de Pequeno Porte¹². Conforme a autora, há duas adequações básicas no que se refere ao currículo, para possibilitar os alunos ao acesso à uma educação de qualidade. São as Adequações de acesso ao currículo¹³ e as Adequações nos elementos curriculares¹⁴, ocorrendo ambas em grande porte e em pequeno porte.

A autora Oliveira se baseia em Aranha (2000 a) para definir as adequações dos fatores de acesso ao currículo¹⁵ e dos elementos curriculares¹⁶ que passam por adequações para atender alunos com DI no ensino regular, ocorrendo dentro nas duas classificações de adequação citada acima, os elementos do currículo são: os objetivos, os conteúdos, método de ensino e organização didática, sistema de avaliação, temporalidade.

¹¹ Adequações Curriculares de Grande Porte - cujas ações são de competências e atribuições das instâncias político – administrativas e dos sistemas de ensino de âmbitos: municipal, estadual ou federal (OLIVEIRA, 2008, p.140).

¹² Adequações Curriculares de Pequeno Porte – compreendem modificações menores, de competências específica do professor, uma vez que se concentram em ajustes no contexto da sala de aula (OLIVEIRA, 2008, p.140).

¹³ Adequações de acesso ao currículo – modificações de responsabilidade das instâncias político- administrativas e referem – se a alterações de recursos especiais, materiais ou de comunicação, que poderão propiciar aos alunos com necessidades educacionais especiais o desenvolvimento do currículo escolar (OLIVEIRA, 2008, p.142).

¹⁴ Adequações nos elementos curriculares-modificações realizadas nos diferentes elementos curriculares: Objetivos, conteúdos, metodologias, atividades, avaliação para atender às necessidades educacionais especiais Essas adequações podem ser de Grande ou de Pequeno Porte e dependerá do grau das alterações e se resultam de responsabilidade administrativa ou docente. (OLIVEIRA, 2008, p.142).

¹⁵ Explicações desses fatores de adequações de acesso ao currículo de grande porte e de pequeno porte ver Aranha (2000 a, *apud*, OLIVEIRA ,2008, p.142 - 147).

¹⁶ Explicações de adequações nos elementos curriculares de grande porte e de pequeno porte ver Aranha (2000a *apud*, OLIVEIRA ,2008, p.142 - 148).

A LDBEN no art.59, inciso I e II. Assegura algumas organizações em alguns elementos específicos para atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência quando afirma:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específicas para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 2016, p.19).

Mas para que haja adequações de acesso ao currículo e nos elementos curriculares de pequeno porte, cuja atribuição é do professor do ensino regular, então é necessário que este esteja capacitado para realizá-las, sabendo o que e como adequar. É imprescindível que tenham os conhecimentos básicos para realizar as adaptações necessária, oferecendo uma educação significativa e de qualidade ao sujeito com deficiência.

2.2 PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE APOIO CAPACITADOS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS FUNÇÕES

Para um profissional de qualquer área de conhecimento exercer seu ofício, ele deve ter no mínimo uma formação inicial ou capacitação inicial, podendo ser em nível médio /técnico ou superior. Para que ele possa exercer esse ofício com mais eficiência, prestando serviços de qualidade a sociedade, mas deve buscar se aperfeiçoar naquilo faz, ou seja dar continuidade a sua formação profissional através de formação ou capacitação continuada.

A preocupação com a formação de professores e com a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, faz com que a LDBEN (Lei nº 9.394/96) tenha como um de seus destaques o reconhecimento da importância de uma capacitação constante e crescente dos professores que atuam na Educação Básica, gerando a multiplicação de iniciativas do governo voltadas para a formação de professores.

Em conformidade com a lei nº 9.394/96, para atuar como profissional do magistério é preciso no mínimo ter formação no magistério na modalidade normal médio, mas com as demandas da educacionais da sociedade, é preciso ir além dessa formação mínima para das as respostas educacionais a sociedade, se faz necessário ter uma constata formação para uma boa prestação de serviço. No art. 62, no parágrafo § 1º da LDBEN (BRASIL, 2016) diz: “§ 1º A

União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”.

A continuação do aperfeiçoamento desse profissional é indispensável, principalmente para construção de uma educação na perspectiva inclusiva. Uma das carências dos professores pesquisados é a falta de formação continuada ou capacitação que lhe favoreça meios teóricos, metodológicos, materiais entre outros, que possam lhe dar condições de desenvolver um trabalho pedagógico voltado ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos com SD. Essa falta de preparação dos professores das turmas regulares para trabalhar com alunos com deficiência é uma realidade em muitos Estados, municípios do nosso país. Mas a LDBEN (BRASIL, 2016), lei nº 9.394/96 no Capítulo V - Da Educação Especial, no art.59, inciso III, expressa que os sistemas de ensino, assegurarão que os alunos com deficiências serão assistidos por professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e também por professores do ensino regular qualificados para o trabalho de sua inclusão em salas de aulas do ensino regular. Conforme diz:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 2016, p.19).

Essa responsabilidade do poder público na qualificação dos professores do ensino regular como fator indispensável no processo de inclusão dos educandos com deficiência é pontuada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), nº 13.146/2015, art. 28, inciso X¹⁷.

No município de Goiana/PE, não há capacitação ou formação continuada voltada para o trabalho pedagógico com alunos com deficiências, para os professores das turmas do ensino regular, mesmo em sua turma tendo alunos com deficiências. Na maioria das escolas que tem alunos com deficiências tem o professor do AEE, mesmo com a existência desse profissional na escola os professores das turmas regulares se sentem carentes de apoio de orientação pedagógicas para realizar um trabalho com esses alunos. Os professores do AEE das escolas pesquisadas são especialistas na área que atuam, em nível de especialização.

¹⁷ Art.28.Incumbem ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

X- adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado. (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015, p. 19-20).

A coordenação de Educação Especial e sua equipe, do município de Goiana/PE, órgão ligado à secretaria de educação municipal, além de oferecer serviços de atendimento psicopedagógico e psicológico aos alunos matriculados na rede municipal de ensino dispõem de profissionais de apoio para educação especial, que são encaminhados para o trabalho da inclusão do aluno na escola, especificamente no trabalho na sala de aula.

Esses profissionais passam por uma capacitação, onde recebem orientações necessárias para o trabalho, sobre suas atribuições para com os alunos e também para com o professor da turma regular. Esses apoios escolares se resumem em cuidador ou auxiliar de sala. O tipo de apoio é de acordo com a necessidade do aluno. Geralmente esses profissionais são alunos da Autarquia Municipal do Ensino Superior de Goiana (AMESG), Faculdade de Ciências e Tecnologia Professor Dirson Marciel de Barros – FADIMAB. A secretaria de educação tem um convenio com essa instituição, contratando esses profissionais com estagiário remunerados, são selecionados alunos dos vários cursos especificamente os de pedagogia.

Atualmente, a educação especial é idealizada como uma modalidade de ensino que deve transcorrer todos os níveis, etapas e modalidades, além de realizar o atendimento educacional especializado, disponibilizar recursos e serviços, orientar quanto a utilização no processo de ensino regular.

Vamos nos dirigir nesta etapa deste trabalho, a alguns profissionais da educação que prestam serviços aos alunos com deficiência, referente ao trabalho voltado à educação escolar desses sujeitos. Citaremos apenas quatro profissionais que trabalham diretamente com o processo de inclusão, aprendizagem e ensino dos alunos com deficiência, favorecendo sua inclusão no contexto do ensino regular, sabemos que há outros profissionais da educação envolvidos neste processo, mas refletiremos sobre as colaboração, importância e função do professor da sala regular, do apoio escolar (cuidador) ou apoio escolar (auxiliar de sala de aula) e do professor do AEE no trabalho do desenvolvimento das aprendizagem e no pedagógico em sala de aula.

Durante as observações, nas entrevistas e em diálogo com alguns gestores e com professor do AEE, entendemos que, quando o aluno é assistido pelo profissional do AEE, apoio escolar (cuidador) ou apoio escolar (professor de apoio). Há uma divergência pedagógica sobre a responsabilidade da aprendizagem do aluno com SD, por parte do professor do ensino regular, independentemente que haja cuidador, auxiliar de sala ou atendimento de AEE, o responsável pela aprendizagem do aluno é o professor do ensino regular. Essas divergências ocorrem principalmente, quando há cuidador ou auxiliar de sala.

Esses agentes mediadores da aprendizagem têm funções distintas, porém o objetivo é o mesmo, favorecer a aprendizagem e autonomia do aluno é um trabalho coletivo, que cada um contribui de forma específica para favorecer um todo.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação dessas pessoas é oferecida na rede regular de ensino, nas salas de aulas regulares é professor titular que é o responsável pela aprendizagem e ensino dessas pessoas, porque é ele quem trabalha os direitos da aprendizagem através dos conteúdos. O professor do AEE não é conteudista. Ele trabalhar no atendimento a estimulação dos campos cognitivo, psicomotor, comportamento, emocional e Atividade da Vida Diária (AVD) dos alunos. Mesmo ele utilizando metodologia e material didático comuns, aos do professor do ensino regular. O cuidador não cuida da parte pedagógica no trabalho com o aluno, até porque além de não ser sua função, muitas das vezes não tem a formação adequada para intervir na parte pedagógica. O professor auxiliar tem seu trabalho voltado ao trabalho pedagógico com o aluno, mas todo esse trabalho é planejado pelo professor da sala, o auxiliar é apenas o mediador na aprendizagem do aluno.

Professor da sala regular de ensino: A responsabilidade do ensino e da aprendizagem da pessoa com deficiência na escola de ensino regular, é exclusivamente do professor da sala regular, segundo (BRASIL, 2016, p.10). Na Lei nº 9.394/96, artigo 13. Inciso II e III diz: “ Os docentes incumbir-se-ão de: II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III – zelar pela aprendizagem dos alunos”;

Esse profissional deve pesquisar, planejar, articular, orientar, executar e adaptar todo o trabalho pedagógico direcionado aos alunos com deficiência, facilitando a inclusão plena desse educando no contexto escolar. Buscando sempre que necessário, ajuda para melhorar o trabalho com o aluno, com demais profissionais existentes na escola, como: supervisor, professor do AEE, coordenador pedagógico, psicopedagogo, psicólogo, gestor escolar.

Apoio Escolar (Cuidador): Esse profissional deve ter no mínimo o Ensino Médio, para exercer tal função. É uma pessoa que presta serviços na locomoção, alimentação e higiene da pessoa com deficiência, assegurando a integridade física desse aluno. Segundo a Coordenação de Divisão de Educação Especial de Goiana/PE (2017), em seu material de Orientação para o Trabalho do Professor de Apoio a Educação Especial, descrever algumas atribuições do cuidador:

O cuidador está apto a auxiliar a pessoa assistida no desempenho das atividades cotidianas e corriqueiras, tecnicamente chamada de Atividades da Vida Diária – AVDS.

Exemplos de tarefas do cuidador na escola parcialmente ou realizar pelo assistida:

- Alimentar

- Vestir
- Deambular ou locomover
- Realizar higiene corporal
- Manipular objetos
- Sentar, levantar, transferência postural
- Escrever, digitar
- Comunicar – se
- Orientar – se espacialmente
- Brincar e outras.

OBS: Esse profissional deverá permanecer fora da sala de aula e comparecer para auxiliar o aluno quando solicitado pelo coordenador pedagógico, professores, ou inspetor, como também realizar apenas as atividades acima descritas compatíveis à sua função (GOIANA, Prefeitura Municipal, 2017, p.7).

Apoio Escolar (professor de apoio): Esse profissional deve ter no mínimo o magistério na modalidade normal médio, para exercer tal função, é uma pessoa que presta assistência pedagógica a pessoa com deficiência, sob a orientação didática e pedagógica planejadas pelo professor titular da sala. Esses profissional deve auxiliar o aluno em atividade dentro e fora da sala, assegurando o desenvolvimento desse aluno e sua inclusão na proposta pedagógica da sala, organizada pelo professor titular da sala, o qual é responsável pela as aprendizagens do aluno . Segundo a Coordenação de Divisão de Educação Especial de Goiana/PE (2017), em seu material de Orientação para o Trabalho do Professor de Apoio a Educação especial, descrever algumas atribuições do professor de apoio em AEE:

A principal função do PROFESSOR DE APOIO EM AEE é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação. Desse modo deverá:

- Atuar como intermediário nas questões sociais, e de comportamento, na comunicação e linguagem,
- Participar das atividades e/ ou brincadeira escolares, e das atividades dirigidas e / ou pedagógicas na escola,
- Acompanhar a criança ao banheiro caso necessário,
- Auxiliar a criança na alimentação,
- Auxiliar nos hábitos de higiene, promovendo independência e autonomia no decorrer da rotina,
- Atuar em diferentes ambientes escolares, tais como sala de aula, as dependências da escola (aula de educação física no pátio, atividades na sala de leitura e de informática, brincadeiras no recreio no pátio e nos passeios escolares que forem de objetivo social e pedagógico),
- Ajudar e apoiar as crianças na aprendizagem e aplicação de material de classe,
- Encorajar a criança a ser menos passiva no ambiente,
- Realizar adaptações curriculares e produzir material de apoio pedagógico com orientação do professor de AEE e/ou do professor de turma regular caso seja necessário.

O ESTAGIÁRIO EM AEE assume o papel de auxiliar de apoio na inclusão do aluno com deficiência e não papel de professor principal da criança. Ele deverá ser visto como mais um agente de inclusão, estando sempre atento a ajudar no processo de desenvolvimento e aprendizagem, para que a criança possa ser

incluída em um processo educacional que, de outra maneira, ou seja, sem uma pessoa diretamente a apoiando numa relação um para um, poderia ser desestruturante e insuportável, tanto para escola quanto para o aluno com deficiência. (GOIANA, Prefeitura Municipal, 2017, p.7-8).

Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE): Ainda há professores do ensino regular que confunde o trabalho desse profissional dentro da escola, crendo que é de responsabilidade dele ensinar os conteúdos escolares aos alunos com deficiências, no entanto não é, além de seu trabalho de atendimento individual ou em grupo aos educandos, eles tem outras atribuições conforme os documentos legais, é preciso conhecer essas responsabilidades, para poder cobrar desse profissional, a assistência necessária ao trabalho com os sujeitos assistidos em sala regular.

O trabalho desse profissional no atendimento individual ao aluno, é a estimulação dos campos de desenvolvimento afetado pela deficiência como: Psicomotor: (esquema corporal, lateralidade, estruturação espacial, orientação temporal, tônus, postura, equilíbrio, pré – escrita); Cognitivo: (Percepção e Discriminação: visual, auditiva, gustativa, olfativa e tátil; Memória: visual, auditiva, viso motora; Atenção, Raciocínio, Conceituação, Linguagem: dificuldade quanto a fala, quanto a leitura e quanto a escrita); Comportamental e Emocional : (agressividade, agitação, birras, choro, sexualidade excessiva, isolamento, insegurança); AVD. Esse profissional pode até utilizar recursos que são comuns aos trabalhos do professor da sala regular, mas ele não é conteudista.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), descreve as atribuições do professor de AEE, pois os professores do ensino regular não têm conhecimentos de todas essas reponsabilidades que tem o profissional do AEE.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2013, p. 304).

O exercício de reflexão se faz necessário para sugerir novas formas de conformação do espaço / tempo educacional, assim como a criação de espaços socializadores e colaborativos de análise do contexto escolar do aluno. Entre os professores e demais profissionais da escola, para haja um trabalho coletivos, com campo de atuação diferentes, mas com o objetivo de favorecer o todo, a aprendizagem e autonomia do educando.

Diante da necessidade de os professores exercitarem a reflexão da própria prática, desde a formação inicial, como condição primordial para a melhoria da qualidade do ensino. No Brasil a inclusão é em grande maioria tomada como uma iniciativa que visa ao ingresso de pessoas com deficiência nas escolas buscadas apenas em observância à limitação biológica, sem uma reflexão sobre a teoria/ prática pedagógica em si.

Na verdade, tanto o ensino regular, quanto a educação especial precisam passar por um processo de reorganização estrutural, material, física e conceitual e não um processo de limitação ou extinção, visto que as discussões atuais sobre igualdade e justiça para todos que giram em torno de inclusão, não são suficientes, porque se utilizam de estratégias de poder para definir quais são os grupos que devem participar dessa relação.

Portanto, é preciso o desenvolvimento de um olhar sobre os processos educacionais que creia no princípio de que toda criança é educável e que a deficiência a ser combatida é mais uma invenção social para justificar a seletividade e o preconceito nas escolas.

3 OLHAR O ALUNO ALÉM DAS APARÊNCIAS

Atualmente a sociedade se encontra em constante evolução, seja qual for a esfera em evolução, a mesma sempre traz consequências positivas e negativas para tudo e todos. E esse processo obriga tudo e a todos, a se moldar para se adaptar e se inserir ao novo contexto, ao novo tempo; exigindo de todos novas habilidades, conceitos e visão de mundo, para poder usufruir dos benefícios e também para ajudar nesse desenvolvimento e sentir-se parte dentro dessa nova era de desenvolvimento global. E umas das esferas que passa por mais transformação é a *educação*, que exige mais esforços de todos envolvidos, na busca de soluções de problemas existentes na sociedade, obrigando os profissionais da educação, especificamente dos professores, a construção de novas concepções de educação, de ensinar, de aprender e de interação com o outro etc.

Neste capítulo vamos tratar sobre algo que não aprendemos na academia, mas sim, no decorrer de nossa existência na terra, é no viver, conviver e na interação com o outro, que aprendemos a dar importância ao outro ou não, esse valor varia de acordo com o contexto que estamos inseridos ou seja vivendo.

É no núcleo familiar que damos os primeiros passos na aprendizagem da estima ao outro. É nesse primeiro grupo social que devemos aprender os mais belos sentimentos de convivência humana, que nos guiará até o fim da nossa vida corpórea aqui na terra. Quando se fala aqui sobre dar atenção ao outro, não estamos nos referindo em dar crédito ao que as pessoas falam mal ou bem das outras, nem propagar sentimentos de compaixão ou dar gravidade a dor e ao sofrimento do outro, nem sequer as várias fragilidades humanas que os indivíduos vivenciam nesta existência, a qual são visíveis ou não ao olhar físico.

O foco aqui é dar relevância e credibilidade às potencialidades que outro traz consigo, mas que ainda não se deu conta dessas potencialidades e que precisa de uma mediação para interiorizar e exteriorizar essas potencialidades. Quando citamos aqui potencialidades, não estamos almejando que os indivíduos realizem coisas extraordinárias, porque o intuito não é exaltar os indivíduos de acordo com suas potencialidades, mas sim, dar o devido merecimento a cada indivíduo respeitando as particularidades de desenvolvimento de cada um, levando sempre em consideração, o contexto que eles estão inseridos, seja social, cultural, político, religioso, educacional, emocional etc.

Um dos focos dessa etapa deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está voltado para a credibilidade das potencialidades das pessoas com deficiências, especificamente as com Síndrome de Down que é o objeto de estudo desse trabalho. Os discursos no decorrer do texto estão voltados especialmente para as pessoas com deficiências. Tentaremos pontuar alguns

elementos importantes, com a perspectiva de valorizar as potencialidades das pessoas com deficiências, dentro de uma sociedade excludente. Temos o intuito de levar as pessoas diante dessa reflexão, a olharem além das aparências, a pessoa com deficiência. Falaremos a seguir sobre olhar e o ver sobre o aluno na visão de Martins e Pimentel (2009, p.35), que diz: “Falar do olhar não é a mesma coisa que falar do ver. Apesar de ambos partirem do mesmo recurso, a visão, há algo que os diferencia.”. Mas não iremos nos ater a falar só sobre o olhar do educador, mas também o olhar da família, da escola, porque esses três personagens mediadores são de suma importância para o desenvolvimento das pessoas com deficiências.

Que tipo de olhar esses personagens mediadores estão direcionando às pessoas com deficiências? Eles realmente acreditam que há potencialidades nestes sujeitos? Eles têm contribuído para a inclusão desses sujeitos na sociedade? O tipo de olhar que se direciona a alguém é que vai definir o tipo de interação, relação social e afetiva haverá com esse alguém, seja um olhar de credibilidade, esperança ou um olhar de desprezo, inferior, incapaz. É o olhar que vai te conduzir na construção de uma convivência e no trato com outro, seja um olhar positivo ou negativo.

O olhar ao qual fazemos referência ultrapassa a função natural da visão, sendo confundido com o ver, as leituras e compreensão de mundo do olhar e do ver são completamente distintos; o ver enxerga o “físico”. Aquilo que a função natural dos olhos podem alcançar, desprovido de emoções, mas o olhar, vai além do físico, pois é capaz de perceber o que não está ao alcance da função natural dos olhos. Esse olhar é movido por emoções, motiva o homem a colocar em exercício o seu ser “humanitário”, que busca compreender o que está por trás de algo, alguém, contexto, situação etc.

3.1 CONHECENDO A SÍNDROME DE DOWN

Neste trabalho não temos a intenção de discutir, de forma detalhada, as limitações que a Síndrome de Down (SD) causa nos sujeitos. A nossa intenção é discutir um pouco sobre essa síndrome para contextualizar o sujeito da pesquisa dentro do contexto do trabalho aqui descrito, facilitando para o leitor o direcionamento do sujeito pesquisado neste trabalho.

A SD pode ocorrer em qualquer pessoa, não há acepções de qualquer classe social, cultural e gênero para que ela ocorra. É uma síndrome que vem instigando discussões em várias áreas do conhecimento, que vai da medicina à educação. A medicina busca entender melhor sua causa, prevenção, limitações de desenvolvimento da pessoa com SD, para poder desenvolver método de acompanhamento clínico que favoreça o desenvolvimento dessas

pessoas. A educação busca entender melhor como se dão o processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos, para construir métodos pedagógicos, ajudando a desenvolver práticas inclusivas que favoreçam essa aprendizagem e ensino de forma significativa, com a perspectiva de instigar esses sujeitos a se incluírem de forma autônoma e natural na sociedade.

Segundo Rodrigues (2015, p.21), “A síndrome de Down ocorre uma vez em cada 800 nascimentos”. A SD está dentro da classificação de Deficiência Intelectual (DI), pois a parte mais afetada do sujeito, é o desenvolvimento cognitivo. Mas, há outras partes do desenvolvimento que são afetadas, surgindo também algumas doenças ocasionada pela SD.

Mas o que é SD? Como intensificar essa síndrome no sujeito? Quais as causas dessa alteração genética no cromossomo 21? Quando surgiu? Quem descobriu? Quais as características do sujeito com SD? Quais as complicações ocasionadas na saúde da pessoa com SD? Essas são algumas das perguntas que vem sendo respondidas no contexto atual, com a divulgação da temática dentro de várias áreas do conhecimento, principalmente saúde e na educação.

A SD é denominada como problema genético, anomalia genética e acidente genético, mas independentemente do termo utilizado. É uma alteração permanente que ocorre em um dos cromossomos que compõem a estrutura do DNA, os cromossomos são responsáveis pela definição de características físicas específicas de cada indivíduo, definindo a genética desse sujeito. Os cromossomos se encontram no núcleo de cada célula que compõem o ser vivo, as células são compostas por 46 cromossomos, divididos em 23 pares, a alteração ocorre no par 21, que ao invés de ter só dois pares de cromossomos, tem 3. É denominada de Trissomia 21, mas além desse tipo de alteração genética que dá origem a SD, há mais duas, a Translocação Cromossômica e o Mosaicismo Cromossômico, as três formas de alteração genética tem como base desses processos o cromossomo 21.

Iremos transcrever em poucas palavras informações sobre esses tipos de alterações cromossômica, que dão a origem a referida síndrome, apenas como informações complementares a este TCC.

A alteração no par de cromossomo 21 ocorre de três formas: a Trissomia livre do cromossomo 21¹⁸, a Translocação cromossômica não equilibrada¹⁹ e o Mosaicismo cromossômico²⁰. De acordo com Rodrigues (2015, p.36):

A trissomia livre 21 é a causa de mais de 90% dos casos da presença da síndrome. A translocação cromossômica não equilibrada é responsável por cerca de 3 a 4% dos casos. Nesses casos, a cópia extra do cromossomo 21 está translocada para porção terminal de outro cromossomo. Além dessas duas possibilidades, o mosaicismo do cromossomo 21 é encontrado em cerca de 2 a 4% dos indivíduos com síndrome de Down. É importante ressaltar que os afetados pela síndrome devido a um rearranjo cromossômico são indistinguíveis fenotipicamente daqueles com trissomia 21. Além disso, nos casos de translocações cromossômicas, não há relação entre a idade materna e o rearranjo. (RODRIGUES, 2015, p. 36)

Essa síndrome pode ser identificada antes do nascimento, no feto ainda em vida intrauterina. Esse ser em formação ainda no útero, passa por alguns exames para poder identificar a alteração genética, se nesses exames o feto apresentar um conjunto de sinais específicos da síndrome no seu material genético, é diagnosticado como SD. Com base em Alves (2007, *apud*, RODRIGUES, 2015, p.27-30), para saber sobre a vida do feto ainda no útero, seu desenvolvimento e sua saúde, isso só é possível mediante a um diagnóstico, que realizado por meio de um cariótipo²¹ para obter informações sobre as células do ser em

¹⁸ O mecanismo genético mais frequente de origem da trissomia livre do cromossomo 21 é a não disjunção (isto é, não separação) dos cromossomos 21, durante a formação de gametas na meiose de um dos genitores. Este erro de não disjunção resulta em um óvulo ou espermatozoide com 24 cromossomos devido à presença de dois cromossomos 21. Após a fecundação com o gameta normal, será originado um embrião com três cromossomos 21. O cariótipo desse indivíduo tem 47 cromossomos, sendo um deles uma cópia extra do cromossomo 21. A explicação para o risco aumentado em mulheres com idade materna avançada é que a ocorrência de erros meióticos de não disjunção de cromossomos aumenta com a idade materna, em decorrência do próprio mecanismo da gametogênese feminina. A não disjunção de cromossomos produz óvulos aneuploides (isto é, portadores de um número de cromossomos diferentes do número correto), que tem excesso ou perda de cromossomos. (RODRIGUES, 2015, p.37).

¹⁹ Em 3 a 4% dos casos de síndrome de Down, o cromossomo 21 extra está fisicamente ligado a um segmento terminal de outro cromossomo, rearranjo cromossômico que é denominado de translocação. Frequentemente, o cromossomo 21 extra está translocado para o braço curto de um dos cromossomos do par 14. Nestes casos, o cariótipo do afetado pela síndrome de Down tem 46 cromossomos, sendo que um desses cromossomos é rearranjado, com o cromossomo 21 translocado. (RODRIGUES, 2015, p.37).

²⁰ Os indivíduos que apresentam mosaicismo cromossômico exibem dois tipos de células, um com (46) e conteúdo normais de cromossomos e outra linhagem com células com 47 cromossomos devido à trissomia do cromossomo 21. A causa principal do mosaicismo é a não disjunção do cromossomo 21, em uma divisão mitótica de uma célula do próprio embrião, que dará origem a uma linhagem de células que serão trissômicas. A proporção final entre células normais e trissômicas é variável e postula-se que quanto menor for o número de células trissômicas, menos afetado será o paciente. De fato, pacientes mosaicismo geralmente tem um quadro clínico mais leve. (RODRIGUES, 2015, p.37-38).

²¹ É uma representação do conjunto de cromossomos de uma célula. O cariótipo pode ser realizado a partir de exame de leucócitos obtidos geralmente por uma pequena amostra de sangue periférico. É possível realiza-lo também antes do nascimento, depois da décima primeira semana de vida intrauterina, por meio do decido fetal. (RODRIGUES, 2015, p. 27 – 28).

formação. Mas há técnicas de exames que podem identificar a SD no período da gravidez e depois do nascimento da criança, isso quando é solicitado certo exame conforme cada caso. Podemos citar algumas dessas técnicas como: diagnóstico pré-natal, técnica de diagnóstico pré-natal amniocentese, amostra de vilocorial, ultrassonografia, dosagem de alfafetoproteína materna, aconselhamento genético.

Existem algumas causas que levam a essa alteração genética no cromossomo 21, que dá origem à síndrome de Down Conforme Rodrigues (2015, p.22), “As causas podem ser: idade da mãe, drogas, alcoolismo, Raio X, problemas hormonais e imunológicos, idade materna 35 anos ou mais, idade paterna 45 a 50 anos, pais já com desordens cromossômicas”.

Não tem uma data precisa de quando realmente surgiu o primeiro caso de pessoas com SD no mundo, isso, no que se refere a registros relatando o surgimento dessa síndrome antes do século XIX. Tendo como base Pueschel (1993 *apud* RODRIGUES, 2015, p. 23-24), supõe que registro antropológico indica informações sobre essa síndrome no século VII, tendo como fonte histórica para essa afirmação a existência de um crânio encontrado com características semelhantes a pessoa com essa síndrome. E também a representação de esculturas e pictografias de pessoas com a SD.

A partir do XIX, alguns estudiosos começam a tentar descrever as características de uma pessoa com SD. Jean Esquirol em 1838²², Eduard Seguin em 1846²³ e Ducan em 1866²⁴. As descrições feitas por esses estudiosos na época não foram tão claras para contemplar a identificação física de uma pessoa com SD de forma precisa. De acordo com Rodrigues (2015, p.22), “A primeira vez que a síndrome foi estudada foi em 1838, revista em 1846 pelos médicos franceses John Down e Lejeune. Eles descreveram as características e as causas genéticas: uma trissomia do cromossomo 21”.

Em 1866, o médico inglês Dr. John Langdon Down, descreveu a síndrome de forma precisa e mais elaborada, nessa descrição, ficou mais compreensiva as características da síndrome, por isso recebeu o sobrenome desse médico, em sua homenagem, então essa alteração genética é chamada de Síndrome de Down.

²² Fez a primeira descrição de uma criança que se presume tinha a síndrome de Down. (RODRIGUES, 2015, p. 24).

²³ Descreveu um paciente com características semelhantes à síndrome de Down, denominando de “idiota furfurácea”. (RODRIGUES, 2015, p. 24).

²⁴ Registrou caso de uma menina “com cabeça pequena e redonda, olhos que pareciam com os chineses, projetando uma grande língua para fora e que só conhecia algumas palavras”, que lembravam características semelhantes à síndrome. (RODRIGUES, 2015, p. 24).

Esse médico, ao descrever seu relato sobre a síndrome, menciona algumas características físicas que vai distinguir a pessoa SD das demais pessoas com deficiência intelectual, separando a pessoa com essa síndrome, em um grupo fisicamente distinto:

O cabelo não é preto, como um verdadeiro mongol, mas é de cor castanha... Mas é liso e escasso. O rosto é achatado e largo. Os olhos posicionados em linhas oblíquas e o nariz pequeno. Estas crianças têm um poder considerável para a imitação. PUESCHEL (1993, p.48, *apud* RODRIGUES, 2015, p.-25)

A contribuição descritiva desse médico, foi de suma importância para a identificação desse grupo específico, com particularidades específicas dentro da classificação de deficiência intelectual (DI), porque além do retardo e lentidão no seu desenvolvimento cognitivo, há outros problemas ocasionados por essa síndrome. As descrições físicas feitas por Down, com passar do tempo e com os avanços das pesquisas, passam por observações e alterações com base em outras percepções. Rodrigues (2015, p.22), descreve algumas descrições das crianças com síndrome de Down.

A cabeça é pequena e achatada. Os cabelos são finos e escassos. As fontanelas (moleiras) demoram mais a fechar que em uma criança normal. O rosto apresenta um contorno achatado e o nariz pequeno. Os olhos normais são oblíquos. As orelhas são dobradas parecendo que falta cartilagem. A boca é pequena e a língua geralmente fica para fora e, à medida que a criança cresce, aparecem estrias que devem ser muito bem lavadas e higienizadas para não armazenar saliva, que é ácida e faz aparecer cáries constantes, o que leva a perder logo os dentes. Os dentes demoram mais a chegar que os de uma criança normal. O pescoço (alado) é curto e grosso. O tórax é afunilado, podendo apresentar problemas respiratórios e cardíacos. Os pés e as mãos apresentam anormalidades. (RODRIGUES, 2015, p. 22).

Como toda criança precisa de cuidados, as que têm a SD os cuidados são dobrados até a vida adulta, porque além da deficiência intelectual que é o fator principal dessa síndrome, sua saúde também é comprometida, pois essa síndrome causa problemas na saúde do sujeito. Porém, nem todas apresentam os mesmos problemas de saúde. Isso depende muito da genética de cada um. Os problemas mais comuns são: deficiência auditiva, doenças cardiopatias, anormalidade intestinal, deficiências oculares (catarata, estrabismo, miopia), nutricionistas (dificuldade de ganhar peso ou obesidade), problemas ortopédicos, instabilidade atlanto - axial (problemas sérios no pescoço), problemas imunológicos, leucemia, doença de alzheimer, convulsão, apneia do sono.

3.2 A VISÃO DA FAMÍLIA E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

A família, como bem sabemos, é o primeiro grupo social que o indivíduo tem contato ao nascer, porém, bem antes disso, houve um planejamento para receber um novo ser neste

mundo, foi traçado várias expectativas, que vai da preferência do sexo, a escolha do nome, enxoval, e ao suposto futuro que esse indivíduo terá em sua existência na terra, no entanto, tem coisas que fogem do nosso controle humanamente falando. Toda pessoa que decide colocar em exercício sua maternidade ou paternidade, seja um casal ou não, independente da estrutura de família que se deseja constituir, seja filho biológico ou adotivo, sempre almeja o melhor para esses pequenos indivíduos, almejam que venham com saúde, perfeito intelectualmente e fisicamente, que pareçam com o pai ou com mãe fisicamente em casos de filho genético.

São traçados pelos seus pais biológicos ou adotivos, várias possibilidades de como será a vida desse pequeno indivíduo no decorrer de seu desenvolvimento físico, intelectual, social, cultural e espiritual. Mas todas essas expectativas, entram em declínio quando esse indivíduo nasce com alguma deficiência, as famílias começam a dar vazão ao sentimento de culpa, incredibilidade, impotência, tristeza, sofrimento, incapacidade, compaixão etc. Passam a deixar de lado todos os planos feitos para a vida desse indivíduo, e começam a ver seu filho com outros olhos, direcionando ao mesmo pensamento de incapacidade, focando apenas na deficiência, adiando a oportunidade de conhecer desde cedo, a essência que seu filho trouxe consigo de possibilidades de se desenvolver pleno, não se equiparando com os outros indivíduos, mas sim com sua própria capacidade de avançar de acordo com as interações como meio, consigo e com os outros.

De acordo com Tunes (2001, p. 4 *apud* SOUZA, 2008, p.29) “ O nascimento de uma criança com síndrome de Down não pode ser visto como uma tragédia. Ao contrário, deve ser sentido com amor e agradecimento. Pessoas especiais são dadas apenas para pessoas especialmente capazes”.

Atualmente, mesmo com divulgação do conhecimento sobre as deficiências e a vida das pessoas com deficiências, ainda é um choque para as famílias quando recebem a notícia que seu filho que vai nascer tem uma deficiência. É neste momento que começa a luta tanto da família que está sendo tomada por pensamentos pessimistas e também começa a luta do próprio indivíduo que nasceu com deficiência.

A família luta para aceitar a deficiência, pois tem a crença na possibilidade de desenvolvimento desse indivíduo e na sua interação com o mundo. O indivíduo começa a lutar desde seu nascimento, mesmo de forma inconsciente, pela sua convivência no mundo, com o mundo e com o outro. E ainda há alguns casos, que esses indivíduos luta pela própria vida dentro do ventre da mãe, ainda existem algumas mulheres, que não suporta a ideia de levar uma vida de muito amor, dedicação, cuidado, resiliência, empatia, renúncia e aprendizado com um

filho com deficiência, optando pelo aborto ou pelo o abandono para adoção, deixando de lado a oportunidade de exercitar o verdadeiro sentido da maternidade.

Muitas são as mães também, que optam em ter seus filhos com deficiências, mas são abandonadas pelos pais de seus filhos, deixando o sentimento de amor da maternidade e paternidade, ser sufocado pelos sentimentos pessimistas sobre as pessoas com deficiências. Quando não é feito uma intervenção precoce com esses pais, para aceitação plena de seus filhos com deficiências, os mesmos podem até “criar”, mas o olhar é direcionado completamente para a deficiência, deixando de lado a chance de descobrir o melhor que seu filho traz consigo. Será que o desejo de ter um filho ou adotar um filho é pautado em uma perfeição “física”? E o amor que tenho para dar a meu filho será transformada em sentimento de repúdio por causa da deficiência? Os planos de convivência e interação com meu filho, será anulado por causa da limitação da comunicação e da interação dele? Em um olhar, podemos fazer o bem ou o mal a alguém.

Bem sabemos que um olhar, em seu silêncio peculiar, porque não faz uso direto das palavras, tem efeitos avassaladores, “diz” tudo: inclui ou exclui, acarinha ou esbofeteia, desnuda ou recompõe, expressa indiferença ou cumplicidade, abraça ou ignora o sujeito alvo desse olhar (MARTINS e PIMENTEL, 2009, p. 38).

A família é a influência necessária no despertar da aprendizagem de qualquer indivíduo, independentemente de qualquer diferença física, intelectual, cultural, religiosa, social, sexual, gênero etc.

Para a família que recebe em seu núcleo familiar um membro com Síndrome de Down (SD), a importância dessa no processo da aprendizagem desse sujeito é indispensável mais que na vida de um sujeito sem SD. Mas para que isso seja entendido pela família, é preciso que esta, seja orientada desde o início do diagnóstico por profissionais que os orientem sobre tudo o que se refere ao seu filho e seu desenvolvimento, não só sobre as limitações que a SD ocasiona no desenvolvimento desse sujeito, mas também sobre as possibilidades de melhorar esse desenvolvimento, através acompanhamentos com diversos especialistas, que vai do acompanhamento clínico ao acompanhamento pedagógico.

É de suma importância, que a família receba orientação focada nas possibilidades que melhorem o desenvolvimento de seu filho em todos campos da vida, deixando de lados as limitações. As orientações devem ser dadas para que a família se preparem para dar início desde o nascimento do sujeito com SD, a estimulação precoce e ao acompanhamento e tratamento multiprofissional, para ter uma vida mais independente.

A estimulação precoce é a base para o desenvolvimento desse sujeito, quando esse fator não é levado a sério, há um grande prejuízo no desenvolvimento da pessoa com SD, é preciso que a família entenda que esse estímulo vai ajudar seu filho a alcançar a independência e autonomia, sendo essa estimulação de responsabilidade da família. Para Voivodic (2008, p. 46 apud SOUZA, 2008, p. 32), “ torna - se importante, desde os primeiros anos de vida da criança com SD, a estimulação que leve em conta seus diferentes modos e ritmos de aprendizagem, em função de suas necessidades especiais”, a estimulação varia de indivíduo para indivíduo com SD, cada um tem o seu plano de estimulação específico para atender suas particularidades. A SD atinge os sujeitos de forma diferente, mas é claro que há algumas coisas em comum, uns tem seu desenvolvimento mais comprometidos, outros não.

O acompanhamento com os especialistas deve ser uma constância na vida da pessoa com SD, esse acompanhamento vai ajudar essa pessoa a se desenvolver e também vai dar as coordenadas para a família ajudar nesse desenvolvimento cotidianamente, porque os estímulos devem acontecer naturalmente em atividades do dia a dia, favorecendo o amadurecimento do sujeito com SD, no campo motor, intelectual, visual, psicológico, emocional e social etc.

A família deve ter uma boa relação com os profissionais que assistem a seu filho de forma clínica e pedagógica, para que ambas as partes exerçam suas funções com excelência, garantindo o sucesso do desenvolvimento do sujeito da aprendizagem. Porém, para essa família ter o acesso a profissionais qualificados, que atenda a suas necessidades e a do sujeito da aprendizagem, dependerá muito do poder aquisitivo que essa família possui, porque a demanda de profissionais no setor público é muito inferior a demanda de usuários que necessita dos serviços públicos.

A situação econômica da família, é um fator que também influenciara no desenvolvimento de sujeito que necessita de acesso a assistência especializada. E muitos são os casos, que quando a família conseguiu ter acesso aos serviços, a mesma se torna negligente, por não dar início ao acompanhamento ou abandona no meio do caminho, por achar que é muito sacrifício de sua parte, se dedicar a algo que não acredita que vai ajudar no desenvolvimento do seu filho.

Para a família negligente com os diversos tipos de acompanhamentos para seu filho, estão jogando fora as oportunidades de seus filhos se desenvolverem mais rápido, porque para essa família, seria mais conveniente que seu filho não nascesse com SD, deficiência não tem cura, porque não é uma doença, tem diversos acompanhamentos que irá ajudar o sujeito com deficiência, a ter sua autonomia pessoal e de interação com o meio social, facilitando seu bem está no seu mundo interior e exterior.

O núcleo familiar também deve ser assistida por alguns especialistas logo no início do diagnóstico e se necessário após, porque a mesma deve se desarmar de todo tipo de pensamento pessimista, preconceituoso e desumano, é preciso que a família eleve sua autoestima em relação ao acolhimento do filho com SD, pois o mesmo irá precisar de uma família que lhe receba de braços abertos e com muito amor, para que o desenvolvimento desse novo membro da família ocorra em um ambiente estimulador, saudável e amoroso. Para Voivodic (2008, p.54 *apud* SOUZA, 2008, p. 29) “famílias que conseguem manter a ligação afetiva, estreita e positiva com a criança favorecem a aprendizagem, proporcionando condições de desenvolvimento e segurança para sua independência e autonomia”. Quando isso acontece, a família tem o prazer de buscar meios para favorecer o desenvolvimento e o bem-estar desse sujeito no mundo.

No entanto, sabemos que essa mudança no olhar e no interagir com a pessoa com SD dentro do núcleo familiar, não acontece do dia para a noite e tampouco com todos membros, é um processo lento que precisa ser estimulado a mudança de paradigma aos poucos, porém os primeiros passos devem ser instigados assim quando se obtém o diagnóstico do sujeito com SD.

Esse núcleo precisa ver o membro com SD, como qualquer outro membro da família, a única diferença é que esse membro vai precisar de mais atenção, cuidados, carinho, amor, compreensão, estimulação e paciência para poder se desenvolver gradualmente em seu tempo. No entanto, deve ser tratado como qualquer outra pessoa sem SD, não é preciso usar de infantilização constante para poder interagir com os mesmos, tem que se dirigir ao mesmo de acordo com a fase de vida que se encontra, se é criança, trate como criança, se é adolescente trate como adolescente, se é adulto trate como adulto, para poder desenvolver o amadurecimento desse sujeito dentro de cada fase. Porém, é conveniente que se respeite também a capacidade de compreensão dele dentro dessa interação com o mundo e com o outro.

A família deve evitar que esse sujeito em desenvolvimento, se torne uma “eterna criança”, por causa da educação que o mesmo recebe em casa baseada nos excessos de cuidados, proteção e mimos, as fases de vida desse sujeito devem ser vistas como qualquer outro sujeito sem SD.

A pessoa que tem SD, deve ser tratada pelos seus familiares com naturalidade e respeito, visto como capazes de se desenvolver como qualquer pessoa. É a família que deve dar o primeiro passo para quebrar todo tipo de preconceito que venha ser direcionado a sua prole, porque fazendo isso, outras pessoas farão também e assim a sociedade irá se adequar, olhando esse sujeito por outro ângulo, dando a atenção às suas capacidades de aprendizagem, na interação com o mundo que o cerca.

O núcleo familiar precisa proporcionar à pessoa com SD um ambiente saudável, harmonioso e amoroso para ajudar no seu desenvolvimento de forma natural e saudável. O ambiente familiar é um dos principais responsáveis pelo sucesso ou fracasso do desenvolvimento desse sujeito. E assim também deve se estruturar outros espaços, os quais essa pessoa vai interagir no decorrer da sua vida, como por exemplo o espaço escolar.

3.3 A VISÃO DA ESCOLA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

A escola, é um dos espaços contemplados com todo tipo de diversidade social, cor, raça, cultural, política, religiosa, física, gênero, intelectual, sexual; incluindo também dentro desse contexto a diferença entre pessoas com deficiência e sem deficiência.

É a escola, que exerce um papel fundamental na construção de uma sociedade melhor e instruída intelectualmente, culturalmente, politicamente e socialmente. No entanto, quando a escola não exerce sua função com excelência, porque a mesma escola que inclui exclui, ela deve estar preparada para atender as demandas da sociedade, é nesse espaço que as pessoas tentam ser elas mesmas, independentemente das diferenças que trazem consigo. Mas como a escola está lidando com essa diversidade? Qual seu olhar para diferença que traz seu aluno? Qual seu olhar para a pessoa com deficiência? Como são acolhidas e assistidas as pessoas com deficiência? A escola ainda está longe de entender o que é realmente uma educação na perspectiva inclusiva, mesmo os sistemas educacionais dando os primeiros passos muito lentos. Enquanto isso ainda não acontece, ela vai continuar excluindo “incluindo”, todos que fogem dos padrões que a sociedade adota como modelo a ser seguido.

É preciso que a escola se desfaça de tudo que lhe impede de oferecer uma educação de qualidade e humanitária, igualitária para todos aqueles que a procuram enquanto espaço de educação e instrução. Porém, é preciso aprender a olhar, para acolher, ensinar e aprender com as diversidades e diferenças, tomando como base os princípios da solidariedade humana. Na visão de Martins e Pimentel, (2009, p. 45): “Exercitar esse jeito de olhar é também torná – lo mais justo, despojado de preconceitos, que sabe discernir para avaliar e acomodar situações de conflito”.

O espaço escolar no início de sua criação, era um espaço excludente porque não deixa entrar os que estavam as margens da sociedade, apesar dos avanços e da mudança de visão sobre a escola, ainda presenciamos nos dias atuais nas escolas os vestígios da exclusão vivenciadas na época de sua criação, principalmente para as pessoas com deficiência, a única coisa que mudou atualmente, é que ela exclui discretamente, aceitando essas pessoas dentro do

espaço físico, mesmo sabendo que há políticas públicas que venha lhe orientar a se tornar um espaço inclusivo.

Para aceitar uma pessoa com Síndrome de Down (SD) dentro do espaço físico da escola, é preciso que a escola se prepare humanamente, fisicamente, pedagogicamente, filosoficamente e sociologicamente para fazer com que essa pessoa usufrua de tudo que é feito dentro desse espaço, como uma pessoa sem SD.

É preciso conhecer quem é essa pessoa com SD de forma mais detalhada, para poder saber como inseri-la em tudo que acontece nesse espaço de instrução, não se deve se limitar a direcionar o olhar ao documento de diagnóstico (laudo médico), para desacreditar nas possibilidades de desenvolvimento desse sujeito, mas olhar para esse laudo, na busca de conhecer a síndrome e quais os campos de desenvolvimento atingido, para direcionar propostas pedagógicas para estimular esses campos, favorecendo assim o desenvolvimento da aprendizagem desse sujeito. Se a escola e sua equipe não agir assim estará excluindo um sujeito que apenas tem acesso a um espaço físico escolar.

As instituições escolares devem sair da posição de vítima do sistema de ensino, deixando de lado o argumento que a mesma e seus professores não estão preparados e nem tiveram formação para trabalhar com pessoas com SD, bem sabemos que ainda não há a devida atenção para preparar o professor do ensino regular para trabalhar com alunos com SD. Mas é preciso também que o professor e a escola busquem conhecimentos, alternativas e Parcerias com professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou outros profissionais que trabalhem com o contexto de pessoas com SD, para poder a começar a lidar com um trabalho pedagógico direcionado para alunos com SD. Apesar que muitos sistemas de ensino já têm profissionais que atuam como professor de AEE, onde este pode dar um suporte e orientação pedagógica para incluir a pessoa com SD.

Esse espaço de escolar deve se reorganizar para se tornar um espaço adequado para oferecer ao aluno com SD uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades, é necessário que a escola e seus profissionais entendam que tem que se preparar para receber o aluno com SD, tornando-se um espaço apto e com profissionais aptos para favorecer o desenvolvimento desse aluno, porém, é preciso a escola e sua equipe de profissionais fazerem as adequações necessárias para incluir o aluno dentro da dinâmica social, pedagógica, metodológica e curricular do espaço escolar. É de responsabilidade da escola sensibilizar a comunidade escola para acolher esse aluno de forma natural, dando a devida atenção que precisa, estimulando o mesmo a ser inclusivo em tudo vivenciado na escola, buscando conhecer suas possibilidades e estimulando suas potencialidades.

A família do aluno com SD precisa ver na escola e em sua equipe, o interesse de querer colaborar no desenvolvimento e na inclusão de seu filho em sociedade, pois essa família precisa também estimulada a acreditar no desenvolvimento de seu filho. Caso contrário, a escola não está cumprindo com sua função de preparar os sujeitos para conviver em sociedade. Se a escola passar a acolher as pessoas com deficiência, com a visão de ajudar a construir uma sociedade inclusiva e mais humanitária, não será tão difícil de desenvolver um trabalho pedagógico com as pessoas com deficiência. No entanto, bem sabemos que muitas escolas aceitam porque as leis obrigam, e as mesmas passam a ter uma visão de que a pessoa com deficiência é um “fardo” para toda a escola. Agindo assim, a escola deixar de cumprir com sua função social, deixando também passar a oportunidade de aprender a ensinar de forma diferente e significativa.

Dentro do contexto escolar, temos um agente mediador que é primordial no desenvolvimento desse sujeito, que é o professor, o qual passa a maior parte do tempo escolar com o aluno, se esse profissional buscar inserir dentro de sua prática docente, uma proposta pedagógica inclusiva, o mesmo fará a diferença por menor que lhe pareça no desenvolvimento da aprendizagem da pessoa com SD, porque é com os pequenos avanços e em longo prazos muitas das vezes, que perceberemos o quanto é possível eles se desenvolverem. Porém, é preciso que a família também der continuidades a todo o processo interventivo em casa, sob as devidas orientações do professor.

3.4 A VISÃO DO PROFESSOR E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E ENSINO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

O professor é o personagem principal desse processo de inclusão plena dos alunos com deficiências, porque nenhum esforço de sensibilização é válido dentro do campo educacional, se não tocar o professor, porque é ele que vai materializar toda ideia e praticabilidade de uma educação inclusiva em sua sala de aula, não adianta nas formações iniciais ou continuadas de professores, ensinarem só práticas pedagógicas de conteúdos instrucionais, mas também incluir dentro dessas formações, práticas de sensibilização humana voltadas as problemáticas existentes em sala de aula, para que os professores possam enxergar além das aparências, sendo capaz de olhar as fragilidades de cada ser em sua sala, sendo capaz de procurar caminhos, que possa levar esses cheios de possibilidades e esperança em sua inclusão , a avançar e a superar a cada dia de sua existência as barreiras que lhe são postas pela sociedade. É preciso que esse profissional, traga algo além dos conhecimentos de conteúdo, que a academia lhe proporcionou, que também traga para sua sala de aula conhecimento e experiência de amor, esperança, empatia, solidariedade, tolerância, paciências, otimismo, crença na capacidade das pessoas. Isso

será colocado em prática, a partir que o professor passar a olhar seus alunos com os “olhos do coração”.

A formação acadêmica não está dando conta das problemáticas sociais. Os profissionais têm que ter algo a mais que a formação acadêmica, ou seja, tem que ter um olhar afetivo, uma comunicação afetiva, uma interação afetiva para poder compreender como se ensina e se aprende dentro do novo contexto social que se encontra a educação e seu educando. Martins e Pimentel, quando se refere ao olhar do educador sobre o educando, apresenta algumas características e funções desse modo de olhar.

O que pretendemos evidenciar é que o educador precisa aprender a olhar a vida, o ato de educar e o aluno com os olhos reflexivos, estes que trazem o sabor da curiosidade para a descoberta, que buscam o entendimento; olhos de percepção aguçada, que se desdobram para continuamente rever, conhecer e explorar, no sentido de ampliar possibilidades para que esse aluno apresente o que ele tem de melhor e poder compartilhar com os outros (MARTINS e PIMENTEL, 2009, p. 39).

Essa é uma das ferramentas primordial para ensinar e aprender dentro de novo contexto social e educacional que a sociedade atual enfrenta, o “OLHAR AFETIVO” sobre o aluno e sobre as situações complexa que perpassam em seu cotidiano dentro e fora da escola. Que refletem diretamente em seu processo de aprendizagem. É com essa ferramenta que podemos interpretar o que está por trás dos tais comportamentos dos educandos e que julgamos como falta de interesse na aprendizagem.

No entanto, esse olhar do educador precisa ultrapassar o nível da sensibilidade para se tornar expressão viva, concreta, de sintonia e esperança. E, para ser presença, é necessário lança-lo para dentro de si mesmo, colocar – se à próprio escuta, despojar – se de modelos idealizados, pré-moldados; indícios de um saber dogmático e de um querer ver somente aquilo que agrada e recompensa (MARTINS e PIMENTEL, 2009, p. 40).

Se nos determos a exercitar o olhar afetivo sobre nossos educandos; iremos detectar suas potencialidades e fragilidades como ser social, espiritual cultural etc. Assim poderemos orientar melhor, de forma sistematizada em seu processo de aprendizagem. A partir daí ficaremos mais atentos aos gritos silenciosos que ecoam na alma do aprendiz em busca de compreensão, ajuda, motivação, valorização, oportunidade etc.

Olhar afetivo é provocativo e perseverante, sem pausas, sinônimo de cuidado e zelo, capaz de admirar e admitir avanços, de incitar e apoiar mudanças. É aquele que não desiste da batalha de impulsionar o aluno para o novo e leva-lo a desvendar o que desconhece (MARTINS e PIMENTEL, 2009, p. 45).

No entanto é nesse momento que o educador se encontra com o educando, onde ambos se descobrem como sujeitos que precisam aprender e ensinar; refletindo sobre o contexto particular em que se encontra os mesmos; criando então um vínculo mútuo de solidariedade no processo de ensino e aprendizagem.

Diante da nova realidade social e educacional, para se obter sucesso na educação da sociedade contemporânea; temos que traçar esse caminho do “Olhar Afetivo” sobre a realidade do educando. Podemos também chamar esse olhar de “Olhar Empático”, que levar o professor, a escola e a família a refletir sobre o outro se colocando em seu lugar, ver o outro como gostaria de ser visto, acreditar no outro como gostaria que acreditasse em si, amar o outro como gostaria de ser amado, motivar o outro como gostaria de ser motivado, ajudar o outro como gostaria de ser ajudado, respeitar o outro como gostaria de ser respeitado, tolerar o outro como gostaria de ser tolerado, compreender o outro como gostaria se ser compreendido, etc.

É na família, que deve surgir os primeiros passos da credibilidade nas possibilidades de desenvolvimentos das pessoas com deficiências, porque se a família acreditar, a escola vai ser mobilizada a acreditar, se a escola acreditar, vai mobilizar o professor a acreditar e se esses três personagens mediadores acreditarem, estaremos caminhando na construção de uma sociedade que acreditará também nas possibilidades de desenvolvimento pleno das pessoas com deficiências. As famílias também precisam ser orientadas para desfazer de seu olhar que marginaliza e elaborar um olhar que acredita na capacidade, no potencial de seus filhos.

O professor por ser um dos principais profissional mediador responsável pelo desenvolvimento do aluno com SD dentro da escola, deve buscar conhecer as características dessa síndrome e quais os campos de desenvolvimento afetado do sujeito, porque além do atraso intelectual na aquisição do conhecimento, há outras limitações, que precisam ser consideradas, uma das principais é a linguagem, a qual é fundamental para interação do sujeito com o mundo.

Conhecendo a síndrome e o sujeito que a tem, será possível saber como proceder e direcionar melhor o processo de ensino e aprendizagem desse sujeito, porque não é só as limitações que está contida no organismo do sujeito que dificulta seu desenvolvimento, mas também as limitações que o meio que este sujeito está inserido lhe impõe, quando falo de meio,

me refiro a todos os contextos sociais, culturais e ambientais que esse sujeito interage ou que venha interagir.

A sala de aula é um desses meio. Ela deve ser um lugar muito acolhedor para criança com SD, começando na Educação Infantil. Cabe ao professor favorecer esse ambiente ao aluno. Sabemos que o desenvolvimento desse aluno é lento e o mesmo demoram mais tempo para se desenvolver, no entanto é preciso conhecer as particularidades da síndrome e também as particularidades do sujeito, porque a síndrome afeta os indivíduos de forma diferentes, uns têm seus campos de desenvolvimento mais comprometido, outros não. É por isso que é primordial ter um olhar mais detalhados para as particularidades do sujeito. Assim terá uma visão mais concreta para direcionar o trabalho pedagógico, é de responsabilidade desse profissional adequar o contexto pedagógico quando necessário, para favorecer a aprendizagem desse sujeito e sua interação com o meio.

O professor não precisa ser uma especialista em educação especial ou educação inclusiva, para favorecer a inclusão do aluno com SD no contexto de sala de aula, basta acreditar na heterogeneidade dos sujeitos, em sua necessidade e possibilidades de desenvolvimento. Pensando nesta perspectiva, buscará meios e estratégias pedagógicas favoráveis ao desenvolvimento desse sujeito.

É verdade que um dos entraves para inclusão plena do sujeito com SD nas turmas regulares, é a falta de formação continuada específica para o professor ficar mais seguro em sua prática docente, com o foco em uma educação na perspectiva inclusiva. Mas como ainda não é “possível” vermos formação continuada voltada para professores que tem alunos com SD em sua turma, temos que “nos contentar” com a busca espontânea de conhecimento desse professor sobre o trabalho com aluno com SD.

Nessa busca de conhecimento que esse profissional perceberá a necessidade de adequação que deve ser feita para conduzir melhor o desenvolvimento do sujeito da aprendizagem, buscando conhecer melhor seu aluno para saber: O que adequar? Como adequar? Quando adequar?

E esse mesmo professor, será capaz de orientar a família desse sujeito, a procurar outros tipos de acompanhamento que foge do seu ofício de professor, mas que é de suma importância para o desenvolvimento integral desse sujeito. Há família que muitas das vezes não têm os conhecimentos necessários e é preciso lhe mostrar alternativas, para melhorar a vida dos seus filhos.

3.5 VYGOTSKY E SUA VISÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A visão de incapacidade das pessoas com deficiência ainda é muito forte dentro da sociedade, principalmente dentro das famílias e das instituições de ensino. Porém podemos até relevar quando os familiares têm essa visão, por causa da falta de informação e formação, mas nas instituições de ensino ainda assusta essa visão tão ultrapassada diante do avanço educacional do Brasil e em outros países. Não é aceitável essa visão vinda de pessoas formadas academicamente e que têm acompanhado muitas das vezes os discursos e avanços sobre a educação das pessoas com deficiência. Os seres humanos com ou sem deficiências, estão em constante movimento de desenvolvimento e aprendizagem plena, seja qual for o campo de desenvolvimento.

A concepção do ser humano como imutável, por nós herdada, gerou na sociedade, e também nos educadores, uma expectativa muito negativa com relação às possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educativas especiais, o que pode acarretar consequências desastrosas no processo educativo e de intervenção (COSTA, 2006, p.2).

A ideia sobre as pessoas com deficiência e suas “fragilidades” que Vygotsky nos apresenta, citado pela mestra em educação e doutora em linguística Dóris Anita Freire Costa, é uma visão que não nega a existência das limitações, e que também não nega a existência de possibilidades de favorecer o desenvolvimento desse indivíduo.

As deficiências possibilitam aos indivíduos, desenvolverem habilidades que supri a ausência de outras habilidades, que fragmenta a ideia extrema de incapacidade sobre as limitações existentes nas pessoas com deficiência. Na percepção de Vygotsky, segundo Costa, a deficiência qualquer que seja, desafiará o organismo do sujeito a buscar a se desenvolver, mesmo com as fragilidades das funções atingidas pela deficiência, estimulado por fatores internos e externos. Busca desenvolver outras funções que lhe possibilitará entender e interagir com o mundo e com o outro, na perspectiva de um sujeito dotado de possibilidades de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, cultural, espiritual etc.

O olhar com o qual Vygotsky nos propõe examinar as possíveis limitações dessas crianças não é de complacência ou desânimo, mas, sim, o de uma visão dialética do real, que leve à constatação de que, se existem problemas, existem também possibilidades. E os problemas podem ser uma fonte de crescimento (COSTA, 2006, p. 3).

Fica bem claro na citação abaixo, que mesmo que o organismo se encontre em condições de criar processos adaptativos para superar as barreiras encontradas, que impede o desenvolvimento do sujeito enquanto ser humano em seu pleno desenvolvimento, isso não será o suficiente para transpor todas as barreiras que impeça esse desenvolvimento. No entanto será preciso de reforço externos promovidos pelos estímulos ambientais. É preciso de estímulos internos e externos, para que esse desenvolvimento ocorra da melhor maneira possível, alcançando o topo das capacidades dos indivíduos com deficiências.

Vygotsky deixa transparecer a sua crença na plasticidade - capacidade de se transformar do organismo e do ser humano - na capacidade do indivíduo de criar processos adaptativos com o intuito de superar os impedimentos que encontra. Apesar de o organismo possuir, em potencial, essa capacidade de superação, ela só se realiza a partir da interação com fatores ambientais, pois o desenvolvimento se dá no entrelaçamento de fatores externos e internos (COSTA, 2006, p.3).

O “defeito” na pessoa com deficiência, sempre será o ponto de partida para dar-se o início ao desenvolvimento que desencadeará uma habilidade que compensará outra. Porém, é preciso que haja fatores favoráveis para que esse processo de compensação ou superação aconteça. Todo sujeito com ou sem deficiência, tem defeitos que precisam ser ultrapassados, em busca de outras formar alternativas para sentir, viver no mundo e com o outro, de modo a superar e compensar o que não se pode ultrapassar.

O defeito se converte, assim, no ponto de partida e na força propulsora do desenvolvimento psíquico e da personalidade. Qualquer defeito, segundo Vygotsky, origina estímulos para a formação da compensação - ou superação. A lei geral da compensação, segundo ele, aplica-se da mesma forma ao desenvolvimento dito "normal" e ao "complicado" (COSTA, 2006, p. 3).

Na concepção de Vygotsky sobre a inteligência, está claro que todos podem aprender, porque a inteligência é dinâmica e vai se construindo e evoluindo de acordo com o estímulo do ambiente, na interação com o outro, na mediação do outro e das particularidades cognitivas, orgânica de cada um. Nesta visão é descartado a ideia de que os indivíduos com ou sem deficiência não aprendem.

Adotar o paradigma vygotskyano implica, como foi dito, apostar nas possibilidades de desenvolvimento do sujeito com necessidades educativas especiais. Nessa perspectiva, um conceito que devemos ter sempre em mente -

e que está implícito na noção de plasticidade - é o de que a inteligência não é estática, mas dinâmica, podendo, portanto, evoluir (COSTA, 2006, p. 4).

É com a mediação, a interação com o outro e de forma adequada, organizada, planejada que a pessoa com deficiência terá mais possibilidade de avançar, eficaz em seu processo de aquisição do conhecimento. E Vygotsky em seus estudos, se dedicou a estudar sobre o desenvolvimento das pessoas com deficiências, com o foco nas possibilidades de desenvolvimentos desses sujeitos de diretos. A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), possibilita os sujeitos mediadores do conhecimento a perceber, o que os sujeitos aprendizes já sabem, e o que podem aprender sob a mediação do outro.

O conceito de ZDP nos mostra que, com a ajuda do outro - adultos, professores, colegas mais capazes - a criança terá possibilidades de produzir mais do que produz sozinha. Esse conceito nos aponta o que a criança tem em potencial, para as suas possibilidades não realizadas. Foi a partir dele que Vygotsky investiu no desenvolvimento de sujeitos com uma enorme gama de dificuldades: crianças diagnosticadas como “deficientes mentais”, crianças com Síndrome de Down, crianças cegas, surdas, com lesões cerebrais, etc. (COSTA, 2006 p. 4).

Quando passarmos a olhar as pessoas com deficiência como sujeitos que têm possibilidades, saberemos a melhor forma para conduzir o desenvolvimento das aprendizagens das mesmas. Se olharmos por outros ângulos perceberemos que há possibilidades de se fazer um bom trabalho com eles, não estamos à procura de fazer o extraordinário acontecer na vida deles, mas de fazer o melhor que possamos, para que os mesmos avancem o máximo que podem, tornando – os visíveis dentro do contexto escolar em uma perspectiva ampla de inclusão.

O acesso à escola não é “garantia” de aprendizagem, principalmente para as pessoas com deficiência. Porque direcionar trabalho a elas, não é qualquer prática que promove a aprendizagem. Não é qualquer mediação que vai desenvolver a inteligência .As práticas voltadas para o trabalho com pessoas com deficiências têm que ir ao encontro das particularidades das mesmas, utilizando-se de didática, recursos, conteúdos, tempo, espaço, estratégias de forma adequada a todo o contexto escolar ao qual as pessoas com deficiência estão inseridas.

Nessa abordagem, a expectativa com relação às possibilidades de desenvolvimento de nossos sujeitos é bem diferente daquela dominante na sociedade de uma forma geral. Entretanto, não é qualquer ensino que promove o desenvolvimento. É necessário que o processo de ensino-aprendizagem seja adequadamente organizado (COSTA, 2006, p.4).

O objetivo da educação para pessoas com deficiência e sem deficiência é o mesmo, mas para alcançar esses objetivos será preciso traçar caminhos diferentes para promover as aprendizagens e inteligências das pessoas com deficiência, respeitando as particularidades de desenvolvimento de cada um.

Se os recursos metodológicos devem se adequar às necessidades dos alunos, o que dizer do conteúdo a ser assimilado? Tal questão preocupa os docentes e para ela Vygotsky também tem uma solução. Para ele o objetivo da educação do aluno dito especial é atingir o mesmo fim da criança dita não especial, utilizando meios diferentes. Isto parece implicar uma contradição que é apenas aparente porque é precisamente para que a criança dita especial possa atingir o mesmo que a criança dita não especial, que se devem utilizar meios absolutamente especiais. (COSTA, 2006, p.5).

A educação para as pessoas com deficiências na perspectiva de Vygotsky, tem seu foco central nas possibilidades de desenvolver a aprendizagem e a inteligências dessas pessoas, com um olhar humanitário, igualitário e social, visando mecanismo adaptados para o favorecimento das aprendizagens.

4 PROFESSORES E OS OBSTÁCULOS NO TRABALHO COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A pesquisa foi realizada em quatro escolas rurais da rede municipal de ensino da cidade de Goiana, estado de Pernambuco (PE), onde foi encontrado alunos com síndrome de Down, em quatro turmas, uma do 5º ano, duas multisseridas (4º e 5º ano) e uma multisserida (1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano).

TABELA 2- MAPEAMENTO DE LOCALIZAÇÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Nº de Escola	Loc.	Escola Municipal	Endereço	Quant.de Aluno Com SD.	Turno
01	DISTRITO ZR	Escola 3	Sítio Gambá, s/n	01	Tarde
02	SEDE ZR	Escola 2	Sítio Jatobá, s/n	01	Manhã
03	SEDE ZR	Escola 1	Usina Nossa Senhora das Maravilhas, s/n	01	Manhã
04	DISTRITO ZR	Escola 4	Praia de Catuama, s/n	01	Manhã

FONTE: Dados das escolas pesquisadas. (2017).

LEGENDA: LOC = Localização / ZR = Zona Rural / SD = Síndrome de Down.

As entrevistas foram realizadas com quatro professores, das quatro escolas municipais citadas acima. Segundo a lista das escolas que a secretaria de educação do município nos concedeu, essas escolas pesquisadas, são consideradas escolas rurais, segundo seu cadastro no Ministério da Educação e Cultura (MEC), ou seja, são consideradas escolas do campo.

A entrevista é composta de quinze perguntas, onde as mesmas foram respondidas de forma longa e curta, de acordo com cada professor entrevistado, percebi, que alguns ficaram desconfortável ao ser entrevistado, então tentavam responder de forma curta e rápida para se livrar do desconforto, para não deixar margens para as supostas perguntas que poderiam surgir fora do roteiro da entrevista. No decorrer das entrevistas e também nas observações feitas, pude perceber fragilidades no trabalho com os alunos com deficiências, nas salas regulares de ensino, especificamente no trabalho com os alunos com síndrome de Down (SD), que é objeto da minha

pesquisa. Fragilidades do sistema de ensino, das instituições de ensino, mas principalmente do professor, que é o principal responsável em direcionar o processo de aprendizagem e ensino dos alunos com síndrome Down, dentro da escola e na sala de aula.

TABELA 3 – CONTEXTO ESCOLAR DOS PROFESSORES

Escola	Professor	Idade	Formação	Tempo que Leciona	Turma	Quantidade de Aluno
E.M. Nossa Senhora Das Maravilhas	P 1	58 Anos	Pedagogia com habilitação em administração escolar	26 anos	Multisseriada: 4º e 5º ano	29
E.M. Doutor Araújo Filho	P2	36 Anos	Licenciatura em Biologia e Pós-graduação em Ensino da Biologia	12 anos	Multisseriada: 1º,2º,3º,4º e 5º ano	25
E.M. Capela de São Sebastião	P3	59 Anos	Licenciatura em História e Pós-graduação em História do Brasil	24 anos	Seriada: 5º ano	32
E.M. Santo Antônio de Pádua	P4	50 Anos	Pedagogia	10 anos	Multisseriada: 4º e 5º ano	29

FONTE: Os professores pesquisados (2017).

LEGENDA: P = Professor.

Em diálogo com os professores, pude perceber as fragilidades dos mesmo em lidar com o aluno com deficiência, uma delas é a ausência de motivação para ir em busca de alternativa que inclua o aluno com síndrome de Down, dentro do processo de aprendizagem e ensino, pois não há um preparo desse profissional para trabalhar com o aluno com deficiência, além dessa falta de preparo tem um agravante muito significativo neste contexto de realidade, que é as salas multisseriadas. Esses alunos vêm se arrastando ao longo dos anos, sem ter uma proposta pedagógica sistemática que favoreça o processo de alfabetização e letramento. Acesso à escola e a permanência nela, não é garantia de aprendizagem, principalmente para as pessoas com deficiências, que requer um olhar específico para suas particularidades, com o foco nas suas possibilidades, potencialidades e não na sua limitação ocasionada pela deficiência.

4.1 DIFICULDADES CITADAS PELOS PROFESSORES PESQUISADOS

Ao ser entrevistados, os professores pontuaram algumas barreiras que impedem eles desenvolverem um trabalho com os alunos com síndrome de Down e outras deficiências. Tentarei comentar um pouco umas dessas barreiras, levando em consideração o contexto dos professores, das turmas e das escolas pesquisadas. Ver o quantitativo de professores que citaram as barreiras abaixo no apêndice 6.

- Falta de experiência com aluno com SD.
- Falta de Formação para o trabalho com aluno com SD.
- Ausência de Especialistas para orientá – los.
- Ausência de Parceria com o professor do AEE.
- Excesso de aluno com deficiência em sala de aula.
- Sala Multisseriada
- Falta de apoio familiar no processo de desenvolvimento.
- Falta de limites na educação doméstica.
- Falta de Tempo para o trabalho com o aluno com SD.
- Infrequência do aluno com SD.
- Ausência de cuidador.

A falta de experiências do professor no trabalho com alunos com deficiências e a falta de uma formação continuada para o trabalho com alunos com síndrome de Down e outras deficiências, segundo os entrevistados, é o que mais pesa na inclusão desses alunos.

Essa formação continuada é de responsabilidade do poder público e dos sistemas de ensino, que tem a autonomia para buscar parceria para capacitar seus professores, para atender as demandas educacionais e o oferecer um ensino de qualidade para todos os alunos, incluindo os com síndrome de Down e outras deficiências. Segundo a lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, (LDBEN), art.59, inciso III, diz:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns;(BRASIL, 2016, p. 19).

Como base no art.28, inciso X, do Estatuto da Pessoa com Deficiência afirma a responsabilidade do poder público sobre a capacitação desses profissionais.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação continuada inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2015, p. 21-22).

Outras barreiras que julgam muito importante no auxílio no trabalho com os alunos com síndrome de Down, é a ausência de especialista (supervisor escolar, coordenador pedagógico, psicólogo, psicopedagogo) na escola para orientar – lós e a ausência de uma de uma parceria junto ao professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para orientar – lós no trabalho com os alunos com síndrome de Down. Atualmente o município de Goiana/PE, não dispõem de especialistas (supervisor escolar, coordenador pedagógico, psicólogo, psicopedagogo) que façam um trabalho de orientação dos professores para o trabalho com os alunos com deficiências. No Centro de Educação Especial do município, são oferecidos serviços de atendimento com psicólogo e psicopedagogo, aos alunos com deficiências da rede municipal de ensino, que precisam, no entanto, esses especialistas não fazem um trabalho de formação ou orientação com os professores desses alunos.

O município não dispõe nas escolas desses especialistas citados a cima, para orientar os professores no trabalho com os alunos com deficiências, mas o município dispõe de um pequeno grupo de professores especialistas, no Atendimento Educacional Especializado, eles ainda usam o termo (Professor Itinerante), esse pequeno grupo é distribuído na rede municipal de ensino nas escolas que tem alunos com deficiências, para fazer o atendimento aos mesmos, na sala “Multifuncional”. Porém, muitas escolas não dispõem de estrutura física para organizar esse espaço, para montar essa sala, mas as escolas possui alguns materiais para atendimento dos alunos com deficiências, no entanto esse atendimento acontece de modo improvisado. Os atendimentos são realizados uma vez na semana no horário “oposto”, do horário de aula do aluno atendido, no entanto, pude perceber que não há uma interação entre o professor do Atendimento Educacional Especializado e o professor da sala regular, ambos realizam seus trabalhos separadamente, sem um diálogo para favorecer a aprendizagem do aluno com deficiência, sem auxílio um para com o outro.

No decorrer da pesquisa, me foi relatado, algumas negligências de uns professores do atendimento educacional especializado. Tanto por parte da gestão da escola, quanto do professor do ensino regular. Segundo as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial diz:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

VI – orientar professores e familiares sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidades utilizados pelos alunos;

VIII – estabelecer articulações com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p. 304).

É uma parceria que precisa existir, entre professor do atendimento educacional especializado e o professor da sala regular, dentro das escolas que atendem alunos com deficiências, para que possam favorecer e potencializar a aprendizagem desses alunos.

Sabemos que a família é um dos combustíveis necessário no despertar na aprendizagem dos alunos com deficiências, onde a mesma tem um papel insubstituível neste processo, no entanto, alguns professores apontaram a falta de apoio da família como uma das barreiras que impossibilita o sucesso escolar desses alunos. Citando também a falta de limites na educação doméstica, onde é permitido que alguns desses alunos façam tudo o que querem, na hora que querem. Só que, como qualquer outro aluno, o aluno com deficiência deve também aprender as regras de convivência, em qualquer campo e grupo que compõe a sociedade, tendo seu início de aprendizagem de regras de convivência, o seu primeiro grupo social, a família.

Todas as barreiras citadas pelos entrevistados, são relevantes, principalmente quando se trabalha com salas multisseriadas, mas uma delas me chamou a atenção e me deixou preocupado, enquanto pesquisador e professor, a falta de tempo para realizar um trabalho sistematizado, planejado e significativo, com o aluno com síndrome de Down, essa barreira citada pelos entrevistados, me levou a fazer algumas reflexões. Qual o tempo dedicado a ele? Quando esse aluno terá seu tempo? Até quando ele ficará esperando esse tempo? Desde quando ele espera esse tempo chegar? O que será dele se esse tempo não chegar? E se fosse meu filho, meu sobrinho ou meu irmão que estivesse esperando esse tempo? Quem organiza o tempo em sala de aula? É uma das barreiras que mais me preocupa, porque se todos nós começarmos a introduzir essa ideia que não temos tempo de realizar um trabalho como deve ser feito com

esses alunos, em nosso contexto educacional, o que será deles? Será apenas mais um número dentro das estatísticas de alunos matriculados em nosso país?

Não estou querendo ser hipócrita, sei que organizar o tempo pedagógico em salas multisseriadas é muito difícil, principalmente quando se tem alunos com deficiências nesta sala, no entanto, não podemos deixar que esses alunos se tornem invisíveis aos nossos olhos enquanto professor, eles devem gozar do mesmo direito a educação, que os demais alunos gozam, não estou dizendo que o professor deve se dedicar totalmente a esses alunos com deficiência e esquecer os que não tem deficiências, mas sim, refletir para organizar o tempo pedagógico de forma equilibrada, possibilitando a todos o direito de gozar do seu tempo pedagógico em sala de aula e na escola como um todo. Essa barreira citadas pelos entrevistados, teve um tom muito forte e repetitivo em suas falas, pois todos relatam que não podem se dedicar aos alunos com síndrome de Down como se deve, porque não pode prejudicar os demais alunos do 5º ano que não tem deficiências, que todo ano fazem uma avaliação a nível estadual do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE), alegam que tem que preparar os alunos do 5º ano para a tal avaliação e por esse motivo não tem o tempo necessário para se dedicar ao aluno com síndrome de Down.

Sabemos que não é fácil se dedicar a um aluno com deficiência em uma turma seriada, imaginem uma turma multisseriada, as dificuldades para dedicar aumentam, e esse tipo de organização é uma das barreiras que pesam muito para os professores.

Nos referimos como base legal da organização das salas multisseriadas; o art.23º da lei 9.394 de dezembro de (1996), diz:

A educação básica poderá organiza- se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não – seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar. (BRASIL, 2016, p.11)

A organização das salas multisseriadas se pauta legalmente neste artigo, porém no mesmo artigo diz que tais organizações deve ocorrer *sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar*, creio que esse processo de aprendizagem que se refere tal artigo ,seja os dos alunos ,pois o surgimento de salas multisseriadas não ocorre especificamente para beneficiar e melhorar o processo de aprendizagem dos alunos, mas, apenas para cumprir o inciso I do art.3º da mesma lei que fala sobre os princípios da educação que dá o direito a todos de: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola ; porém isso não quer dizer que tenham uma educação de qualidade e seu processo de aprendizagem bem assistido

pedagogicamente. Segundo o texto do Projeto Base da Escola Ativa de 2010, que foi extinto diz:

As escolas com salas multisseriadas, de acordo com o censo de 2008, corresponde a 56,45% das escolas do campo, no entanto, suas limitações em termos de infraestrutura e no que diz respeito à formação específica dos educadores para atuarem com esta forma de organização escolar tem gerado um crescente debate (BRASIL. 2010, p.6).

As salas multisseriadas existem especificamente em escolas de regiões com pouca densidade populacional, ou seja, nas regiões rurais especificamente. E isso ocorre especificamente para que os responsáveis pela instrução pública diminuam os investimentos que são direcionados para educação; e criando salas multisseriadas diminui os gastos e eles levam as vantagens financeiras e a sociedade as desvantagens social e educacional.

A Educação do Campo vem apresentando, historicamente, desigualdades sociais, o que se constitui em um entrave para que os povos do campo tenham acesso a uma educação pública de qualidade, como direito (BRASIL. 2010, p.11).

O acesso a instrução pública é um direito de todos, mas uma instrução de qualidade. Porém, os povos do campo vêm sendo vetado de ter uma educação de qualidade; pois recebem migalhas do poder público, que por sua vez, enxerga as populações rurais como desmerecedores da tal instrução. Deixando de beneficiar a zona rural com uma educação de qualidade.

A precariedade da educação oferecida às populações do campo apresenta de formas mais visível nas escolas com turmas multisseriadas, que se constituem a maioria das escolas do campo, uma vez que são escolas com um pequeno número de estudantes, situadas em localidades pouco populosas. Entretanto, o contingente de estudantes nestas escolas representa uma quantidade expressiva de pessoas que merecem e tem direito a um atendimento escolar de qualidade (BRASIL / MEC. 2010, p.11).

A defasagem educacional da população rural é muito grande, porque além da falta de investimento, a maioria das escolas, são organizadas com turmas multisseriadas, isto, por causa da quantidade de alunos das zonas rurais. Se com salas seriadas e com alunos da mesma faixa etária, sentimos dificuldade de conseguir um avanço “comum” com todos os alunos, que por sua vez são alunos complexos em suas individualidades, mas, que se encontra “quase em um único nível” de aprendizagem.

No entanto, é preciso enfatizar a necessidade não apenas de formação adequando para o educador, mas de condições de acompanhamento pedagógico por parte dos sistemas de ensino às escolas que adotam a organização multisseriadas, bem como, a adoção de material didático pedagógico específico

e elaboração de um projeto pedagógico que contemple a complexidade implicada nesta forma de organização escolar (BRASIL / MEC. 2010, p.25)

Porém a forma de organização de classes multisseriadas não é muito favorável para um bom desenvolvimento da aprendizagem, pois seu cotidiano é muito corrido e isto gera um desconforto, porque não há um trabalho pedagógico voltado para esse tipo de organização de turma, os sistemas de ensino não oferecem nenhuma formação específica para atender a demanda dessa realidade organizacional das turmas multisseriadas das escolas do campo, que persistem até hoje de forma muito precária porque os professores de turmas multisseriadas passam por formações continuadas voltadas para turmas seriadas, ou sejam, não há nenhuma adequação na formação, que seja voltadas para capacitar esses professores das turmas multisseriadas.

Imagine a dificuldade dos professores lidarem com essa forma de organização, e as dificuldades ainda pioram quando se tem alunos com deficiências nas turmas com esse tipo de organização, então a precariedade do trabalho pedagógico se torna muito frequente para os alunos sem deficiência e principalmente para os com deficiência.

A infrequência desses alunos também foi citada por alguns entrevistados, como barreira que impede o desenvolvimento escolar desses alunos. Mas por que eles são infrequentes? Será que as aulas chamam a atenção deles? A culpa é da família? Eles são incluídos nas aulas? O que a escola tem feito para resolver essa infrequência? E o professor tem realmente se preocupado com essa infrequência? Ou é um alívio para o professor a ausência desses alunos na aula? Não irei aqui, discutir essas indagações, pois seria preciso uma pesquisa mais detalhada e um estudo muito longo para poder responder – lá. Porém o que interessa no momento é saber que os alunos são infrequentes e isto tem prejudicado seu desenvolvimento escolar.

Diante desse contexto de infrequência, é preciso ressaltar que as escolas da rede municipal de ensino, são assistidas pelo FICAI (Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente), em parceria com o ministério público, conselho tutelar e dentre outros órgãos, onde eles fiscalizam as infrequências nas escolas e fazem as intervenções necessárias, para evitar o abandono escolar dos alunos.

A fiscalização e a intervenção começam de baixo para cima, ou seja, inicia com o professor, que passa para a gestão da escola, a gestão chama a família e advertem, caso não resolva, aciona a pessoa responsável pelo FICAI na secretaria de educação. Essa conversa pessoa com a família e advertem, caso não resolva se aciona o conselho tutelar, esse chama a família e advertem, caso não resolva, se aciona a última instância que é o ministério público

para resolver a infrequência do aluno. Todas as advertências direcionada a família durante todo o processo é escrita e assinadas pelos envolvidos.

Então, por que há infrequência desses alunos. Será que esse processo de fiscalização e intervenção está acontecendo na escola? Na lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (2016, p. 9) no art.5. §1º, inciso III diz: “§ 1 º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”. Na mesma lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional no art. 12, inciso VII e VIII. Diz:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII – notificar o conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% (cinquenta por cento) do percentual permitido em lei (LDBEN,2016, p. 10).

Foi também citado como barreira, a ausência de um cuidador para os alunos com síndrome de Down em sala de aula, no entanto, de acordo com minhas observações os alunos não precisam de alguém para cuidar deles como por exemplo levar ao banheiro, alimentá-los, observá-los para não caírem, coisas bem assistencialistas, pois os mesmos conseguem fazer esse tipo de atividade sozinhos e com autonomia, porém, o que eles precisam, é de um apoio pedagógico especificamente para os mesmos em sala de aula, para que eles realizem as atividades pedagógicas da sala de aula e da escola, sob a supervisão e orientação dessa pessoa de apoio pedagógico, sob as coordenadas do professor da sala de aula, que é responsável pela aprendizagem desses alunos com síndrome de Down.

4.2 DIFICULDADES OBSERVADAS PELOS PESQUISADORES

Diante das observações que foram feitas dentro do contexto das escolas pesquisadas, foi possível perceber algumas dificuldades no cotidiano das turmas, através das observações, tive a preocupação de listar algumas, com o intuito de refletirmos, para tentar entender o contexto educacional, que estão inseridos os alunos com síndrome de Down e com outras deficiências nestas instituições de ensino.

A turma da professora 1, é uma sala organizada, limpa e de boa estrutura física, os materiais didáticos expostos nas paredes como: calendário, mapa, alfabeto, números, quadro de aniversariantes entre outros, são bem distribuídos na sala e bem conservados, porém há um excesso de livros velhos para recortes em uma estante no fundo da sala, que transmite uma desorganização. Mas a escola precisa de uma pequena reforma.

A turma tem 29 alunos na turma, a pessoa com SD é uma criança do sexo feminino de 9 anos, tem laudo no arquivo da escola, estuda no 4º ano, senta na frente na sala de aula próximo a professora, não acompanha sua turma de origem, não é alfabetizada, as vezes falta nas aulas. A aluna é acompanhada pelo o AEE na escola, mas não faz nenhum acompanhamento clínico fora da escola, tem um comprometimento na fala dificulta a sua comunicação com o outro, mesmo a família sabendo que a mesma precisa ser assistida por outros especialistas como exemplo: um fonoaudiólogo e outros.

A turma não apresenta atitudes preconceituosa e tem respeito para com a aluna com SD, mas o excesso de cuidados e as vezes a infantilização na interação com aluna, atrapalha o desenvolvimento de sua autonomia, apesar que, ela já tem autonomia de realizar coisas do cotidiano escolar sem ajuda de outros, ou seja, atividade da vida diária.

A turma da professora 2, é uma sala que precisa melhorar sua organização e limpeza, não tem uma boa estrutura física, há um excesso de materiais didáticos expostos nas paredes e na sala como: calendário, alfabeto, números, quadro de rotina, jogos entre outros, são mal distribuídos na sala e malconservados e as mobílias também se encontra nesse estado de conservação. A escola precisa de uma grande reforma.

A turma tem 25 alunos, a pessoa com SD é um adulto do sexo feminino de 23 anos, tem laudo, mas não está no arquivo da escola, estuda no 5º ano pela 3ª vez, senta atrás na sala de aula, não acompanha sua turma de origem, não é alfabetizada, é muito infrequente.

A aluna é acompanhada pelo o AEE na escola, mas não faz nenhum acompanhamento clínico fora da escola, mesmo a família sabendo que a mesma precisa ser assistida por outros especialistas como exemplo um fonoaudiólogo e outros.

Essa turma apresenta indisciplina, falta de respeito um para com o outro, atitudes de violência e preconceituosa, a indisciplina e a violência ocorrem constantemente no cotidiano da sala, prejudicando o tempo pedagógico da turma que é multisserida, isso vem impedindo que a professora direcione um trabalho para aluna com SD. A aluna com SD tem autonomia de realizar coisas do cotidiano escolar sem ajuda de outros, ou seja, atividade da vida diária.

A turma da professora 3, é uma sala que precisa melhorar sua organização e limpeza, tem uma boa estrutura física, não há materiais didáticos expostos nas paredes e nem na sala, as mobílias se encontra no estado de malconservação. Mas a escola precisa de uma pequena reforma principalmente na pintura das paredes dentro das salas.

A turma tem 32 alunos, a pessoa com SD é um adulto do sexo masculino de 20 anos, tem laudo no arquivo da escola, é repetente do 5º ano, senta atrás na sala de aula, não acompanha sua turma de origem, não é alfabetizado, é muito infrequente. Além desse aluno, há mais 3 alunos com deficiência intelectual e 1 com deficiência auditiva, totalizando nessa turma 5 pessoas com deficiência e com laudo. Essa quantidade de alunos, segundo a professora, é um dos fatores que não colaboravam para que ocorresse um trabalho direcionado à educação desses sujeitos.

No momento, o aluno com SD e os demais, não são acompanhados pelo o AEE na escola, pois a secretaria de educação no momento, não dispõe de profissional o suficiente para direciona para escola, porque a equipe de professores de AEE é muito reduzida para atender a demanda do município, o aluno com SD não faz nenhum acompanhamento clínico fora da escola, mesmo a família sabendo que a mesmo precisa ser assistido por outros especialistas.

Essa turma apresenta indisciplina, falta de respeito um para com o outro e principalmente para com os alunos com deficiência intelectual (DI), atitudes de violência e preconceituosa, segundo a professora o aluno com SD tem autonomia de realizar coisas do cotidiano escolar sem ajuda de outros, ou seja, atividade da vida diária.

Nessa turma, os alunos com DI, pedem a professora para ir casa após o lanche, isso ocorre frequentemente pelo que foi observado no decorre da pesquisa, de acordo com as observações, não há uma proposta de trabalho direcionada para eles, que use o tempo de 4 horas em sala de aula e que predam a atenção dos mesmos, deixando – os inquietos, ao ponto de preferirem ir para casa.

A turma da professora 4, é uma sala pequena, precisa melhorar sua organização e limpeza, não tem uma boa estrutura física, não há materiais didáticos expostos na sala, tem alguns trabalhos expostos na parede do fundo, as mobílias se encontra no estado de malconservação conservação. A escola precisa ser toda reformada.

A turma tem 29 alunos, a pessoa com SD é uma adolescente do sexo feminino de 14 anos, tem laudo, mas não está no arquivo da escola, é repetente do 5º ano, senta na fila do meio na sala de aula, quase próximo da professora, não acompanha sua turma de origem, não é alfabetizado.

A aluna é acompanhada pelo o AEE na escola, mas não faz nenhum acompanhamento clínico fora da escola, mesmo a família sabendo que a mesma precisa ser assistida por outros especialistas.

Essa turma apresenta indisciplina, falta de respeito um para com o outro, chamam muito palavrões. A indisciplina e a violência ocorrem constantemente no cotidiano da sala, prejudicando o tempo pedagógico da turma que é multisserida, isso vem impedindo que a professora direcione um trabalho melhor para aluna com SD e também com toda turma. A aluna com SD tem autonomia de realizar coisas do cotidiano escolar sem ajuda de outros, ou seja, atividade da vida diária e algumas atividades propostas.

TABELA 4 – CONTEXTO ESCOLAR DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Aluno	Sexo	Idade	Escola	Turno	Ano	Professor Do Ensino Regular	Acompanhado pelo AEE	Acompanhamento Clínico
A1	F	9 Anos	Escola 1	Manhã	4º	P 1	Sim	Não
A2	F	23 Anos	Escola 2	Manhã	5º	P 2	Sim	Não
A3	M	20 Anos	Escola 3	Tarde	5º	P 3	*Não	Não
A4	F	14 Anos	Escola 4	Manhã	5º	P 4	Sim	Não

FONTE: Dados das escolas pesquisadas (2017).

LEGENDA: A = Aluno / F = Feminino / M = Masculino / P = Professor / AEE = Atendimento Educacional Especializado.

* No momento o aluno não estava sendo acompanhado pelo atendimento do AEE, por falta desse profissional na escola, no referente semestre e ano da pesquisa.

Diante das observações que foram feitas dentro do contexto das escolas pesquisadas, foi possível perceber algumas dificuldades no cotidiano das turmas, através das observações, tivemos a preocupação de listar algumas, com o intuito de refletirmos, para tentar entender o

contexto educacional, que estão inseridos os alunos com síndrome de Down e com outras deficiências nestas instituições de ensino.

Não temos a intenção neste texto de abriremos, uma discussão científicas sobre as problemáticas encontradas, mas pontuarmos e refletirmos sobras as mesmas, buscando sempre entender e intervir no contexto escolar das pessoas com deficiências, para que possamos materializar a inclusão destes indivíduos de direitos, no contexto escolar e na sociedade como um todo. Ver o quantitativo de turmas que observamos as barreiras abaixo no apêndice 7.

- Indisciplina da turma.
- Falta de conhecimento que favoreça a inclusão do aluno com SD.
- Ausência de planejamento para o trabalho com o aluno com SD.
- Falta estímulo dos professores.
- Resistência do professor a mudanças, para o trabalho com o aluno com SD.
- Preconceito da turma.
- Ausência da ludicidade no trabalho com o aluno com SD.
- Infantilização das atividades.
- Infantilização do professor na relação com o aluno com SD.
- Ausência de atividade de interação do aluno com SD com os demais alunos da turma.
- Carência de um apoio em sala de aula para o aluno com SD.

Segundo Antunes, (2013, p. 1) diz: “disciplina é uma relação de afeto e respeito, uma ação recíproca de cumprimento de normas”. A indisciplina é uma das problemáticas que mais dificultam a realização de um bom trabalho em sala de aula e no contexto escolar de forma geral, no entanto também se apresenta de forma muito forte no prejuízo do processo aprendizagem, nas turmas de organização multisseriadas das escolas pesquisadas, prejudicando assim, o desenvolvimento da aprendizagem de toda turma e principalmente dos alunos com síndrome de Down e outras deficiências, porque os professores gastam muito tempo tentando controlar essa indisciplina na turma, perdendo o tempo de dedicação pedagógica em sala de aula, para poder controlar a situação.

Enquanto ambas as partes não entenderem que professor e aluno são parceiro na aprendizagem, que precisam se respeitarem e entender que só iram ter êxito no processo de aprendizagem, se cada um fizer sua parte para construir um ambiente harmonioso de convivência. Os mais prejudicados no contexto dessa problemática, são os alunos com deficiências, porque já não há um tempo dedicação específica para eles como se deve, então, diante desse contexto de perda de tempo para controlar a indisciplina, se intensifica ainda mais o discurso que não se tem tempo para se dedicar aos alunos com deficiências, porque tem que correr contra o tempo para dar conta do programa de conteúdo.

A indisciplina causa uma desordem muito grande no contexto de sala de aula prejudicando a convivência com o outro, a aprendizagem, desperdiça o tempo. O tempo pedagógico é muito prejudicado quando não há disciplina no tempo, assim diz: Antunes (2013, p. 1), “Existe, por exemplo, uma disciplina em relação ao tempo; cumprir horários, acatar prazos, entregar tarefas nos momentos em comum estabelecidos, planejar o tempo para ações, discutir cronogramas. ”

O tempo já é muito curto para favorecer uma aprendizagem eficaz em salas multisseriadas e a perda do mesmo leva essa turma em direção ao fracasso escolar principalmente na aprendizagem dos alunos com deficiências.

Enquanto ambas as partes não entenderem que professor e aluno são parceiro na aprendizagem, que precisam se respeitarem e entender que só iram ter êxito no processo de aprendizagem, se cada um fizer sua parte para construir um ambiente harmonioso de convivência. Para que essa parceria se materialize em ação é preciso que ambos estejam dispostos a colaborar que que isso aconteça, segundo Antunes (2013, p. 1-2), “É também essencial que se analise a disciplina em relação ao outro: saber esperar a vez, respeitar a pergunta do colega, mostrar-se educado em relação às diferenças, compreender a individualidade, libertar-se de estereótipos”. Temos também que levar em consideração, que essa indisciplina é um reflexo da educação doméstica que esses sujeitos vivenciam em seus contextos familiares, que são pautados nos princípios que seu núcleo familiar adota como regras de convivência em sociedade.

A falta de conhecimento sobre a síndrome de Down e como trabalhar com alunos com síndrome de Down, foi um dos pontos observados que engessa o professor de realizar um trabalho direcionada com esses alunos, isso merece atenção, porque essa falta de conhecimento e que se torna uma barreira, é gerada por falta de uma formação específica, formação continuada na área e também é gerada pelo próprio professor, quando não se dispõe em buscar esses conhecimentos através de pesquisas e orientações com outros profissionais, que tenham

experiências no trabalho com alunos com essa deficiência. No entanto, pude perceber que nos discursos deles no decorrer das entrevistas, os mesmos têm “conhecimento” através das mídias e das redes sociais, que as pessoas com síndrome de Down conseguem se desenvolver como qualquer pessoa sem síndrome de Down, porém dentro das suas particularidades, mas os entrevistados em seu interior não acreditam nas possibilidades dos avanços dos seus alunos com síndrome de Down, pois também expressam isso nas suas falas durante a pesquisa e nas suas práticas pedagógicas em sala de aula, observadas no período da pesquisa.

Esse sentimento de incapacidade relacionada as pessoas com deficiências, está ainda interiorizada em nosso íntimo, não só dos professores entrevistados, mas em muitos outros e como também na sociedade como um todo, que foca suas atenções só nas deficiências, e não Ser Humano que necessita de apoio e credibilidade para SER MAIS. E com essa visão de sentimento de incapacidade, ocorre o insucesso das pessoas com deficiências como todo dentro e fora das escolas. Podemos refletir em (COSTA, 2006), que diz:

A concepção do ser humano como imutável, por nós herdada, gerou na sociedade, e também nos educadores, uma expectativa muito negativa com relação às possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educativas especiais, o que pode acarretar consequências desastrosas no processo educativo e de intervenção. (COSTA, 2006, p.2)

A falta de estímulo dos professores também é uma das barreiras que vem assolando as práticas pedagógicas desses profissionais, a cada dia se torna algo comum ver professores desestimulados em exercer com excelência a mais sublime das profissões, no entanto, essa falta de estímulo é ocasionada por vários fatores que vem se arrastando a décadas no contexto educacional do nosso país, que vai de políticas de valorização educacional, profissional, humana e principalmente financeira, que é um dos focos primordiais de reivindicações dos professores, é quase impossível dialogar sobre a educação brasileira com nossos professores e os mesmos não citarem como ponto base, a desvalorização salarial que, a cada dia que se passa se torna mais forte esse discurso, como um dos fatores que impedem o avanço da educação brasileira. E no que se refere aos professores entrevistados nas quatro escolas rurais do município de Goiana/PE, os mesmos estão inseridos em um contexto educacional, que está em decadência desde as algumas gestões anteriores, segundo os entrevistados.

Essa falta de estímulo, vem minando a motivação dos professores. Eles não creem mais na educação do nosso país, essa situação tem influenciado os professores a não se preocuparem com a educação dos alunos e principalmente dos alunos com deficiências, por acharem que dão muito trabalho, que eles não aprendem e que todo esse trabalho não vale a pena, porque creem que não há mais jeito para educação do nosso país. No decorrer da pesquisa ação, pude perceber que os professores entrevistados, eles resistem “inconscientemente” em direcionar um trabalho mais elaborado, planejado para os alunos com síndrome de Down ou com outras deficiências,

sempre que lhe apresentava um proposta de trabalho para esses alunos com deficiências em especial os com síndrome de Down, sempre eles tinham uma desculpa para não acatar, colocando vários empecilhos para não realizar a proposta, uma dessas desculpas era a falta de tempo que não tinha para a tal dedicação a esses alunos. Na verdade, o maior empecilho desses professores é deixar sua “zona de conforto”, algo que muitos professores resistem com muito vigor em permanecer nesta zona de conforto seja “consciente” ou “inconsciente”, porém quem está perdendo com essa sua luta interior, são os alunos com deficiências, que não seus filhos e nem seus parentes.

A falta de planejamento para o trabalho com os alunos com síndrome de Down, esse fator também contribui para o fracasso escolar desses alunos, comprometendo seu desenvolvimento como um todo, não consegui ver nenhum planejamento sistematizado dos entrevistados, as atividades dos alunos com síndrome de Down eram elaborada na hora da aula, quando era no caderno e muitas das vezes também era selecionada na hora da aula para tirar xerox da atividade para esses alunos, onde a maioria das vezes eram atividades de desenhos para pintar, sem nenhuma contextualização. E quando era no caderno, eram exercícios repetitivos e mecânicos de cobrir e copiar determinada letra, os professores alegavam que estava trabalhando a coordenação motora desses alunos. Não se tem a intenção de condenar esse tipo de atividade, mas sim, a frequência que ela é usada com esses alunos e sem uma contextualização do conteúdo que está sendo explorado neste tipo de exercício, porque é uma atividade muito mecânica para ser usada com muita frequência e sem contextualização, pois soa muito forte mecanicamente o enunciado : “Cubra as vogais e copie”, isso não favorece uma aprendizagem significativa para esses alunos, há outras formas de se abordar esses conteúdo e com outras atividades que desenvolva a coordenação motora , que é uma das maiores preocupações dos entrevistados, porém foi possível perceber o uso frequente atividade de pintura de desenho e de desenhar, no entanto volto a afirmar sem contextualização.

Em momento algum vimos uma atividade recorte e colagem, consciência fonológica, análise linguística com esses alunos, estou me referindo aos alunos com síndrome de Down, não pretendo citar o contexto do trabalho desenvolvido com os alunos sem deficiências. Sabemos que o professor tem suas atribuições pautadas nas leis, no entanto, é bom ressaltar que essas atribuições também deve ser direcionada para os alunos com deficiências, são alunos como qualquer outro. É preciso planejar para poder administrar melhor o tempo pedagógico, principalmente em turmas multisseriadas, que é um desafio administrar esse tempo. Segundo a lei 9.394/96 LDBEN (2016, p. 10) art. 13, inciso II e III, diz: “art. 13. Os docentes incumbir – se – ão de: II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;III – zelar pela aprendizagem dos alunos. ”

E por falta de planejamento, foi observando também que não há um acompanhamento constante no desenvolvimento desses alunos, por parte do professor do ensino regular, no decorrer da entrevista

não foi apresentado nenhum registro do desenvolvimento desses alunos, quando os entrevistados foram questionados em qual “nível” de turma estaria esses alunos, eles se baseavam na observação que faziam no dia a dia, a maioria disseram que os alunos estavam a nível de turma da educação infantil, pré escolar I e II , só um entrevistado disse que seu aluno estava a nível de 1º ano fundamental, no entanto as atividades eram muito infantis, que no meu ver poderia ir mais adiante no que se refere as atividades para abordar os conteúdos propostos, é preciso rever essas questões da elaboração ou seleção das atividades para esses alunos objetos dessa pesquisa, para não infantilizar de mais , subestimando a capacidade desses sujeitos da aprendizagem. E também é preciso rever a questão da interação do professor / aluno com síndrome, aluno sem síndrome de Down /para não infantilizar essa relação e interação, alguns desses alunos com síndrome de Down não são mais bebês, os sujeitos dessa pesquisa são: uma criança de 9 anos, uma adolescente de 14 anos, uma adulta de 23 anos e um adulto de 20 anos. Então não há necessidade nenhuma de infantilizar o mundo deles, pois devem ser tratados de acordo com pessoas da sua faixa etária, respeitando as particularidades que eles trazem consigo.

Eles precisam de interagir com o outro de forma igual para entender que não são mais bebês, para que percebam que estão crescendo e precisam se relacionar de acordo com seu desenvolvimento. A intenção dessa conversa, é refletirmos sobre a importância de não se infantilizar o mundo dessas pessoas, pois elas precisam vivenciar as outras fases da vida, sempre respeitando suas particularidades, mas temos a obrigação de mostrar para elas quando for necessário que: elas não são mais bebês, não são mais crianças, não são mais adolescentes, para que os mesmos consigam dentro das suas barreiras cognitivas interiorizar sua fase de desenvolvimento no tempo.

A ludicidade é uma forma criativa de explorar o conhecimento se divertindo, que usa como ferramenta jogos, brincadeiras, objetos de estudo concreto etc, atualmente tem sido muito requisitado a inserção da ludicidade nos planejamentos dos professores, os especialistas de planejamento dos sistemas de ensino e das instituições de ensino, vem cobrando cada vez mais um trabalho pedagógico pautado na ludicidade ,nas formações continuadas oferecidas pelo MEC, como por exemplo a formação mais atual Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que é direcionada ao ciclo de alfabetização do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, como também por outras formações criadas pelos sistemas de ensino municipal. No entanto, foi observado uma única atividade lúdica no decorrer da pesquisa na turma de 5º ano da Escola Municipal Doutor Araújo Filho com a aluna com SD.

As atividades com jogos e brincadeiras nos ambientes escolares é uma extensão das atividades naturais dos indivíduos em seu cotidiano nos ambientes não escolares, aprender brincando ultrapassar os muros das instituições de ensino, a diferença é que em ambiente escolar a maioria das vezes o uso do jogo e brincadeira é realizado de forma direcionada e sistemática, com o foco no desenvolvimento de habilidades sistematicamente, já no ambiente

não escolar tudo acontece naturalmente sem uma fiscalização sistemática dos desenvolvimentos das habilidades. Conforme Porto:

Sabemos que aprender envolve simultaneamente os desejos, as necessidades e a inteligência. Portanto, atividades envolvendo jogos e brinquedos, além de favorecer o desenvolvimento da socialização, estimulando a compreensão, a participação e a cooperação - por seu caráter lúdico – são atividades que favorecem diretamente a aprendizagem. Porto (2007, apud RAMOS, 2016, p.77).

É nos jogos e brincadeiras que os sujeitos participantes desenvolvem sua socialização, oralidade, autoestima, confiança, amizades, respeito, limites e expressa suas emoções. O conhecimento explorado de forma lúdica é muito importante para uma compreensão mais rápida e eficaz dos conteúdos explorados para qualquer aluno, mas para o aluno com SD, é a base para a exploração do mundo que cerca esse indivíduo que adquire a aprendizagem de forma mais concreta e real dentro das suas particularidades de visão e percepção de mundo. Se passarmos a refletir mais sobre em construir coletivamente um espaço escolar na perspectiva inclusiva iremos proporcionar aos alunos com deficiência um espaço capaz de se adequar para acolher de forma integral alunos com deficiência dando – lhe a oportunidade de vivenciar as mais diversas experiências no contexto escolar para brincar e interagir com os alunos sem deficiências de forma natural vivenciando o respeito e a cooperação de todos de forma natural.

Quando os alunos com deficiências são incluídos em atividades de interação com outros alunos especificamente em atividades lúdicas, os mesmos são postos a ultrapassar suas barreiras na interação com o outro, sendo motivados naturalmente dentro do contexto a expressar seus pensamentos e emoções, dialogar com o outro, respeitando a si mesmo e aos outros em suas potencialidades e fragilidades, cumprir regras e aprender a conviver com o outro, e enfrentar conflitos dos mais diversos em seu cotidiano com autonomia .

No que se refere aos professores de sala de aula regular, que estão entregues a dura sorte para realizar um trabalho com os alunos com deficiências, dentro de um contexto de sala multisseriadas, pude perceber que não há adequações para favorecer a aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down, não há um planejamento sistemático para se trabalhar com os alunos com SD. As práticas desenvolvidas, além de não ser atrativas, não favorecem a aprendizagem desses alunos.

Sabemos que não é fácil trabalhar com pessoas com deficiências, principalmente quando a turma é multisseriada, mas cruzar os braços diante das situações e entregar esses indivíduos a sorte, neste mundo tão perverso e preconceituoso, só vai piorar a vida deles. Se olharmos por

outros ângulos perceberemos que há possibilidades de se fazer um bom trabalho com eles, não estamos à procura de fazer o extraordinário acontecer na vida deles, mas de fazer o melhor que possamos, para que os mesmos avancem o máximo que podem, tornando – os visíveis dentro do contexto escolar em uma perspectiva ampla de inclusão

Há uma necessidade urgente desses professores pesquisar sobre adequações para o trabalhar com alunos com síndrome de Down, para poder assistir esses alunos com deficiência de forma adequada, planejada, eficaz e sistematizada.

É preciso mudarmos olhar para educação das pessoas com deficiências, se não houver adequação dos contextos que favorecem a aprendizagem, nunca haverá a inclusão. Assim, diz Oliveira:

Não é fácil alcançar uma Educação Inclusiva. Garantir a aprendizagem de todos os alunos já é um desafio, uma vez que é necessário lidar com as diferenças de toda ordem, inclusive de alunos com deficiência intelectual, os quais até então vistos como aqueles incapazes de convívio na escola, frente aos déficits intelectuais, considerados como impeditivos orgânicos para o acesso ao currículo e à escolarização. (OLIVEIRA, 2004, p.129-130)

4.3 AGINDO SOBRE O CONTEXTO ESCOLAR NA SALA DE AULA

A proposta de intervenção pedagógica teve o foco de ajudar a favorecer o processo de alfabetização e letramento dos alunos com (SD) Síndrome de Down, surgindo do resultado da pesquisa sobre “Quais Práticas Pedagógicas que estão sendo Desenvolvidas com Alunos com Síndrome de Down”. Usando como instrumento de pesquisa a observação em sala de aula e a entrevista com os professores, e em conversas fora do roteiro da entrevista, buscando conhecer o contexto dos alunos, assim podemos perceber o contexto escolar desses alunos. Percebemos que a realidade das salas multisseriadas, é um dos fatores que não colaboram para inclusão de uma proposta pedagógica que favoreça a aprendizagem no campo da alfabetização e letramento a área de matemática e de português especificamente.

É preciso que haja um esforço a mais dos sistemas de ensino, das escolas, dos professores em possibilitar que todos tenham o mesmo direito de aprender, tendo suas peculiaridades respeitadas e assistidas, favorecendo assim, o processo de ensino e aprendizagem de todos inclusive dos alunos com SD, buscando construir uma proposta pedagógica no processo que possa intervir diretamente na alfabetização e letramento desses alunos.

As escolas têm se deparado com o surgimento de novas dificuldades no processo de aprendizagem dos alunos, mas, a leitura, escrita ainda e o cálculo são o fator principal do

fracasso escolar. Sabendo que esses dois fatores estão interligados e que são fundamentais para o desenvolvimento intelectual, afetivo, social do sujeito. A leitura vai além do ato de decifrar a escrita, é perceber, conhecer, compreender, interpretar e agir sob o mundo que o cerca. Neste sentido, nós educadores devemos proporcionar estímulos e oportunidade aos alunos de ler o mundo e refletir sobre a escrita, desenvolvendo neles o hábito de ler e escrever bem

Diante das mudanças que a sociedade sofre, a escola tem deixado de ser apenas um simples ambiente de formação educacional e passa a ser um espaço com enfoque mais presente e crítico na discussão das diversas temáticas existente na sociedade atual. Então, cresce nossa responsabilidade em direcionar cada vez mais a aprendizagem, de modo que ela esteja sempre voltada os novos desafios e mudanças da vida em sociedade. No entanto, entendemos que é de suma importância desenvolver projetos educativos que atendam de forma coerente e prazerosa aos diversos estágios da leitura.

Os alunos com deficiência intelectual precisam ser inseridos desde o início da vida escolar no mundo da leitura e escrita e a partir de aí serem orientados a fazer reflexões que vão além do mero conhecimento de ler e escrever.

Lembrando que a educação de qualidade é um direito que os alunos têm, segundo a lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN),art.32. O ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Enfim, os alunos precisam ser colocados diante dos diversos níveis e formas da linguagem de maneira planejada e adequada a cada situação.

Tomamos como base para elaboração da referida proposta de intervenção, as dificuldades no processo de alfabetização e letramento em português e matemática dos alunos com SD. Assim, sensibilizados com tais fragilidades fomos motivados a realizar essa intervenção com foco em leitura e a escrita nas disciplinas de português e matemática, com o objetivo de contribuir para avanço da aprendizagem desses alunos, colaborando para suprir as necessidades de alfabetização e letramento, instigando esses sujeitos a interagir no campo da leitura ,escrita e do cálculo matemático. Não tem o objetivo de fazer o extraordinário acontecer junto aos professores, mas mostrar para eles que há possibilidades de realizar um trabalho pedagógico que favoreça o processo de alfabetização desses alunos.

Então analisando o contexto de todo o processo da pesquisa e refletindo sobre o tempo previsto para sua execução e que não há tempo o suficiente para intervir em todas as fragilidades encontradas na pesquisa; optei por intervir no que se refere as atividades de que favoreça a

alfabetização e letramento em português e matemática, já que os alunos com SD observados na pesquisa não são alfabetizados. Essa proposta consiste em organizar um caderno de atividades de alfabetização para os alunos com síndrome de Down e orientar os professores nas possibilidades de trabalho com outros recursos para as quatro turmas pesquisadas.

E também realizar em três das quatro turmas pesquisadas, um trabalho através de roda de conversa, dinâmica e contação de história, sensibilizando – os sobre o respeito ao diferente, a indisciplina, a importâncias de todos no processo de inclusão dos alunos com deficiências, a importância de cada um dentro do contexto escolar. Porque essas turmas precisam de um trabalho mais detalhados e em um tempo mais longo, voltados também para intervir na falta respeito entre eles, indisciplina, baixa autoestima, violência verbal entre eles, entre outras fragilidades das turmas.

- Diálogo sobre indisciplina e violência como fator que interfere no tempo pedagógico das aulas e na aprendizagem de toda turma:

Nesta atividade fizemos um diálogo com as turmas, para refletirmos sobre os danos causados por esses comportamentos. O objetivo era fazer com que eles percebessem o tempo que estava sendo perdido e o prejuízo na aprendizagem deles, e também motivá-los a ser mais tolerantes e pacíficos, respeitando um ao outro e resolver os conflitos da melhor maneira possível. Tivemos dificuldade de realizar essa atividade na turma 4, porque os alunos são mais indisciplinados e violentos do que as demais turmas.

Obs. Essa atividade foi realizada em três turmas, nas quais a indisciplina e a violência estavam prejudicando o andamento das aulas e processo de ensino e aprendizagem da turma. Porém há registro da turma 2 e 3, o da turma 4 houve erro técnico.

- Diálogo sobre o respeito ao diferente, o respeito ao colega com deficiência intelectual, leitura da fábula “Lilito, um Amor de Caracol”:

Em um dos dias de observação na sala de aula, percebemos que alguns alunos estavam zombando de um colega que começou a usar óculos por necessidade, começaram a chamar o ele de: quatro olhos, ceguinho, Zé bonitinho etc. Esse aluno imediatamente tirou os óculos do rosto e guardou, no dia marcado para a intervenção pedagógica, abrimos um diálogo sobre a necessidade de usar óculos e a importância de usá-los.

FIGURA 1 - CAPA DO LIVRO: “LILITO, UM AMOR DE CARACOL”



FONTE: O autor (2017).

Esta fábula conta a história de um caracol chamado Lilito, que estudava em uma sala regular de uma escola, só que ele não acompanhava o ritmo da turma, porque ele fazia tudo de vagar e não assimilava os conteúdos com tanta facilidade como os demais alunos. Os alunos zombavam muito dele e a professora por sua vez não queria prejudicar os demais por causa do ritmo de Lilito. Então a professora solicitou a diretora da escola, transferisse Lilito para a sala dos alunos com ritmo lento, ou seja, era uma sala especial, conhecida por toda escola como a sala dos pamonhas, nenhum professor que queria ensinar nesta turma, mas um dia apareceu uma professora para ensinar nesta turma com muito amor, dedicação e paciência.

Essa atividade despertou nos alunos o respeito ao diferente, refletimos sobre que ninguém é igual ao outro, mesmo não tendo deficiência, conversamos sobre o ritmo de aprendizagem que cada um traz consigo, em particular o ritmo dos alunos com deficiência, que estão inseridos na turma e que precisam ter seu tempo e sua capacidade intelectual respeitada pelos alunos e pelos professores, porque todos são responsáveis pela participação destes nas atividades no cotidiano escolar.

Obs. Essa atividade foi realizada em três turmas, nas quais a falta de respeito estava prejudicando o andamento das aulas e processo de ensino e aprendizagem da turma. Porém há registro da turma 2 e 3, o da turma 4 houve erro técnico.

- Dinâmica do Pirulito, dialogando sobre a importância de cada um dentro do contexto escolar:

Essa atividade tem como objetivo, trabalhar a importância de cada um nas atividades da sala de aula, a ajuda mútua, a empatia, a solidariedade de um para com o outro. Percebemos que com essa dinâmica, que cada um só pensa em si mesmo, porque na hora da dinâmica tiveram dificuldade de encontrar a solução para o problema.

Eles tinham primeiro que pensar em ajudar o outro para o outro pensassem em ajudar eles. Logo no início quando descobriram a solução, tiveram dificuldade de se colocar no lugar do outro, houve alguns casos de resistência até terminar a dinâmica, nas turmas 3 e 4, pois não queriam colocar o pirulito na boca do outro, para que o outro colocasse em sua boca, provavelmente por achar que era careta ser gentil com o outro.

Percebemos que eles não tinham o hábito de ser colocar no lugar do outro e nem de ser solidário, tem dificuldade de tratar o outro bem, ser gentil, educado, carinhoso etc. Para eles é comum ser grosseiro com o outro e ser egoísta.

Obs. Essa dinâmica foi realizada em três turmas :2, 3, e 4.Tivemos dificuldade para realizar na turma 4, pois os alunos apresentam dificuldade de concentração e colaboração, são agressivos uns com os outros e isso acaba atrapalhando as atividades.

- Material didático de Português e Matemática:

FIGURA 2 - CADERNO DE ATIVIDADE DE PORTUGUÊS PARA INÍCIO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO



FONTE: O autor (2017).

Obs. Ver algumas atividades do referido caderno acima, em anexo do 2 ao 11.

FIGURA 3- CADERNO DE ATIVIDADE DE MATEMÁTICA PARA INÍCIO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO



FONTE: O autor (2017).

Obs. Ver algumas atividades do referido caderno acima, em anexo do 1 2 ao 24.

Ambos os cadernos de atividades foram organizados para auxiliar os professores no trabalho com os alunos com Síndrome de Down das turmas pesquisadas, já que estes não acompanham sua turma de origem por não serem alfabetizados. Esses alunos estavam em início de alfabetização e letramento em português e matemática, por não terem um livro didático outro recurso permanente trabalhasse sua necessidade inicial de alfabetização e letramento nestas duas áreas de conhecimentos. Tendo em mente, que esses cadernos não devem ser os únicos recursos para promover aprendizagem desses sujeitos, devem ser usados outros recursos pedagógicos, que facilite a compreensão dos conhecimentos abordados nas atividades propostas neste material ou em outros.

Obs. Os professores e os alunos receberam um exemplar de cada caderno de atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, percebemos que as leis de inclusão não estão sendo cumprida no contexto escolar dos alunos com SD e das demais deficiências. As instituições estão negando à educação de qualidade, que atenda às necessidades de aprendizagem e ensino desses sujeitos. Deduzimos que é preciso muito mais que leis para garantir a inclusão, é necessário ter a consciência, um olhar além das aparências, a capacidade de se colocar no lugar do outro etc.

Encontramos esses alunos inseridos em salas numerosas e multisseriadas, sem um apoio escolar na sala, assistidos por professores sem formação específica para trabalhar com alunos com DI, profissionais desestimulados com seu contexto escolar.

Os alunos são acompanhados pelo o AEE, por profissionais preparados, mas os professores do ensino regular, por falta de experiência com alunos com DI, questionaram a falta de apoio dos professores do AEE na orientação de como conduzir a educação dos alunos. Não há uma parceria entre esses dois profissionais, na discussão e construção de proposta pedagógica adequada para favorecer o ensino e a aprendizagem do sujeito.

Observemos vários problemas que impedem a inclusão plena dessas pessoas, como: organização da turmas, estrutura física da escola e principalmente das salas, material didático inadequado, falta de estímulo dos professores, indisciplina e violência de algumas turmas, a ausência de apoio escolar para o aluno com SD, mas o consideramos o principal problema, a falta de preparação dos profissionais para receber esses alunos, principalmente a dos professores do ensino regular, o qual passa mais tempo com o aluno na escola. Essa ausência de formação deles, impedem que deem assistência pedagógica adequada aos alunos.

Para que tenhamos uma escola inclusiva, é preciso que todos que fazem a comunidade escolar unam forças para buscar alternativas pedagógicas e outras, com o objetivo de propor uma educação de qualidade e inclusiva às pessoas com SD. É necessário nos tornarmos mais sensíveis para darmos a devida dedicação a educação dessas pessoas, colocando em prática o que já está posto nas leis vigentes.

Quando passarmos a direcionar nosso olhar para a *pessoa*, deixando de dar tanta atenção a deficiência que ela tem, seremos capazes de encontrar meios que promovam seu pleno desenvolvimento, encontraremos dentro de nós, a capacidade de criar e adaptar elementos necessários que facilitem o processo de ensino e aprendizagem dessas pessoas, incluindo-os no contexto escolar, capacitando esse sujeito a melhorar sua interação com o meio e com outros.

As pessoas com DI e com outras deficiências, não estão na escola para passar o tempo de 4 horas fora de casa, sem fazer nada. Estão no espaço escolar, porque tem direito à educação, são seres humanos, são pessoas, são capazes de aprender o máximo que permite sua capacidade

intelectual, são sociáveis, são cidadãos. Então, devem ser instruídos como quaisquer cidadãos sem deficiência, tendo suas particularidades intelectuais respeitadas.

Não é impossível alcançar uma Educação Inclusiva para as pessoas com deficiência. O difícil é saímos da zona de conforto, abraçar e interiorizar as mudanças das concepções do fazer educação, dentro nosso contexto educacional e fazer essa Educação Inclusiva acontecer.

Só fazemos o melhor de nós para os outros, quando esse melhor toca na vida do outro, despertando no outro a capacidade de se desenvolver, tornando possível e encontrando possibilidade de promover o progresso do outro e de si mesmo, em uma constante interação com o meio e o outro.

REFERÊNCIAS

Dicionário Júnior da Língua Portuguesa. ADAPTAR. In: MATTOS, Geraldo. 4.ed. São Paulo: FTD, 2011. p. 18.

Dicionário Júnior da Língua Portuguesa. ADEQUAR. In: MATTOS, Geraldo. 4.ed. São Paulo: FTD, 2011. p. 19.

BRASIL. **Projeto Base/** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2010, (Programa Escola Ativa).

BRASIL. **Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola- Alunos com necessidades especiais.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação especial. Brasília. 2000. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload?select...co... Acessado dia 20 de maio de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, p. 298 a 304.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL, Decreto de lei 13.146/2015, de julho de 2015. Diário Oficial – 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, 2015.

BRASIL, Decreto de lei 9.394, de dezembro de 1996. Diário Oficial – 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2016.

CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M; BATISTA, C.R. (Org.) **Professores e Educação Especial: formação em foco.** Porto Alegre: Mediação, 2011. 2V.

COSTA, Dóris Anita Freire. **Superando Limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial.** In: Rer.psicopedag. vol.23 nº 72. São Paulo, 2006.

FREITAS, Suzana Rossi Pereira Chaves. **O Processo de Ensino e Aprendizagem: A importância da didática.** Realize, 2016. Disponível em: [https:// editorarealize. com. br/ ... /TRABALHO_EV057_MD1_SA8_ID857_290820161....](https://editorarealize.com.br/.../TRABALHO_EV057_MD1_SA8_ID857_290820161....) Acessado em 30 de abril de 2018.

GIL, Antonio Carlos, 1946 - **Como elaborar projeto de pesquisa.** / Antonio Carlos Gil. - 4.ed.- 11reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIANA-PE. Secretaria de Educação e Inovação. Divisão de Educação Especial. **Orientações para o trabalho do professor de apoio a educação especial.**2017.

GONÇALVES, Kelly Cláudia. **Oficina Para Casa.** São Paulo:Editora Rideel,2009. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid>. Acessado em 02 de maio de 2017.

LILITO, um Amor de Caracol. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/ElieneDias/lilito-um-amor-de-caracol> .Acessado em [ca 14 de abril de 2017].

MACHADO, Rose Elaine Sgrogia. **Coleção Samba Lelê: Ensino Fundamental:** São Paulo: Editora Rideel, 2012.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. (Org.) **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares.Salvador.EDUFBA.2012.

OGASAWARA, Jeniffer Satie Vaz. **O conceito de aprendizagem de Skinner e Vygotsky:** um diálogo possível. Salvador, 2009.Disponível em: www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011...Monografia-Jenifer-Satie-Vaz-Ogasawara.p... Acessado em 30 de abril de 2018.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. Adequações curriculares na área de deficiência intelectual: Algumas reflexões.In: OLIVEIRA, A; OMOTE, S; GIROTO, C. (org).In: **Inclusão escolar:** as atribuições da educação especial. São Paulo: cultura acadêmica ed.Marília: Fundepe editora ,2008.

RAMOS, Sandra Lima de Vasconcelos. **Jogos e brinquedos na educação inclusiva:** orientação psicopedagógica. São Paulo: Editora Respel, 2016.

REZENDE, Meire. **Coleção Adoletra:** Uma proposta lúdica e silábica para alfabetização. Uberlândia: Editora Claranto, 2008.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Pessoas com síndrome de Down:** uma reflexão para pais e professores. Rio de Janeiro:Wak Editora, 2015.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história da exclusão da pessoa com deficiência:** aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2011 p.239 a 258.

Significado dos Cromossomos - O que são, Conceito e Definição. Disponível em: <https://www.significados.com.br/cromossomo/>Acessado dia 15 de abril de 2018.

SOUZA, Juliana Alves. MONOGRAFIA: **INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR.** Nova Andrina – MS.2008.Disponível em: juhlyanasouza.blogspot.com/2010/01/monografia-inclusao-do-aluno-com.html acessado no dia 14 de setembro de 2017.

APÊNDICE 2 – PLANILHA DE MAPEAMENTO DE LOCALIZAÇÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN EM ESCOLAS MUNICIPAIS DA SEDE DE GOIANA/PE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS COM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN
PESQUISADOR : ERIVAN ALVES DOS SANTOS

MAPEAMENTO DE LOCALIZAÇÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GOIÂNIA - PE
SEDE - 2017

[illegible]

Legendas: Loc = Localização: U = Urbana e R = Rural | SD = Síndrome de Down | M = Manhã, T = Tarde e N = Noite

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS COM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN
PESQUISADOR: ERIVAN ALVES DOS SANTOS

CONTEXTO ESCOLAR DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GOIANA -PE

[illegible]

APÊNDICE 4 – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PROFESSORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE

CURSO DE PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

PROJETO DE PESQUISA: Quais as Práticas Pedagógicas que estão sendo Desenvolvidas com Crianças com Síndrome de Down.

PESQUISADOR: Erivan Alves dos Santos

ENTREVISTA COM O PROFESSOR

Escola: _____

Professor (a): _____

- 1- Há em sua sala aluno (a) com síndrome de Down?
- 2- É sua primeira experiência de trabalho com aluno (a) com deficiência?
- 3- Caso tenha respondido NÃO na questão 2.Com qual tipo de deficiência você já teve experiência em sala de aula?
- 4- Você recebeu alguma formação continuada para trabalhar com aluno (a) com deficiência? Ou tem alguma especialização na área?
- 5- Que sensação você teve ao receber um (a) aluno (a) com síndrome de Down em sala de aula?
- 6- Você fez alguma sondagem oral/escrita da aprendizagem, para verificar em qual nível o (a) aluno (a) com síndrome de Down se encontra no processo de aprendizagem?
- 7- O que você fez em termos profissionais para desenvolver o trabalho com o (a) aluno (a) com síndrome de Down?
- 8- Você buscou orientação de como se trabalhar com o (a) aluno (a) com síndrome de Down com outro profissional? Qual?

- 9- Na escola tem algum especialista como supervisor escolar, psicopedagogo, psicólogo, coordenador pedagógico, orientador educacional, professor da AEE (Atendimento Educacional Especializado)?
- 10- Se tem como é o trabalho desses profissionais junto ao seu?
- 11- Há planejamento para o desenvolvimento das atividades voltadas para o (a) aluno (a) com Síndrome de Down?
- 12- O (A) aluno (a) tem Atendimento Educacional Especializado na escola? Com que frequência?
- 13- Na escola tem a Sala de Recursos Multifuncionais?
- 14- Como é a interação desse (a) aluno (a) com os (as) demais alunos (as) da turma?
- 15- Você tem dificuldades para trabalhar com alunos (as) com Síndrome de Down? Quais são?

APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS PROFESSORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE

CURSO DE PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO

PROJETO DE PESQUISA: Quais as Práticas Pedagógicas que estão sendo Desenvolvidas com Crianças com Síndrome de Down.

PESQUISADOR: Erivan Alves dos Santos

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR

Escola: _____

Professor (a): _____

1- Qual seu nome?

2- Qual sua idade?

3- Qual sua formação?

4- A quanto tempo você leciona?

5- A sua turma é seriada ou multisseriada? Qual o ano (série)?

**APÊNDICE 6 – QUADRO DAS DIFICULDADES CITADAS PELOS PROFESSORES
PESQUISADOS**

Nº	Dificuldades	Quant. de Professores
01	Falta de experiência com aluno com SD.	4
02	Excesso de aluno com deficiência em sala de aula.	1
03	Sala Multisseriada .	3
04	Falta de Formação para o trabalho com aluno com SD.	4
05	Ausência de Especialistas para orientar – lós	4
06	Ausência de Parceria com o professor do AEE	3
07	Falta de apoio familiar no processo de desenvolvimento	2
08	Falta de limites na educação doméstica	2
09	Falta de Tempo para o trabalho com o aluno com SD	4
10	Infrequência do aluno com SD	3
11	Ausência de cuidador	3

**APÊNDICE 7 – QUADRO DAS DIFICULDADES OBSERVADAS PELO
PESQUISADOR**

Nº	Dificuldades	Quant. de Turma
01	Indisciplina da turma	3
02	Falta de conhecimento que favoreça a inclusão do aluno com SD	4
03	Ausência de planejamento para o trabalho com o aluno com SD	4
04	Falta estímulo dos professores	4
05	Resistência do professor a mudanças, para o trabalho com o aluno com SD	4
06	Preconceito da turma	2
07	Ausência da ludicidade no trabalho com o aluno com SD	4
08	Infantilização das atividades	4
09	Infantilização do professor na relação com o aluno com SD	4
10	Ausência de atividade de interação do aluno com SD com os demais alunos da turma.	4
11	Carência de um apoio em sala de aula para o aluno com SD.	4

**ANEXO 1 – QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS DO
MUNICÍPIO DE GOIANA /PE**

SEDE – DISTRITO

Nº	Localização	Escola Municipal	Endereço
01	DISTRITO	Adélia Carneiro Pedrosa	Rua da Matriz, s/n. - São Lourenço
02	DISTRITO	Arcendrino César de Albuquerque	Sítio Chã de Alegria – Tejucupapo
03	DISTRITO	Capela de São Sebastião	Sítio Gambá, s/n
04	DISTRITO	Creche Tia Lú	Carne de Vaca, s/n.
05	DISTRITO	Dr. Clóvis Fontenelle Guimarães	Sítio Alecrim, s/n. – Tejucupapo
06	SEDE	Dr. Araújo Filho	Sítio Jatobá, s/n
07	DISTRITO	Eufrásio Vilarim	Sítio Ibiapicu, s/n. – Tejucupapo
08	DISTRITO	Francisco Nicolau da Silva	Praia de Atapuz, s/n.
09	DISTRITO	João Carneiro de Melo	João Carneiro de Melo
10	DISTRITO	João Gonçalves de Azevedo	Praia de Barra de Catuama, s/n.
11	DISTRITO	Jose Maciel da Silva	Sítio Aldeias, s/n. – Tejucupapo
12	DISTRITO	Lourenço Albuquerque Gadelha	Praia de Carne de Vaca, s/n.
13	SEDE	Nossa Senhora das Maravilhas	Usina Nossa Senhora das Maravilhas,
14	SEDE	Profª. Maria Emília Valença da Silveira	Assentamento do Engenho Diamante,
15	DISTRITO	Santa Maria	Sítio Terra Rica – Tejucupapo
16	DISTRITO	Santo Antônio de Pádua	Praia de Catuama, s/n.
17	DISTRITO	São Thomaz de Aquino	Assentamento Ubú, s/n.

ANEXO 2 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 1

ATIVIDADE DE: _____ DATA: ____/____/____

ALUNO (A) _____

MARQUE COM UM ☒ AS PALAVRAS COMEÇADAS COM **A**.

APITO

☐

UVA

☐

ANEL

☐

AVIÃO

☐

ESCOLA

☐

ANA

☐

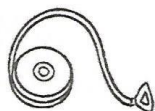
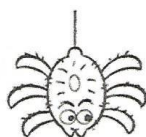
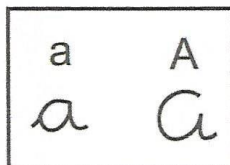
COLA

☐

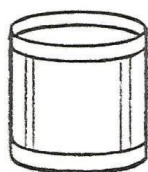
ARANHA

☐

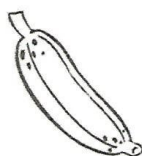
LIGUE AS FIGURAS, CUJOS NOMES COMEÇAM COM **A**.



ANEXO 3 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 2

COMPLETE COM A LETRA **A**.

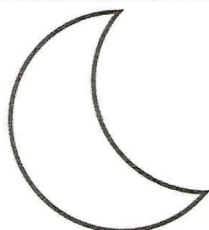
LAT ____



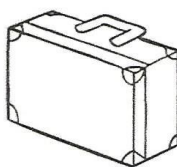
BANAN ____



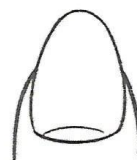
BATAT ____



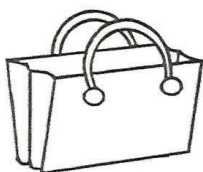
LU ____



MAL ____



UNH ____



SACOL ____



MOL ____



BOL ____



COL ____



BAL ____



FAC ____

ANEXO 4 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 3

ATIVIDADE DE: _____ DATA: ____/____/____

ALUNO (A) _____

COMPLETE COM O QUE SE PEDE.





	LETRA INICIAL	LETRA FINAL	TOTAL DE LETRAS	NÚMERO DE VOGAIS	NÚMERO DE CONSOANTES
BALA					
BALEIA					
OBA					
IOIÔ					
ABACAXI					
POMADA					
URUBU					
ELEFANTE					
KIWI					
XADREZ					

ANEXO 5 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 4



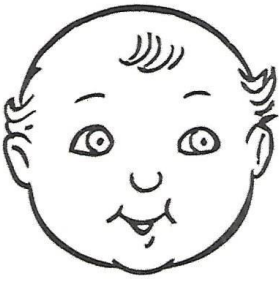
ATIVIDADE DE: _____ DATA: ____/____/____

ALUNO (A) _____

NAS PALAVRAS ABAIXO PINTA A LETRA
INDICADA EM CADA QUADRO.

 B	 P	 D	 T
BOLA	PATO	DAMA	TACO
CABO	CAPA	MODA	MATO
CABELO	CAPOTE	CADEIRA	BOTÃO

 F	 V	 G	 J
FACA	VACA	GATO	JACA
COIFA	LUVA	MAGO	CAJU
MOFO	LEVADO	MÁGICO	CAJUADA

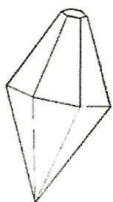
 M	 N	
MÃO	NABO	
CAMA	BONÉ	
TOMADA	BONECA	

ANEXO 6 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 5

ATIVIDADE DE: _____

DATA: ____/____/____

ALUNO (A) _____

MUDE A LETRA INICIAL PARA
ESCREVER OUTRA PALAVRA.

BALÃO

__ALÃO

__ALÃO



GATO

__ATO

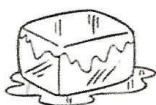
__ATO



FOCA

__OCA

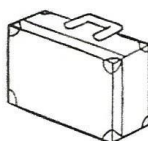
__OCA



GELO

__ELO

__ELO



MALA

__ALA

__ALA



SAPO

__APO

__APO



MOLA

__OLA

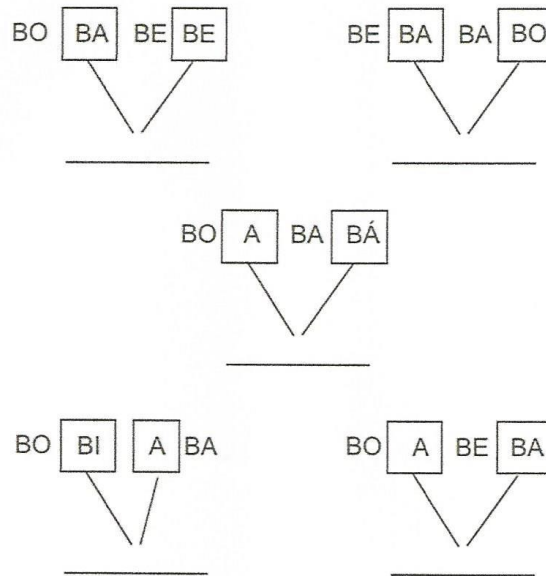
__OLA

ANEXO 7 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 6

ATIVIDADE DE: _____ DATA: ____/____/____

ALUNO (A) _____

FORME PALAVRAS JUNTANDO AS
SÍLABAS QUE ESTÃO EM DESTAQUE.



PINTE AS SÍLABAS INDICADAS NAS PALAVRAS ABAIXO.

BA LA	BOBA	BAÚ	CABANA	ABA	BALÃO
BE BA	BELA	CABELO	BOBE	BECO	BEBO
BI A	BAMBI	BEBIA	CABIDE	BIFE	BICO
BO BA	CABO	BONÉ	BONECA	BOLA	LOBO
BU LE	BUZINA	BÚSSOLA	BÚZIO	ABUSO	BAMBU

ANEXO 8 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 7

ATIVIDADE DE: _____ DATA: ____/____/____

ALUNO (A) _____

VOGAIS FUJONAS

COMPLETE NOS ESPAÇOS,
AS VOGAIS QUE FUGIRAM.

F _ C _



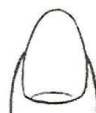
G _ T _



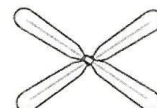
H _ RP _



F _ RR _



_ NH _



H _ L _ C _



F _ G _



G _ R _ F _



H _ N _



F _ G _



G _ RR _



H _ M _ M



F _ M _ Ç _



G _ D _



H _ M _ N _

ANEXO 9 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 8

ATIVIDADE DE: _____

DATA: ____/____/____

ALUNO (A) _____

CANTIGA

CIRCULE A VOGAL **I** NA CANTIGA ABAIXO.

BOI, BOI, BOI
BOI DA CARA PRETA,
PEGA ESSA MENINA
QUE TEM MEDO DE CARETA.

COPIE DA CANTIGA AS PALAVRAS COM A LETRA **I**.

VAMOS TREINAR?

I - I -
I - I -

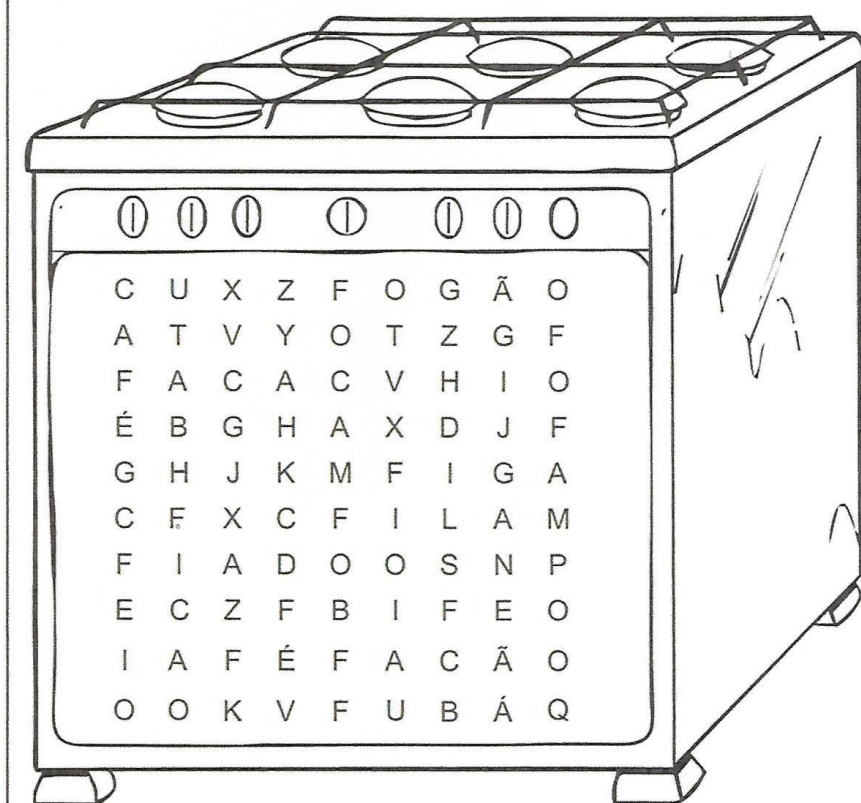
ANEXO 10 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 9

ATIVIDADE DE: _____

DATA: ____/____/____

ALUNO (A) _____

CAÇA-PALAVRAS



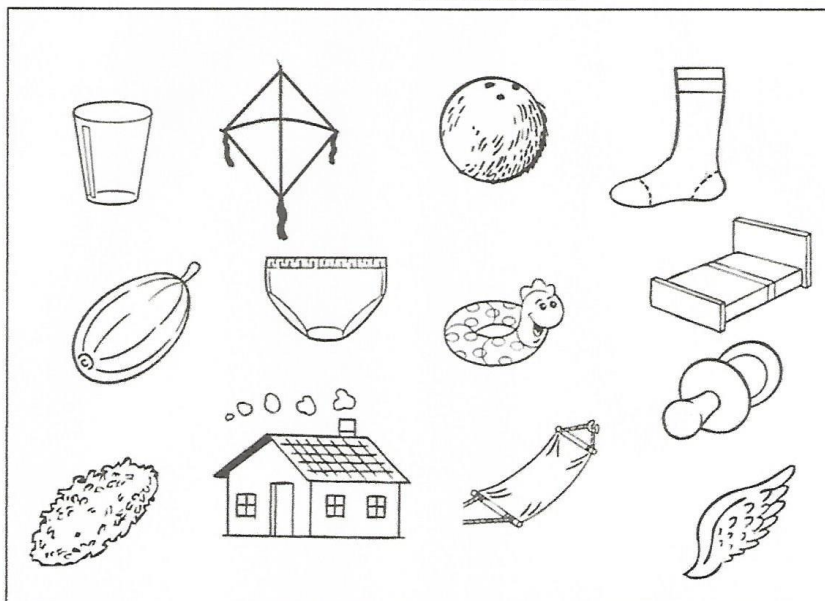
FOGÃO	FACÃO	FICA	CAFÉ	FIGA
FOCA	FACA	FEIO	FUBÁ	FIO
FIADO	FOFA	BIFE	FÉ	FILA

ANEXO 11 – ATIVIDADE DE PORTUGUÊS 10

ATIVIDADE DE: _____ DATA: ____/____/____

ALUNO (A) _____

PINTE OS DESENHOS QUE TENHAM NO NOME,
AS SÍLABAS **CA**, **CO**, **CU**.



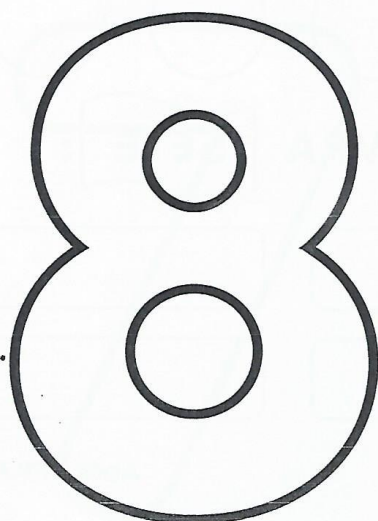
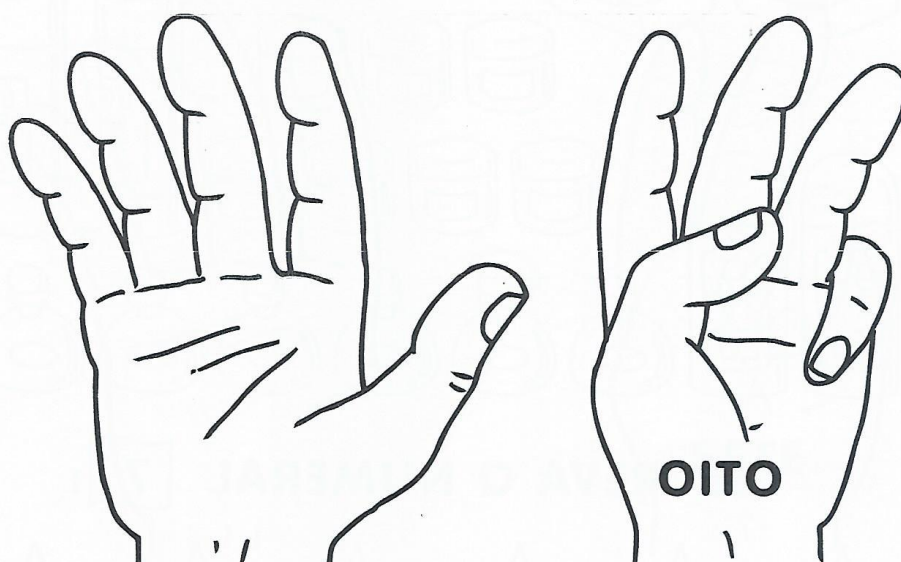
SEPRE AS PALAVRAS EM SÍLABAS.

COCA	<input type="text"/>	<input type="text"/>	CUECA	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
CUCO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	CUÍCA	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
BICO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	ACABA	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
ECO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	COCADA	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
BECO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	ACABOU	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

ANEXO 12- ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 1

Nome:	Data:
Professora:	/ /

VAMOS COLORIR BEM BONITO?



8 - 8 -

8 - 8 -

OITO -

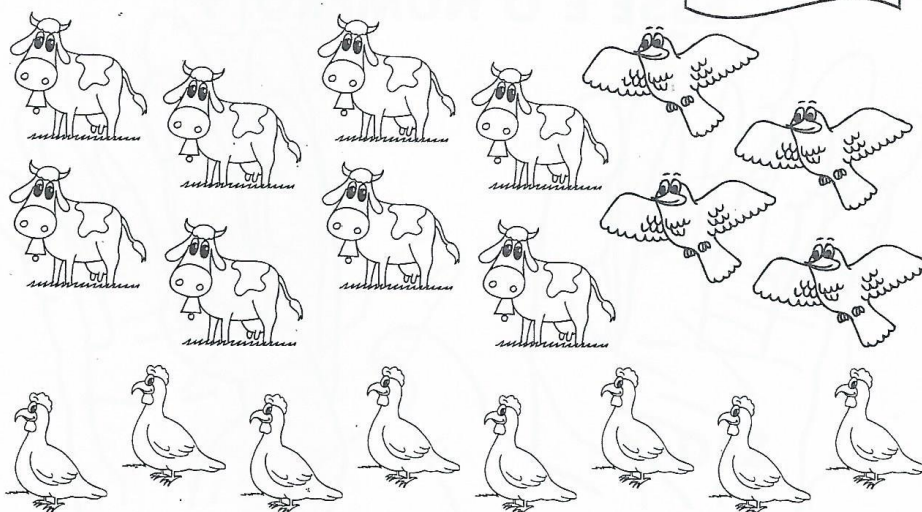
OITO -

ANEXO 13 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 2

Nome: _____ Data: _____

Professora: _____

**CIRCULE OS GRUPOS DE DESENHOS
QUE TÊM A QUANTIDADE 8 (OITO)!**



ESCREVA O NUMERAL 8:



ESCREVA A PALAVRA OITO:

OITO		

ANEXO 14 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 3

Nome:	Data: / /
Professora:	

**CIRCULE O NUMERAL DE ACORDO
COM A QUANTIDADE!**

	1	2	3	4	5
-----------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	---	---

	1	2	3	4	5
-------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	---	---

	1	2	3	4	5
-------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	---	---

	1	2	3	4	5
-------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	---	---

	1	2	3	4	5
-------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	---	---



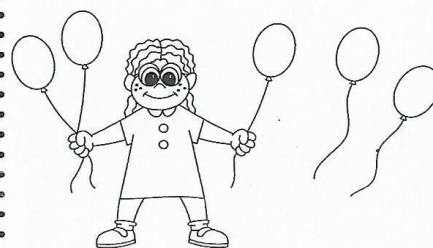
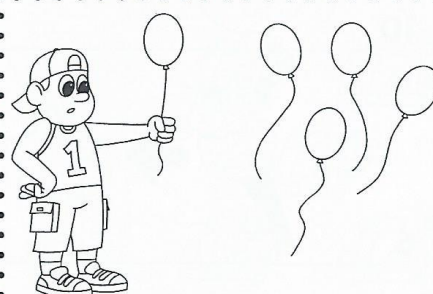
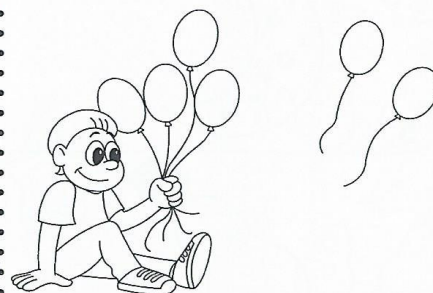
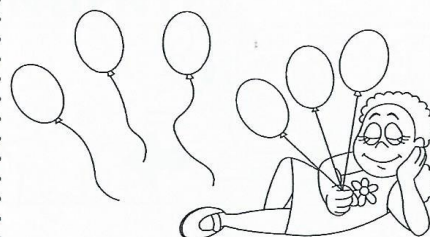
ANEXO 15 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 4

Nome:	Data:
Professora:	/ /

QUANTOS BALÕES CADA CRIANÇA POSSUI?

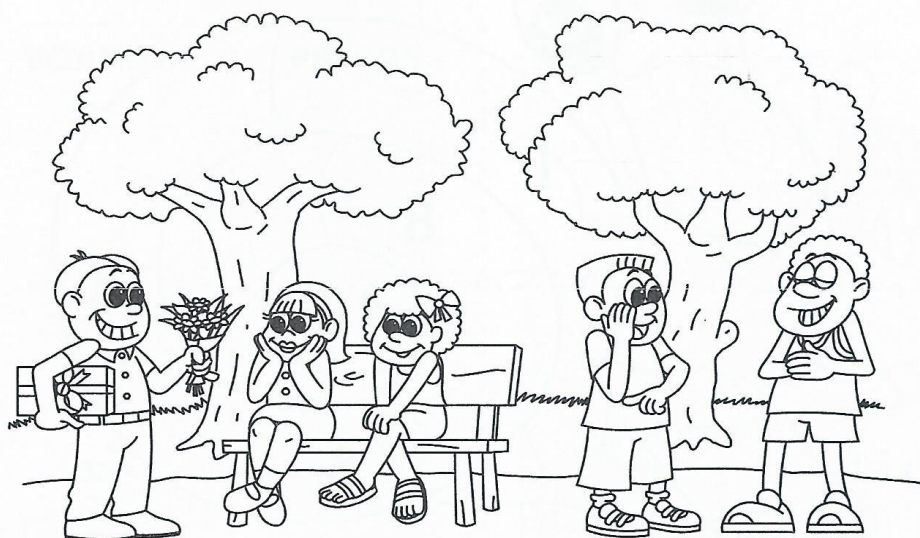
VOANDO

PRESOS



ANEXO 16 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 5

Nome:	Data:
Professora:	/ /

OBSERVE E ESCREVA POR EXTENSO!**NA FIGURA HÁ...****QUANTAS MENINAS?**

QUANTOS MENINOS?

QUANTAS ÁRVORES?

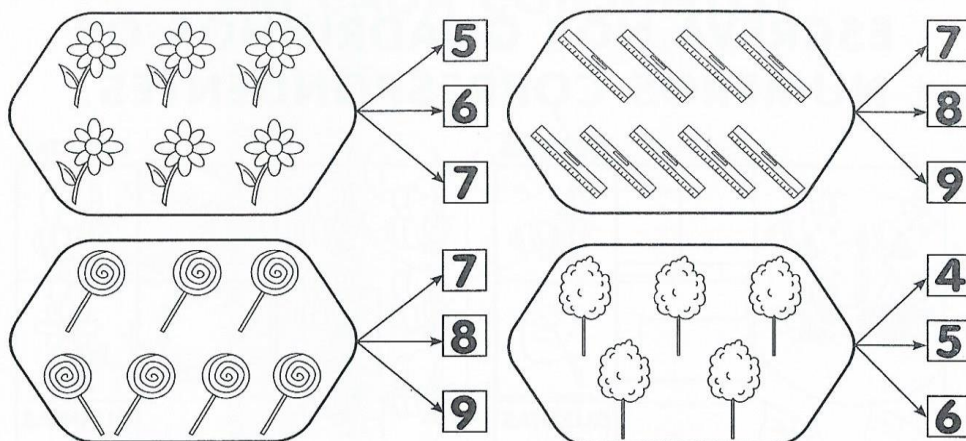
QUANTOS BANCOS?

ELES ESTÃO ALEGRES OU TRISTES?

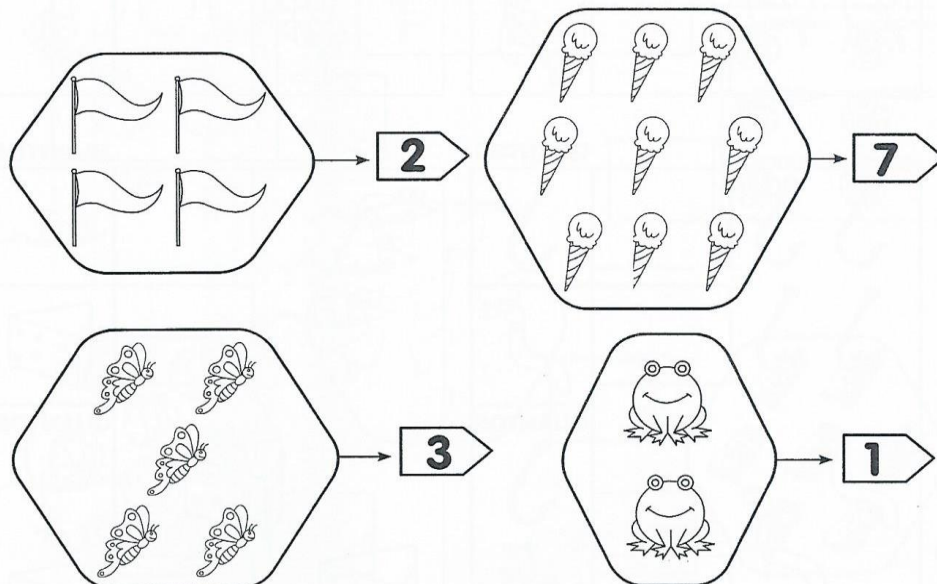
ANEXO 17 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 6

Nome: _____	Data: ____/____/____
Professora: _____	



PINTE O QUADRINHO EM QUE ESTÁ INDICADA A QUANTIDADE DE ELEMENTOS DE CADA CONJUNTO.



PINTE A QUANTIDADE DE ELEMENTOS QUE A ETIQUETA ESTIVER INDICADO.



ANEXO 18 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 7

	Nome: _____	
	Professora: _____	

PINTE COM CORES DIFERENTES A QUANTIDADE DE QUADRINHOS CONFORME O NUMERAL:

9 8 7 6 5 4 3 2 1 0

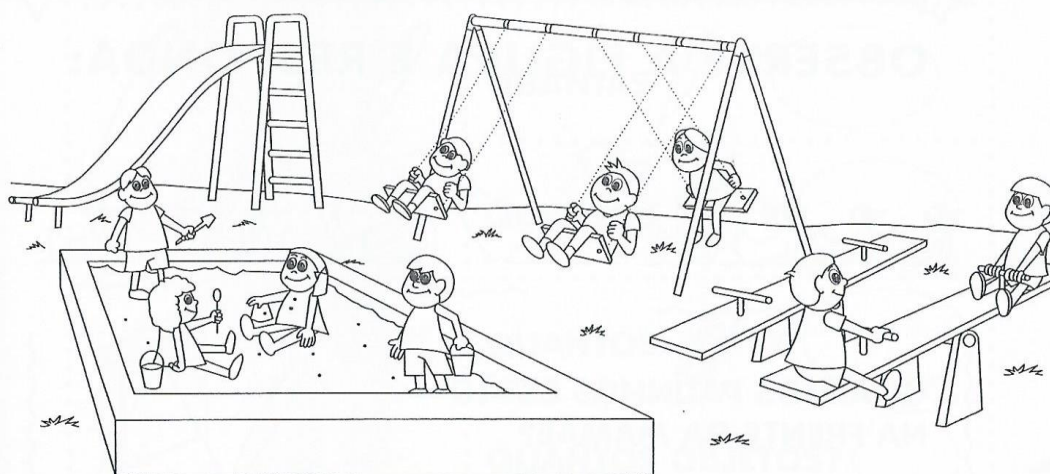
COLE PALITOS PEQUENOS CONFORME O NUMERAL.

5	3
----------	----------

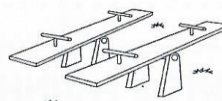
ANEXO 19 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 8

Nome:	Date:
Professora:	/ /

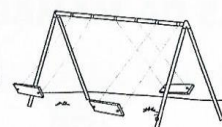
OBSEVE AS CENAS E RESPONDA:



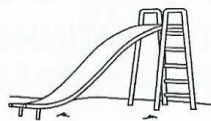
QUANTAS CRIANÇAS ESTÃO NAS



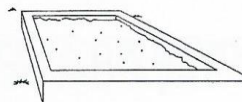
QUANTAS CRIANÇAS ESTÃO NOS



QUANTAS CRIANÇAS ESTÃO NO



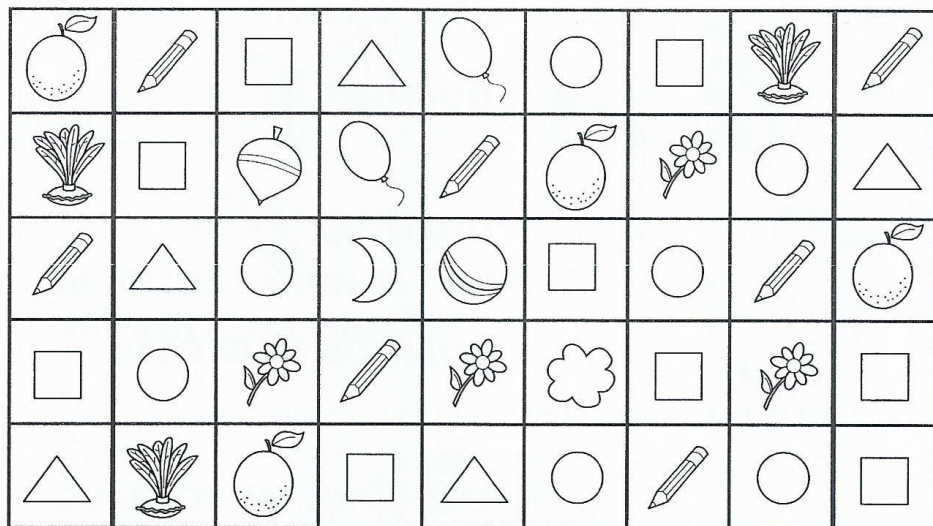
QUANTAS CRIANÇAS ESTÃO NA











QUANTAS CRIANÇAS AO TODO ESTÃO NO PARQUINHO?

ANEXO 20 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 9

Nome: _____	Data: ____/____/____
Professora: _____	

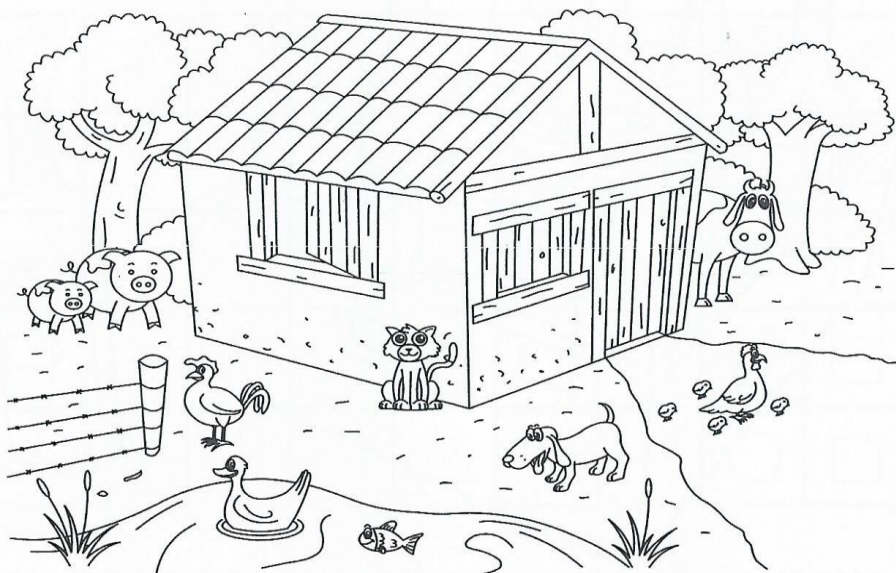
OBSEVE AS FIGURAS E RESPONDA:**QUANTOS DESENHOS DE CADA VOCÊ CONTOU?**

ANEXO 21 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 10

Nome:	Date:
Professora:	/ /

QUE LINDO DESENHO! OBSERVE E RESPONDA:



QUANTOS PORCOS?

QUANTOS PINTINHOS?

QUANTOS GALOS?

QUANTAS FORMIGAS?

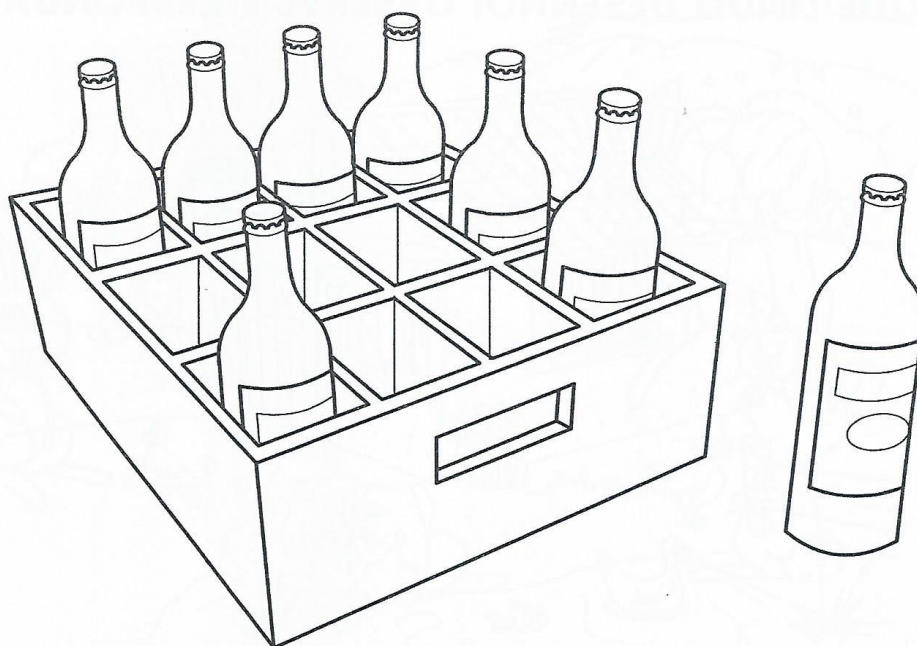
QUANTAS JANELAS?

QUANTOS ANIMAIS HÁ NA FAZENDA?

ANEXO 22 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 11

Nome:		Data:	
Professora:		/ /	

OBSERVE AS GARRAFAS E RESPONDA:



**QUANTAS GARRAFAS ESTÃO
DENTRO DA CAIXA?**

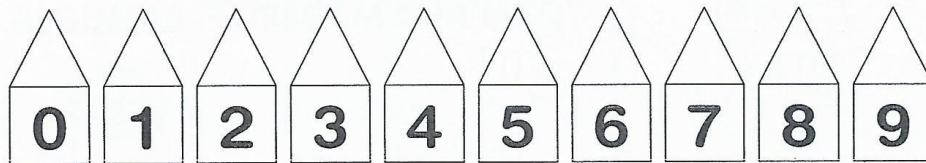
**QUANTAS GARRAFAS ESTÃO
FORA DA CAIXA?**

ANEXO 23 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 12

Nome: _____	Data: ____/____/____
Professora: _____	

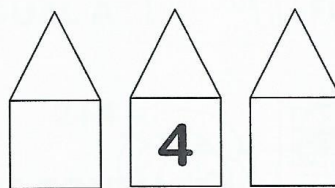
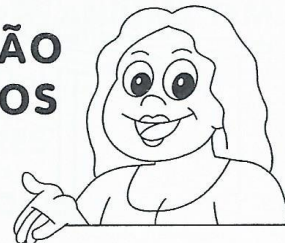


**VAMOS CONHECER OS
VIZINHOS DOS NUMERAIS?**



**OBSERVE CADA CASINHA.
ELAS ESTÃO NUMERADAS EM ORDEM CRESCENTE.**

**AGORA RESPONDA QUAIS SÃO
OS VIZINHOS MAIS PRÓXIMOS
DO NUMERAL 4.**



AGORA FAÇA SOZINHO.

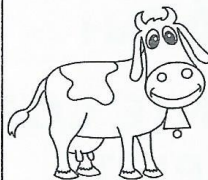
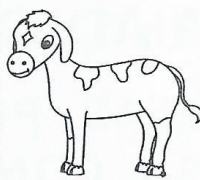



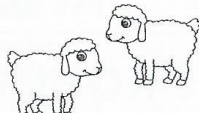
_____ 6 _____ 5 _____
 _____ 8 _____ 2 _____


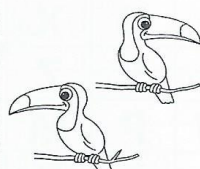
ANEXO 24 – ATIVIDADE DE MATEMÁTICA 13

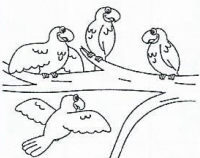

Nome:	Data: ____/____/____
Professora:	

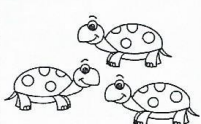
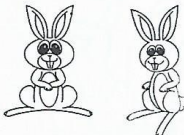
JUNTE OS ELEMENTOS E COMPLETE:


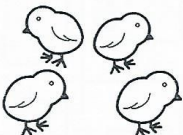
	
$\boxed{1} + \boxed{1} = \boxed{}$	

	
$\boxed{} + \boxed{} = \boxed{}$	

	
$\boxed{} + \boxed{} = \boxed{}$	

	
$\boxed{} + \boxed{} = \boxed{}$	

	
$\boxed{} + \boxed{} = \boxed{}$	

	
$\boxed{} + \boxed{} = \boxed{}$	